



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

RESOLUÇÃO Nº 022, DE 23 DE ABRIL DE 2019

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS), no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o que foi deliberado na reunião deste Conselho realizada em 23/04/2019, no *Campus* Ibirubá, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão 2018 do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), conforme documento anexo.

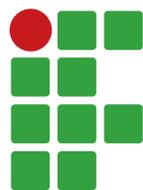
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

JÚLIO XANDRO HECK
Presidente do Conselho Superior IFRS

Relatório
de

GESTÃO

2018



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Relatório de Gestão Exercício 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e nº 72/2013, da DN TCU nº 170/2018 e da Portaria TCU nº 369/2018.

Bento Gonçalves, 2019

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Reitor *pró-tempore* do IFRS

Prof. Júlio Xandro Heck

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

Amilton de Moura Figueiredo

Pró-reitor de Ensino

Lucas Coradini

Pró-reitora de Administração

Tatiana Weber

Pró-reitora de Extensão

Marlova Benedetti

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Eduardo Giroto

Diretores de Campus

Diretor-geral do Campus Alvorada
Fábio Marçal

Diretora-geral do Campus Bento Gonçalves
Soeni Bellé

Diretor-geral do Campus Canoas
Mariano Nicolao

Diretor-geral do Campus Caxias do Sul
Juliano Cantarelli Toniolo

Diretor-geral do Campus Erechim
Eduardo Angonesi Predebon

Diretor-geral do Campus Farroupilha
Leandro Lumbieri

Diretor-geral do Campus Feliz
Giovani Forgiarini Aiub

Diretora-geral do Campus Ibirubá
Migacir Trindade Duarte Flôres

Diretor-geral do Campus Osório
Claudino Andrighetto

Diretor-geral do Campus Porto Alegre
Marcelo Augusto Rauh Schmitt

Diretor-geral do Campus Restinga
Gleison Samuel do Nascimento

Diretor-geral do Campus Rio Grande
Alexandre Jesus da Silva Machado

Diretor-geral Campus Rolante
Jesus Rosemar Borges

Diretor-geral do Campus Sertão
Odair José Spenthof

Diretor-geral Campus Vacaria
Gilberto Luiz Putti

Diretor-geral Campus Avançado Veranópolis
Erik Schuller

Diretor-geral Campus Viamão
Alexandre Martins Vidor

Lista de Abreviaturas e Siglas

AAID – Assessoria de Ações Inclusivas e Diversidade
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADS - Análise e Desenvolvimento de Sistemas
AE – Assitência Estudantil
AFD - Assentamento Funcional Digital
AGU – Advocacia-Geral da União
AH – Análise Horizontal
AIPCT - Auxílio Institucional à Produção Científica e/ou Tecnológica
AM – Auxílio-Moradia
AP - Auxílio Permanência
API - Application Programming Interface
APLs – Arranjos Produtivos Locais
APPCI - Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndio
AU – Ações Universais
AUNDIN - Auditoria Interna
AV – Análise Vertical
BF - Balanço Financeiro
BICET - Bolsa de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Técnico
BICTES - Bolsa de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Superior
BO - Balanço Orçamentário
BP - Balanço Patrimonial
BPEq – Banco de professor-equivalente
BRASPOR - Rede Brasil – Portugal de Investigações Costeiras
CAPD - Comissão de Assessoramento para Processos Disciplinares
CAPEs – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBEU - Congresso Brasileiro de Extensão Universitária
CBSP - Canada-Brazil Scholarship Programs
CD – Colégio de Dirigentes
CD's - Cargos de Direção
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEIFRS - Comissão de Ética do IFRS
CF - Constituição Federal
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGP - Comitê de Gestão de Pessoas
CGRC - Comitê Interno de Governança Riscos e Controles
CGRE - Coordenação-Geral de Relações Estudantis
CGU - Controladoria-Geral da União
CI – Compra Institucional

CIAAPE – Comissão Interna para Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes
CIS – Comissão Interna de Supervisão
CISSPA – Comissão Interna de Saúde, Segurança e Prevenção de Acidentes
CLAA - Programa de Educação Tutorial
CMRI - Comissão Mista de Reavaliação de Informações
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAD - Comitê de Administração
CODI – Comitê de Desenvolvimento Institucional
COEN – Comitê de Ensino
COEX – Comitê de Extensão
ComTI - Comissão de Tecnologia da Informação
CONCAMP – Conselho de *Campus*
CONSUP – Conselho Superior
COPPI – Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
COREDES – Conselho Regional de Desenvolvimento
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC - Conceito Parcial De Curso
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPR - Cadastro Permanente de Remoções
CTA – Centro Tecnológico de Acessibilidade
DAE – Diretoria de Assuntos Estudantis
DE – Dedicção Exclusiva
DF - Demonstração dos Fluxos de Caixa
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DIFES - Diretoria da Rede IFES
DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DN – Decisão Normativa
DPE – Departamento de Planejamento Estratégico
DPO – Diretoria de Planejamento e Obras
DTI – Departamento de Tecnologia da Informação
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
EaD – Educação a Distância
EBTT – Educação Básica, Técnica e Tecnológica
EGD - Estratégia de Governança Digital
ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPCT – Educação Profissional, Científica e Tecnológica

EPE – Ensino, Pesquisa e Extensão
EPP - Empresa de Pequeno Porte
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
e-SIC - Sistema eletrônico de Informação ao Cidadão
ETR - Equipes de Trabalho Remoto
EUA – Estados Unidos da América
FABLABS - Fabrication Laboratory
FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FCC - Funções de Coordenação de Curso
FG's - Funções Gratificadas
FIC – Formação Inicial e Continuada
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GT - Grupo de Trabalho
IDD - Índice De Diferença De Desempenho
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES – Instituições de Ensino Superior
IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IN – Instrução Normativa
INEP – O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IPB - Instituto Politécnico de Bragança
ISEF - Intel International Science and Engineering Fair
JIFSUL – Jogos dos Institutos Federais da Região Sul
LC – Lei Complementar
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Libras - Língua Brasileira de Sinais
LNC – Levantamento das Necessidades de Capacitação
LOA – Lei Orçamentária Anual
LTDA - Limitada
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCTIC – Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
ME - Microempresa
MEC – Ministério da Educação
MP - Ministério do Planejamento
MPOG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
NAPNEs – Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

NBR – Norma Brasileira
NE – Nota de empenho
NEABIs – Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
NITs – Núcleos de Inovação Tecnológica
NS – Nota de Serviço
Obmep - Olimpíada Brasileira de Matemática da Escolas Públicas
OMFI - Olimpíada de Matemática dos Institutos Federais
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC – Plano Anual de Capacitação
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAIEX - Programa de Apoio Institucional à Extensão
PAINT - Plano de atividades da Auditoria Interna
PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCASP - Plano De Contas Aplicado ao Setor Público
PDF - Portable Document Format (Formato Portátil de Documento)
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI - Plano Educacional Individualizado
PET - Programa de Educação Tutorial
PIBEN - Programa Institucional de Bolsas de Ensino
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PICT/IFRS - Programa de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
PIDE - Política de Incentivo ao Desenvolvimento da Extensão no IFRS
PIMEI – Programa Estudantil de Mobilidade Internacional
PJ - Pessoa Jurídica
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE - Plano Nacional de Educação
PNP – Plataforma Nilo Peçanha
PPCI – Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios
PPCs – Projeto Pedagógico do Curso
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PROAD – Pró-reitoria de Administração
PROBIC – Programa de Bolsas de Iniciação Científica
PROBICT – Programa de Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica

PROBITI - Programa de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação
PRODI - Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos
PROEN - Pró-reitoria de Ensino
PROEX - Pró-reitoria de Extensão
ProfNIT - Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação
PROIPI - Programa de Incentivo à Pesquisa e à Inovação do IFRS
PROPIPI - Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
QRSTAE - Quadro de Referência dos Servidores Técnico Administrativo em Educação
RAINT - Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna
RDC - Regime Diferenciado de Contratação
RFPC - Renda Familiar Per Capita
RMA - Relatório de Movimentação de Almoxarifado
RMB - Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RP - Restos a Pagar
RPFS - Regime Próprio de Previdência Social
RPV - Requisições de Pequeno Valor
RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências
SEGES/MP - Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
SEMEPT - Seminário de Educação Profissional e Tecnológica
SEMEX - Seminário de Extensão
SESU - Secretaria de Educação Superior
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
SEURS - Seminário de Extensão Universitária da Região Sul
SGCE - Sistema de Gestão de Certificados Eletrônicos
SIA - Sistemas de Informações Acadêmicas
SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIC - Serviço de Informações ao Cidadão
SICT - Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica
SIDA - Sistema Integrado da Dívida Ativa
SIG - Sistema Integrado de Gestão
SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGEP - Sistema de Gestão de Pessoas

SIGPP - Sistema Integrado de Gestão Planejamento e Projetos
SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais
SIPAC - Sistema Integrado de Gestão: Administrativo
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SIPPAG - Sistema Integrado de Protocolo Pagamento e Gestão
SM - Salário Mínimo
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
STI/MP - Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TA - Tecnologia Assistiva
TAES - Técnicos Administrativos em Educação
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
U.Porto - Universidades do Porto
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UGI - Unidade de Gestão de Integridade
UJ - Unidade Jurisdicionada
UNAI - Unidade de Auditoria Interna
UNEDs - Unidades Descentralizadas de Ensino
UPC - Unidade Prestadora de Contas
Uvigo - Universidade de Vigo
VPA - Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD - Variações Patrimoniais Diminutivas
WFCEP - *World Federation Of Colleges And Polytechnics*

Sumário

■ Elementos Pré Textuais	2
■ Mensagem do Dirigente	7
■ Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	8
■ Planejamento Estratégico e Governança	13
■ Gestão de Riscos e Controles Internos	21
■ Resultados da Gestão	23
■ Alocação de Recursos e Áreas Especiais	48
■ Demonstração Contábeis	77
■ Outras Informações Relevantes	101



Clique nos títulos para
acessar os capítulos

Mensagem do Dirigente

O ano de 2018 foi marcado por muitos desafios e também por mudanças importantes no IFRS. No mesmo ano em que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica completou seus primeiros 10 anos de existência, vivemos uma imprevista troca de gestão institucional. Com a posse da nova gestão, em maio de 2018, a prioridade e o esforço institucional voltaram-se para a conclusão de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que refletisse “quem somos e onde queremos chegar”. Uma nova Missão e Visão foram construídas com uma maciça participação dos diferentes segmentos da nossa comunidade, que se dedicaram a traduzir seus anseios e projetos para os próximos cinco anos em um documento que nos representasse enquanto instituição.

Além do novo PDI, o ano de 2018 foi marcado pela melhoria de indicadores, como a redução da evasão e retenção escolar, conforme dados apresentados na Plataforma Nilo Peçanha (PNP). A relação aluno professor também mostrou um crescimento importante. Nossos indicadores como o IDEB, ENEM, ENADE e as avaliações externas de cursos superiores demonstram que estamos ofertando ensino de qualidade. Conseguimos atender um número cada vez maior de estudantes – muito por conta das políticas de assistência estudantil - e aumentamos o envolvimento de estudantes com bolsas de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, tivemos o bom desempenho institucional reconhecido por meio de premiações significativas, como a estudante que recebeu o Prêmio Jovem Cientista, ofertado pela Fundação Roberto Marinho em parceria com o CNPq; a professora que recebeu o Prêmio Direitos Humanos 2018, ofertado pelo Ministério dos Direitos Humanos; e o projeto de eficiência energética que recebeu em outubro último, o título de “carro mais eficiente da América Latina”, na categoria “gasolina” na Shell Eco-marathon Brasil, com a impressionante marca de 429 km/l.

Outros dois fatos importantes que marcaram o ano de 2018 foram a criação da Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE), que passou a ser responsável pelo planejamento e supervisão das ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito acadêmico dos nossos estudantes, e a elaboração do nosso primeiro Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes, com o objetivo de auxiliar os estudantes a vencerem desafios e concluírem seus cursos com sucesso. Ou seja, são ações que dão ao estudante do IFRS o protagonismo que lhes é devido e o colocam na centralidade das ações institucionais.

Em relação à alocação de recursos, o ano de 2018 foi marcado por uma redução significativa nos recursos de investimento, o que por óbvio dificultou sobremaneira a implantação dos *campi* mais recentemente instalados, assim como a manutenção dos

já existentes há mais tempo. Mas nem isso arrefeceu a nossa oferta de vagas: passamos da oferta de 250 cursos regulares e cerca de 20 mil estudantes matriculados em 2017 para 255 cursos e mais de 21 mil estudantes ao final de 2018.

Sem dúvida, nossos números e indicadores institucionais melhoraram muito! Crescemos a despeito das limitações. No entanto, nossos recursos e investimentos não cresceram na mesma proporção. O IFRS precisa de mais investimentos governamentais para que possamos melhorar e consolidar nossas estruturas, para concluir satisfatoriamente a implantação dos *campi* mais recentes e para que possamos continuar a ofertar nossos cursos com qualidade, realizar pesquisas que atentem para as necessidades locais e desenvolver projetos e ações de extensão que promovam a melhoria na vida das comunidades nas quais estamos inseridos

Por fim, fica o nosso desejo otimista de que em 2019 consigamos cumprir nossa missão institucional e atender cada vez mais e melhor a sociedade gaúcha, com ensino público, gratuito, inclusivo e de qualidade.

Júlio Xandro Heck
Reitor



Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

Visão Geral da Organização e Ambiente Externo

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS é uma instituição federal, de ensino público e gratuito, vinculado ao Ministério da Educação. Atua com uma estrutura multicampi, promovendo a educação profissional e tecnológica, nos diversos níveis: Ensino médio técnico, graduação e pós-graduação.

O IFRS oferece atualmente 255 cursos, sendo 152 técnicos, 86 superiores e 17 de pós-graduação. Atua com uma estrutura multicampi, além de contar com polos de educação a distância distribuídos pelo Rio Grande do Sul. A reitoria do IFRS está localizada na cidade de Bento Gonçalves/RS e os 17 *campi* estão distribuídos em 16 cidades do estado, como mostra a figura abaixo.



A competência institucional do IFRS está definida na Lei de Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e de criação dos Institutos Federais, [Lei nº 11.892/2008](#), em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que define a missão, visão e valores do IFRS.

MISSÃO

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas dos arranjos produtivos locais, formando cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável.

VISÃO

Ser uma instituição de excelência em educação, ciência e tecnologia.

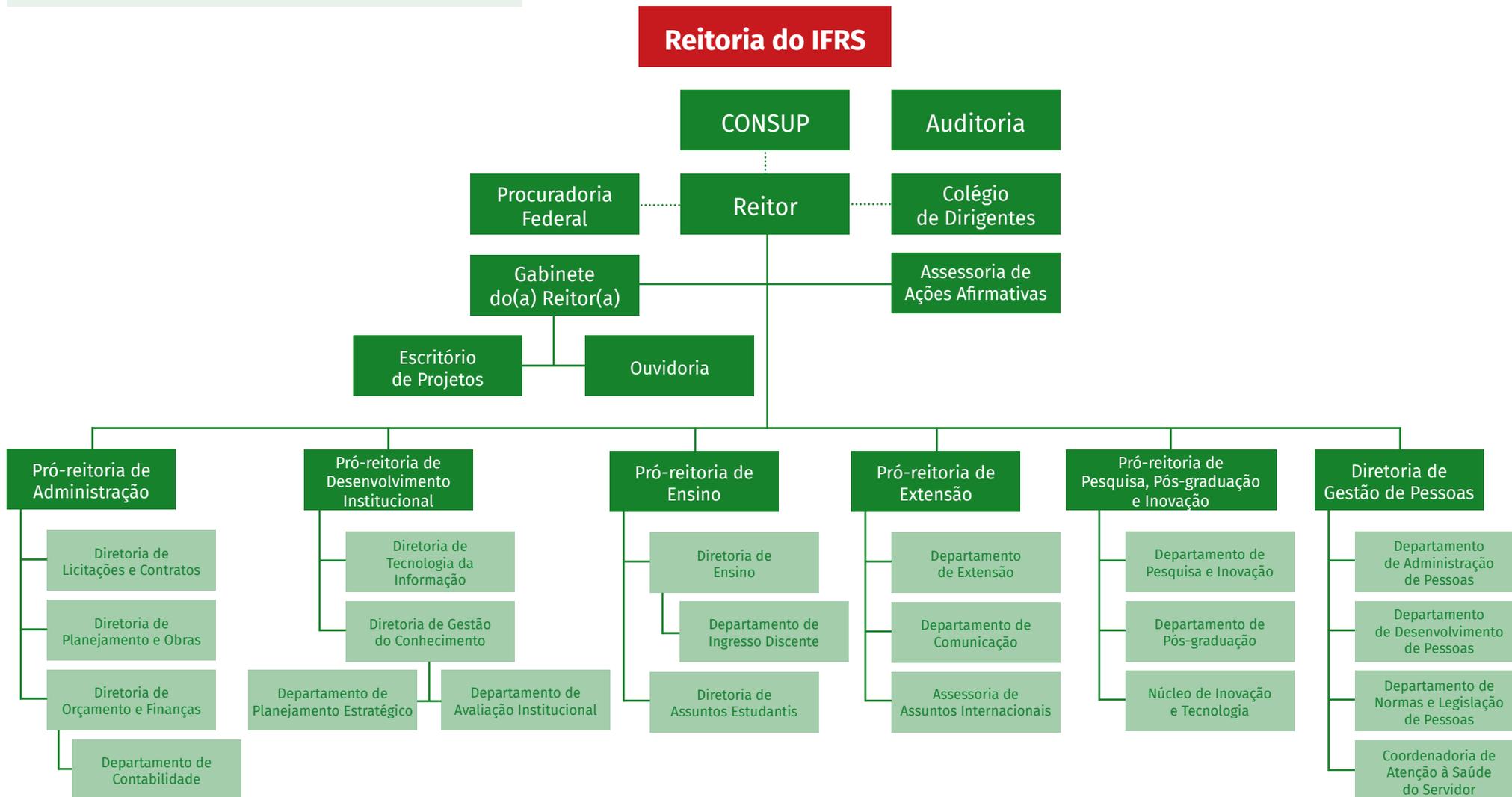
VALORES

Autonomia
Compromisso Social
Desenvolvimento científico e tecnológico
Desenvolvimento Humano
Eficiência
Ética
Impessoalidade

Inovação
Legalidade
Moralidade
Publicidade
Qualidade e Excelência
Respeito
Transparência

Estrutura Organizacional do Instituto Federal do Rio Grande do Sul

A organização do IFRS é estruturada conforme estabelecido em seu Estatuto, Regimento Geral e nos Regimentos Internos de cada unidade.



Gestão Atual



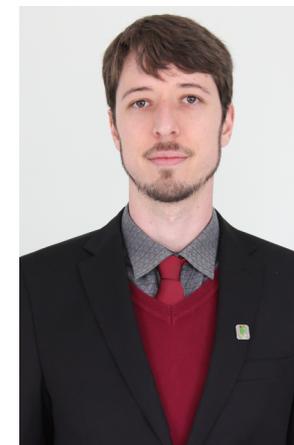
Júlio Xandro Heck
Reitor



Tatiana Weber
Pró-reitora
de Administração



Amilton de Moura Figueiredo
Pró-reitor de Desenvolvimento
Institucional



Marc Emerim
Diretor de Gestão
de Pessoas



Eduardo Giroto
Pró-reitor de Pesquisa,
Pós-graduação e Inovação



Marlova Benedetti
Pró-reitora de Extensão



Lucas Coradini
Pró-reitor de Ensino

Ambiente Externo

Para realizar o levantamento das Ameaças e Oportunidades foram utilizados os planejamentos estratégicos dos COREDES dos períodos de 2015 a 2030. As principais oportunidade e ameaças estão resumidas no quadro a seguir:

AMEAÇAS

Enfraquecimento do apoio político às Instituições de Ensino públicas;
incompreensão da base política e da comunidade da missão do IF;
falta de reconhecimento da comunidade local e regional para a missão, função e importância do IF no desenvolvimento territorial;
espaços limitados para discussões produtivas, sociais, ambientais, culturais, econômicas e tecnológicas no âmbito de atuação do IF;
escassez de recursos para pesquisa e inovação providos de organismos externos, reduzindo a participação do IF junto a esses recursos;
escassez de recursos para dar continuidade à implantação dos *campi*;
escassez de recursos para manutenção dos *campi* da fase II e pré-existentes.

OPORTUNIDADES

Ampliação do apoio político em nível macro e micro para o ensino público, com maiores investimentos para as atividades educativas em diferentes níveis e áreas;
fortalecimento da economia (e, com isso, a busca da população por maior qualificação);
demandas de qualificação em consonância com as potencialidades e vocações territoriais;
integração de recursos dos diferentes *campi* do IFRS e de outras instituições federais.

Planejamento Estratégico e Governança

Planejamento Estratégico e Governança

Os objetivos estratégicos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional são definidos por área conforme demonstrado a seguir.

Objetivos Estratégicos relacionados ao Ensino

Criar Observatório da evasão e retenção discente no IFRS.	Aperfeiçoar a gestão do Ensino no âmbito do IFRS.	Consolidar o Processo de Ingresso discente do IFRS.	Fortalecer e consolidar a oferta de cursos em todos os níveis e modalidades da EPT.	Consolidar a Política de Assistência Estudantil do IFRS.
Acompanhar e avaliar junto aos <i>campi</i> as ações de superação dos índices de evasão e retenção identificados.	Estabelecimento de diretrizes e bases comuns para a elaboração do Calendário Acadêmico Geral do IFRS. Fomentando, em conjunto com a Proppi, a criação da Política de Pós-graduação do IFRS. Acompanhamento da implantação do Sistema Acadêmico do IFRS. Realizar capacitação para os gestores das equipes de ensino dos <i>campus</i> do IFRS. Acompanhamento e assessoramento da implementação da Organização Didática nos <i>campi</i> do IFRS.	Desenvolvimento e implantação novos formatos de acesso nos cursos do IFRS. Capacitação das Comissões Permanentes dos <i>campi</i> para aplicação da Política de Ingresso Discente do IFRS. Aquisição/desenvolvimento de software de gerenciamento dos processos de ingresso e concursos do IFRS. Estruturação e fortalecimento a Coordenação de Processo Seletivo. Acompanhamento da nova política de ingresso discente do IFRS.	Viabilizar e normatizar a oferta de até 20% da carga horária do cursos, utilizando a educação a distância Preparação do corpo docente e técnico envolvido, para a prática da EaD. Fomento da oferta de cursos superiores na modalidade a Distância. Criação e fomento de fóruns de discussão dos diferentes níveis e modalidades da EPCT. Acompanhamento a implantação de cursos e sua consonância com os arranjos produtivos locais e vocações regionais. Estimulo e assessorar os processos de revisão dos PPCs dos cursos do IFRS, atendendo as novas diretrizes da EPCT, além da legislação geral da educação do país. Orientação e acompanhar a criação de novos cursos no IFRS considerando a lei de criação dos Institutos Federais. Aprimorar a articulação das políticas de ensino e ações de sua competência com as demais pró-reitorias do IFRS.	Implementar junto aos <i>campi</i> do IFRS ações de permanência e êxito dos estudantes em consonância com a Política de Assistência Estudantil do IFRS e com a legislação vigente. Fomentar as ações de inclusão de forma articulada com os NAPNES e NEABIS dos <i>campi</i> do IFRS.

Objetivos Estratégicos relacionados à Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Construir e consolidar as políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação do IFRS de forma articulada e indissociada alinhadas com as políticas nacionais de Pós-graduação e Pesquisa, bem como com as políticas institucionais do IFRS.	Incentivar o desenvolvimento de pesquisa aplicada focada nas linhas de atuação dos <i>campus</i>, associada à demanda e pertinência regional.	Fomentar a consolidação da Inovação Tecnológica, mediante parcerias efetivas e concretas com a iniciativa pública e privada.	Fomentar propostas integradas entre os <i>campi</i> do IFRS na Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.
Construir um documento de desdobramento das Políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação instituídas pelo PDI e PPI em conjunto com o Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (COPPI). Instituir um processo de avaliação da implementação das Políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, junto ao COPPI e de forma articulada com a CPA, de forma a readequar as ações.	Oferecer cursos de capacitação sobre elaboração e coordenação de projetos de pesquisa aplicada. Executar, juntamente com o COPPI, 5 ações para análise dos interesses e necessidades dos arranjos produtivos locais em articulação com a Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.	Elaborar a regulamentação sobre a utilização de Fundação de Apoio para captação e execução de recursos em parceria com a iniciativa privada para o fomento de projetos de Pesquisa e Inovação.	Elaborar e submeter projetos institucionais de pesquisa aos órgãos de fomento externo.

Coordenar o processo de elaboração, implementação e aprovação de propostas de Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* e Cursos de Especialização *Lato Sensu* em consonância com as políticas nacionais de pós-graduação.

Elaborar e submeter à avaliação da CAPES, em conjunto com os *campi*, proposta de Mestrado Profissional institucional.
Elaborar e implementar, em conjunto com os *campi*, propostas de cursos de Especialização *Lato Sensu*.

Ampliar a captação de fomento externo para a Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

Oferecer cursos de capacitação sobre elaboração e coordenação de projetos de pesquisa aplicada. Executar, juntamente com o COPPI, 5 ações para análise dos interesses e necessidades dos arranjos produtivos locais em articulação com a Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

Desenvolver parcerias com instituições nacionais e internacionais nas áreas da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, com vistas à produção científica e tecnológica e mobilidade de docentes em nível de pós-graduação.

Celebrar convênios e/ou termos de cooperação técnica com instituições de ensino e empresas para projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos.

Incentivar a ampliação da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa, tendo como parâmetro os indexadores definidos pela CAPES.

Aumentar a produção científica do IFRS.

Objetivos Estratégicos relacionados à Extensão

Promover e subsidiar ações de inclusão social, digital, étnico-racial, de grupos em vulnerabilidade social, buscando o respeito à diversidade, a valorização cultural e a equidade social.

Elaborar e atualizar políticas de comunicação do IFRS por meio do Plano Geral de Comunicação, do Planejamento Anual de Comunicação do IFRS e de cada *campus* em particular.

Desenvolver as políticas de comunicação do IFRS.

Oferecer cursos de capacitação sobre elaboração e coordenação de projetos de pesquisa aplicada. Executar, juntamente com o COPPI, 5 ações para análise dos interesses e necessidades dos arranjos produtivos locais em articulação com a Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

Gerenciar o fluxo de informações externas e internas da Reitoria e dos *campus* do instituto.

Criar a identidade comunicacional do IFRS envolvendo a criação (em 2014) de um Manual de Redação e um Manual de Uso da Marca, além de revisar cada um dos documentos anualmente.

Intermediar estágios e emprego.

Estabelecer anualmente, em cada *campus*, convênios com instituições públicas ou privadas para concessão de estágios.

Realizar o acompanhamento de egressos.

Realizar anualmente o acompanhamento dos egressos da instituição.

Qualificar servidores, discentes e membros da sociedade.

Elevar o número de Cursos de Extensão e Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC.

Promover a integração entre a instituição e a sociedade.

Realizar visitas técnicas anuais em instituições públicas, privadas e demais ambientes que visam a educação profissional, científica e tecnológica.
Organizar eventos culturais artísticos, científicos, tecnológicos e esportivos, por *campus*.

Estimular ações que visam o desenvolvimento local e regional.

Disponibilizar anualmente recursos para a execução ações de extensão por *campus*. Participar anualmente de editais/chamadas públicas promovidas por instituições públicas ou privadas.
Desenvolver projetos de extensão, por *campus* da instituição, que representam soluções para inclusão social, relações etno-raciais, geração de oportunidades e melhoria nas condições de vida.
Realizar evento em cada *campus* com foco no empreendedorismo e associativismo.

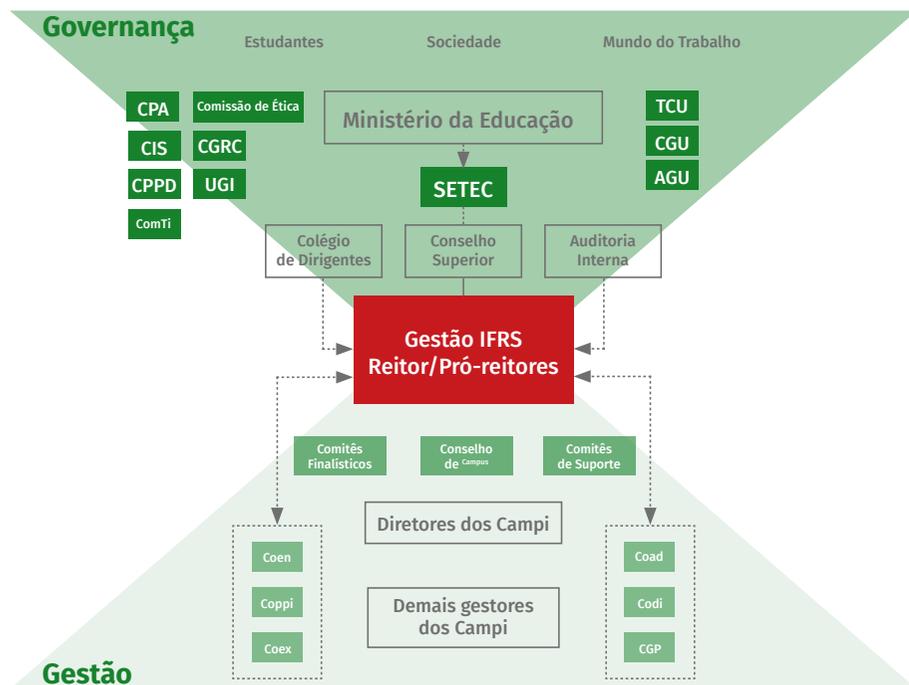
Ampliar as parcerias entre o IFRS com instituições públicas, privadas e demais órgãos da sociedade civil.

Realizar convênios anuais com instituições nacionais e internacionais.

Promover a internacionalização do IFRS.

Implementar Centro de Línguas no IFRS. Implementar programa institucional de bolsas para mobilidade.
Firmar novos convênios de cooperação com instituições estrangeiras.
Organizar Missões Institucionais Internacionais.
Estabelecer núcleo de apoio e recebimento ao estudante estrangeiro em cada *campus*. Apoiar a participação de servidores em eventos de ensino, pesquisa ou extensão no exterior.
Receber visitas de delegações internacionais no IFRS.

Modelo de governança com a descrição das estruturas de governança e abordando os processos específicos para tomada de decisão.



Dirigentes e colegiados

A administração do IFRS, apoiada pelos órgãos colegiados, é realizada pela reitoria e direção-geral dos *campi*. A administração é exercida pelo Reitor, que delega atribuições executivas aos Pró-reitores, Diretor Sistêmico e Diretores-gerais dos *campi*.

Conselho Superior (CONSUP) – de caráter consultivo de deliberativo, é o órgão máximo da instituição.

Colégio de Dirigentes (CD) – de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da gestão.

Comitê Interno de Governança Riscos e Controles (CGRC) – de caráter consultivo, tem por objetivo implementar, manter, monitorar e revisar o processo de gestão de riscos. [Portaria nº 830 de 20/06/2018.](#)

Unidade de Gestão de Integridade (UGI) – tem a atribuição de coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade.

Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) – órgão consultivo, colegiado, independente e competente de assessoramento do Conselho Superior do IFRS para formulação, acompanhamento e execução da política de pessoal docente.

Comissão Interna de Supervisão (CIS) – A Comissão Interna de Supervisão do Plano de carreira dos cargos Técnico Administrativos em Educação possui a finalidade de acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a sua implementação no âmbito institucional e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para seu aprimoramento.

Comissão Própria de Avaliação (CPA) – integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), atua com autonomia, no âmbito de sua competência legal, em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição.

Comissão de Ética do IFRS (CEIFRS) – instância consultiva de dirigente e servidores do IFRS e faz parte do Sistema de Gestão de Ética ([Decreto nº 6.029/2007](#)).

Conselhos de Campus (Concamp) – órgão máximo normativo, consultivo e deliberativo de cada *campus* do IFRS.

Comitês finalísticos e de suporte – São órgão colegiados consultivos e propositivos. Tem a finalidade de colaborar para desenvolvimento de políticas e ações do IFRS nas suas respectivas áreas: Comitê de Ensino ([Coen](#)) Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação ([Coppi](#)), Comitê de Extensão ([Coex](#)), Comitê de Administração ([Coad](#)), Comitê de desenvolvimento Institucional ([Codi](#)) e Comitê de Gestão de Pessoas ([CGP](#)).

Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna (UNAI) - é o órgão de controle desenhado para adicionar valor e melhorar as operações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do

Rio Grande do Sul – IFRS, por meio de avaliação e consultoria em relação aos processos de Governança, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, a partir da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada.

A UNAI possui regimento próprio aprovado pelo Conselho Superior do IFRS por meio da Resolução nº 055/2013 disponível em http://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao_55_13.pdf. Também, a existência da auditoria interna está prevista no Estatuto, Capítulo II Seção IX, artigo 26, conforme pode ser visualizado em <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Estatuto-IFRS-Atual.pdf>. E, ainda, no Regimento Geral do IFRS, artigo 28, o qual pode ser acessado em https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Regimento_Geral_IFRS.pdf.

Vislumbra-se que a UNAI cumpriu devidamente suas competências regimentais no exercício de 2018 ao assistir à organização na consecução de seus objetivos institucionais e ao propor melhorias nos controles internos administrativos. Contribuiu, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança corporativa. Além disso, buscou dar assistência sempre que necessário aos gestores com o fito de fortalecer a gestão. Ainda, acompanhou o cumprimento das recomendações de auditorias de exercícios anteriores além das emitidas no exercício de 2018. Por meio desse acompanhamento pode-se identificar o empenho e comprometimento dos gestores em aperfeiçoar os procedimentos tornando-os mais eficientes e em conformidade com a legislação pátria. O Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna (RAINT) referente ao exercício de 2018 pode ser conferido no seguinte link <https://ifrs.edu.br/unidade-de-auditoria-interna/relatorio-anual-de-atividades-de-auditoria-interna-aint/>.

Atividades de Correição e apuração de ilícitos administrativos

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul conta, desde 2013, com uma normativa interna própria acerca dos fluxos e procedimentos dos Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, aliado, ainda, à utilização das normativas e orientações expedidas pela própria CGU. Atualmente, a normativa em vigor é a Instrução Normativa nº 04, de 07 de maio de 2015, que previu a existência de uma Comissão de Assessoramento para Processos Disciplinares (CAPD), com atribuições definidas no art. 3º, cujos membros estão designados através da Portaria IFRS nº 1.706, de 16 de agosto de 2016. A Instrução Normativa pode ser acessada no site oficial da instituição, por meio do link: <https://ifrs.edu.br/institucional/comissoes/comissao-de-assessoramento-para-processos-disciplinares/>.

A instituição tem envidado os máximos esforços no sentido de manter uma estrutura interna para apuração dos ilícitos administrativos, além de fomentar, na medida do possível, a participação de servidores em treinamentos/cursos de capacitação específicos para esta área. Ademais, está em fase de elaboração o Regimento Complementar da Reitoria do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, o qual espera-se seja aprovado em 2019, e contemplará uma Coordenadoria de Correição, a teor do que já prevê o Decreto nº 5.480/2005 e Instrução Normativa nº 14, de 14/11/2018, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Em atendimento aos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043/2007, cabe referir que o controle dos procedimentos administrativos disciplinares vem sendo regularmente efetuado pela Instituição através do lançamento das informações pertinentes no sistema CGU/PAD, por servidor habilitado junto ao sistema (Coordenador-Adjunto) e demais usuários cadastrados nas unidades do IFRS.

No ano de 2018 foram instaurados **06** Processos Administrativos Disciplinares e **01** Sindicância e **06** processos foram julgados.

Medidas Administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

As medidas para mitigar erros e ilícitos administrativos fundamentaram-se na revisão anual dos processos com implicação financeira relacionadas à Gestão de Pessoas realizado em 2018. Para tanto, antes de tomadas as providências cabíveis, nos trâmites internos concedeu-se a oportunidade de defesa e contraditório aos servidores em cada um dos processos. Esgotadas as possibilidades de solução, e permanecendo o imbróglio, foram instaurados os processos de restituição ao erário.

Os motivos para apuração são diversos, a constar: servidores que não realizaram a conclusão de seus cursos em gozo de afastamento para capacitação stricto sensu, licença-capacitação ou bolsa estudo concedida pela instituição, auxílio-transporte, auxílio-moradia, insalubridades, outros.

Os valores que a administração visa restituir ao cofre público foi calculado em um total de R\$ 614.014,96, sendo destes, R\$ 120.544,47 já foram restituídos.”

Processo administrativo	Assunto	Valor para reposição	Situação
23419.000713/2017-13	Bolsa de Estudo	R\$1.494,00	FINALIZADO
23419.001320/2017-27	Bolsa de Estudo	R\$6.919,39	FINALIZADO
23419.001308/2017-12	Bolsa de Estudo	R\$3.469,00	FINALIZADO
23419.001304/2017-34	Bolsa de Estudo	R\$2.896,40	FINALIZADO
23419.001302/2017-45	Bolsa de Estudo	R\$1.593,00	EM ANDAMENTO
23419.001307/2017-78	Bolsa de Estudo	R\$5.001,86	EM ANDAMENTO
23419.000541/2017-88	Bolsa de Estudo	R\$18.000,00	FINALIZADO
23419.001303/2017-90	Bolsa de Estudo	R\$22.000,00	FINALIZADO
23419.001306/2017-23	Bolsa de Estudo	R\$1.925,00	NÃO LOCALIZADO*
23419.000673/2015-48	Bolsa de Estudo	R\$282,00	FINALIZADO
23362.000323/2015-84	Bolsa de Estudo	R\$17.000,00	FINALIZADO
23419.001100/2017-01	Afastamento <i>Stricto Sensu</i>	R\$121.111,92	EM ANDAMENTO
23419.000376/2016-83	Contrato Temporário	R\$914,84	EM ANDAMENTO
23419.000387/2016-63	Contrato Temporário	R\$5.877,56	NÃO LOCALIZADO*
23419.000753/2017-65	Bolsa de Estudo	R\$3.518,00	FINALIZADO
23419.001202/2017-19	Férias	R\$174.467,65	EM ANDAMENTO
23419.000161/2017-43	Afastamento <i>Stricto Sensu</i>	R\$35.817,05	EM ANDAMENTO

■ Finalizado ■ Em andamento ■ Não localizado

23419.001098/2015-09	Auxílio-Transporte	R\$9.049,71	FINALIZADO
23419.001363/2017-11	Auxílio-Transporte	R\$5.280,00	EM ANDAMENTO
23419.001301/2017-09	Afastamento <i>Stricto Sensu</i>	R\$86.026,97	EM ANDAMENTO
23419.001041/2017-63	Insalubridade	R\$4.788,14	FINALIZADO
23419.001327/2016-68	Insalubridade	R\$8.668,45	FINALIZADO
23419.000783/2017-71	Insalubridade	R\$7.030,80	FINALIZADO
23419.000782/2017-27	Insalubridade	R\$3.787,65	FINALIZADO
00590.000207/2016-57	Licença Capacitação	R\$5.323,91	FINALIZADO
23419.001406/2017-50	Auxílio-Moradia	R\$16.674,00	EM ANDAMENTO
23419.001410/2017-18	Vacância	R\$3.579,52	EM ANDAMENTO
23419.001433/2017-22	Vacância	R\$458,00	FINALIZADO
23419.001420/2017-53	Vacância	R\$4.442,66	FINALIZADO
23419.001434/2017-77	Vacância	R\$1.360,11	EM ANDAMENTO
23419.001435/2017-11	Vacância	R\$4.162,18	NÃO LOCALIZADO*
23419.001437/2017-19	Vacância	R\$416,36	FINALIZADO
23419.001438/2017-55	Vacância	R\$6.799,64	EM ANDAMENTO
23419.001439/2017-08	Vacância	R\$305,18	EM ANDAMENTO
23419.001442/2017-13	Insalubridade	R\$3.301,21	EM ANDAMENTO
23419.001497/2017-23	Bolsa de Estudo	R\$19.000,00	FINALIZADO
23419.001587/2017-14	Bolsa de Estudo	R\$1.272,80	EM ANDAMENTO

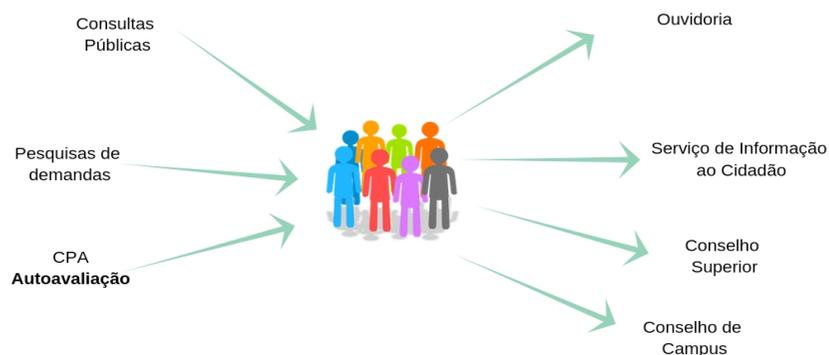
Valor total R\$614.014,96

Reposições realizadas R\$120.544,47

* O Servidor saiu do serviço público e não foi mais encontrado.

Principais Canais de Comunicação com a Sociedade

Canais de comunicação e participação da sociedade e estudantes



Ouvidoria

O principal canal de comunicação com a sociedade é a Ouvidoria, que disponibiliza acesso presencial e por meio do sistema e-Ouv.

No ano de 2018 foram recebidas **83 reclamações, 10 sugestões, 156 solicitações, 65 denúncias e 11 elogios.**

Serviço de Informação ao Cidadão

Para solicitações de informações, o IFRS disponibiliza o Serviço de Informação ao Cidadão, com atendimento presencial e por meio do sistema e-Sic.

No ano de 2018 foram recebidas, por meio do e-sic **172 solicitações de informação**, todas foram respondidas no prazo. Foram interpostos **17 recursos em 1ª instância, 05 em 2ª instância, 02 à CGU** e nenhum à CMRI.

Carta de Serviços ao Usuário

A fim de dar maior visibilidade e transparência às atividades realizadas pelo IFRS, disponibiliza a Carta de Serviços ao Usuário, que passou recentemente por uma atualização.

Comissão Própria de Avaliação – CPA

Anualmente a instituição realiza o processo de autoavaliação, onde a comunidade interna e externa é convidada a manifestar sua opinião sobre as atividades realizadas pela instituição. Para tanto, além de uma ampla divulgação do processo, são disponibilizadas ferramentas de acesso online.

Conselhos Superior e de Campus

Os Conselhos Superior e de *Campus* possuem representantes dos três segmentos da comunidade interna e também da comunidade externa. Através deles a sociedade tem participação nas decisões do IFRS ou dos *campi*.

Pesquisas de demanda – item obrigatório para a elaboração do Relatório de Desenvolvimento Institucional, para a abertura de novos cursos no IFRS.

Consultas Públicas – realizadas nas unidades, buscando a maior participação popular possível nos processos mais importantes da instituição como por exemplo: elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, abertura de novos cursos, planejamento anual.

Aferição do grau de satisfação dos cidadão-usuários

A instituição não realiza pesquisa própria de satisfação dos cidadãos-usuários.

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A comunicação institucional se dá, principalmente, pelo portal eletrônico do IFRS. Para agilizar a exposição de informações dos variados assuntos administrativos, cada setor tem acesso ao seu espaço no portal. Assim, o setor responsável pelo seu assunto gerencia e expõe as próprias informações. Todos os setores administrativos do IFRS têm espaço no portal, a fim de dar publicidade a sua atuação junto à instituição. Além disso, no portal há o espaço “Acesso à Informação”, conforme determina a Lei de Acesso à Informação, que compreende as funções, competências, estrutura organizacional, relação de autoridades (quem é quem), agenda de autoridades, horários de atendimento, e legislação do órgão/entidade.

Medidas para garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

Edificações de uso público	Novas edificações estão sendo construídas de acordo com a NBR 9050/2015 da ABNT. Edificações antigas passam por adequações como: rotas acessíveis, instalação de elevadores para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, construção de rampas, colocação de pisos táteis, marcações visuais nas portas de vidro, de acordo com a viabilidade orçamentária de cada unidade.		
Transporte coletivo rodoviário	A frota possui mais de 20 anos e inviabiliza a adaptação. Para o transporte de alunos que necessitem de veículo adaptado é feita a locação de serviço terceirizado especializado.		
Transporte coletivo aquaviário	Até o momento o IFRS não utiliza esse tipo de transporte.		
Transporte coletivo metroviário e ferroviário	Até o momento o IFRS não utiliza esse tipo de transporte.		
Transporte coletivo aéreo	Quando necessário utilizá-lo para atividades acadêmicas, buscar-se-á uma opção com acessibilidade.		
Portais e sites eletrônicos	Tanto o site do IFRS (http://ifrs.edu.br/), incluindo as suas unidades, como o site do CTA (http://cta.ifrs.edu.br/), que inclusive é um modelo de site acessível e que apresenta todo o seu conteúdo voltado para acessibilidade e TA, possuem um ótimo nível de acessibilidade. O portal eletrônico do IFRS (www.ifrs.edu.br) segue protocolos internacionais de acessibilidade na web, com mecanismos, ferramentas e atalhos que auxiliam na navegação facilitada dentro do site. No link "Acessibilidade", no topo do site, encontra-se a conceituação e as diretrizes da navegação acessível. Em postagens nas redes sociais, utiliza-se a hashtag #PraCegoVer, que auxilia pessoas com cegueira ou baixa visão descrevendo a imagem postada.		
Telecomunicações	Algumas unidades do IFRS possuem o telefone para surdos, como é o caso do <i>Campus Bento Gonçalves</i> . Existe um grupo de discussão e um grupo no WhatsApp para os profissionais de Libras (professores surdos, professores ouvintes e intérpretes de Libras) do IFRS possibilitando a comunicação de forma acessível. Os editais dos processos seletivos são divulgados também por meio de vídeos em Libras. Aos alunos surdos que desejarem a prova em Libras são disponibilizados pen drives com todas as questões em Libras além do acompanhamento de intérpretes. As provas dos processos seletivos já realizadas, inclusive aquelas em Libras, encontram-se em https://ingresso.ifrs.edu.br/2019/provas-e-gabaritos-antiores/ .		
		Serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens	O IFRS não possui serviços de radiodifusão. O CTA do IFRS realiza cursos, palestras e oficinas sobre a produção de materiais acessíveis, o que inclui apresentação de sons e imagens. O CTA possui artigos publicados em livros cujas temáticas convergem para a produção de material digital acessível, os quais destacam a produção de textos, slides, arquivos em PDF, vídeos acessíveis, seja no meio acadêmico ou administrativo.
		Publicidade governamental e pronunciamentos oficiais	O CTA e a Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade-AAID orientam os setores, por meio de capacitações, sobre a divulgação de cartazes, banners, necessidade de intérpretes de libras em eventos promovidos, além da divulgação do Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais .
		Bulas de medicamentos	Não se aplica ao IFRS.
		Manuais de equipamentos eletroeletrônicos e mecânicos de uso doméstico	No momento em que desenvolve qualquer Tecnologia Assistiva, o CTA produz os manuais de confecção e utilização da mesma e os publica em formato digital acessível. Para esclarecimentos adicionais o canal de comunicação é o e-mail cta@ifrs.edu.br .
		Exame de Proficiência	Os processos seletivos – realização de testes de proficiência tiveram início há aproximadamente 5 anos no IFRS. As condições de acessibilidade são previstas em editais, que seguem padrão fornecido pela SESU/MEC. Tanto nos processos seletivos, como em concursos realizados pelo IFRS, aos candidatos com necessidades específicas que solicitarem condição especial são atendidos. Dentre as principais condições especiais, destacam-se: provas ampliadas, em Braille, em Libras, sala de fácil acesso, mesa adaptada, tempo extra para realização da prova, ledor, preenchedor de elipses, leitor de telas, ampliadores de imagem, mouses, acionadores e teclados adaptados ou outros recursos de tecnologia assistiva.
		Formação de tradutor e intérprete de Libras	O <i>campus Alvorada</i> do IFRS, localizado na região metropolitana de Porto Alegre oferece o curso Técnico Subsequente de Tradução e Interpretação de Libras . O egresso desse curso terá condições de realizar a interpretação simultânea entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o português e vice versa, com fluência e coerência em diferentes espaços.
		Inclusão de tradutor/intérprete em instituições federais de educação básica e superior	O IFRS possui em seu quadro 7 intérpretes de Libras concursados, 12 temporários e 7 terceirizados, perfazendo um total de 26 profissionais. Com o ingresso de novos alunos surdos, no ano de 2019, esse número deverá ser ampliado.
		Inserção de tradutores de Libras nas instituições federais de ensino	Idem ao anterior.

Gestão de Riscos e Controles Internos

Gestão de Riscos e Controles Internos

Existe o entendimento, por parte da alta administração da instituição, da importância do controle interno sendo fundamental para que os objetivos institucionais preconizados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) sejam alcançados seguindo os princípios constitucionais da administração pública. Estes controles têm objetivos bem definidos no estatuto e regimento geral da instituição bem como em seus regimentos internos específicos, que após discutidos e aprovados no Conselho Superior (Consup), são amplamente divulgados entre servidores e estudantes além do público em geral.

A análise de riscos e sua gestão estão sendo implementadas no IFRS, gradativamente, principalmente através do trabalho multidisciplinar, visando aumentar a probabilidade e o impacto dos eventos positivos e reduzir a probabilidade e o impacto dos eventos negativos nas contratações de serviços. Para tanto, foi elaborado o seguinte cronograma:

Ano de 2019 – Elaboração da Política de riscos; capacitação da equipe sobre gestão de riscos e controles internos e definição dos riscos dos objetivos estratégicos do PDI 2019-2023; implantação de medidas específicas de gerenciamento dos riscos significativos em relação aos objetivos estratégicos.

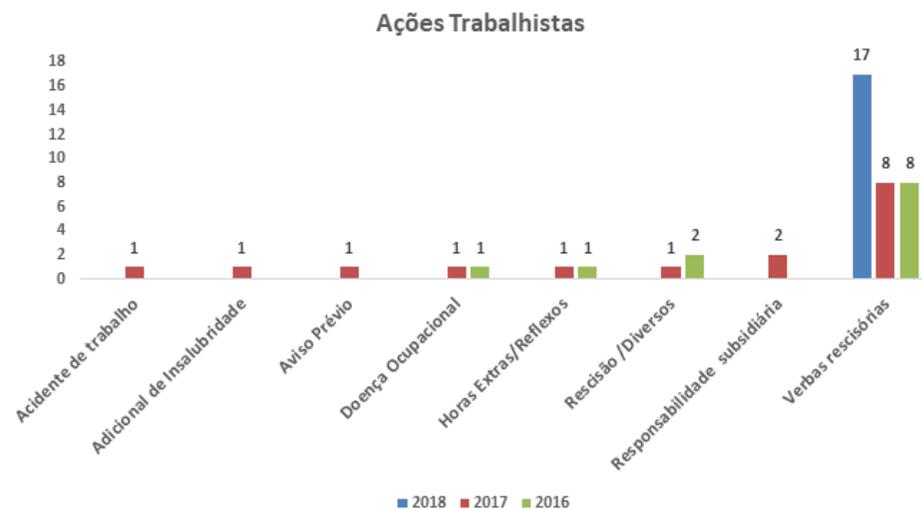
Ano de 2020 - Definição de Modelo e Método de aplicação; Aprovação do Modelo pela Alta gestão; Aplicação do Modelo – Definição dos Responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos em cada unidade; Aplicação do Modelo – Capacitação e Aplicação do modelo nas unidades administrativas do instituto.

Ano de 2021 - Monitoramento e controle.

Estrutura de gestão e controle de demandas judiciais

A Diretoria de Licitações e Contratos mantém atualizado o manual de gestão de fiscalização de contratos e compartilha com os *campi* modelos de documentos e fluxos de procedimentos para a padronização e melhoria da segurança e controle de execução dos contratos.

Informações sobre ações trabalhistas contra a entidade



Resultados da Gestão

Modelo de Gestão

A cadeia de valor do IFRS possui um conjunto de processos em operação para que os seus objetivos estratégicos possam ser atendidos. Os macroprocessos finalísticos do IFRS são considerados aqueles diretamente relacionados com a criação do valor para a sociedade e estudantes. O ensino, pesquisa e extensão estão no centro e articulados, buscando sua indissociabilidade. Os macroprocessos de apoio do IFRS são considerados aqueles que prestam suporte aos processos diretamente relacionados com a finalidade do IFRS.

Esses processos relacionam-se entre si e com os macroprocessos primários, permitindo que eles possam ser executados dentro dos padrões de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade do IFRS. As atividades de apoio envolvem a gestão de pessoas, planejamento e obras, licitação e contratos, orçamento e finanças, tecnologia de informação e comunicação. Já a Gestão Estratégica congrega o planejamento, avaliação e monitoramento de forma a traduzir a missão e a visão nas decisões institucionais.



Gestão Estratégica

Planejamento

PDI
Plano de Ação
Plano Orçamentário

Avaliação

Autoavaliação

Monitoramento

Prestação de Contas
Auditoria
Acompanhamento do PDI

Área Finalísticas

Ensino

Projeto Acadêmico
Seleção e Ingresso
Vida acadêmica

Pesquisa

Projetos
Inovação
Pós-graduação

Extensão

Eventos
Projetos
Cursos
Prestação de serviços

Gestão

Orçamento e Finanças

Contabilidade
Financeiro

Gestão de Pessoas

Pagamento
Capacitações
Afastamentos
Benefícios
Mobilidade

Licitações e Contratos

Compras e Aquisições
Contratos

Comunicação

Divulgação de informações
Publicidade institucional
Relações públicas

Tecnologia da Informação

Governança e serviços
Redes
Sistemas de informação

Planejamento e Obras

Planejamento
Obras
Manutenção predial

Resultados da Gestão

Cadeia de valor do EPE

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve promover a articulação das diferentes áreas do conhecimento e a inovação científica, tecnológica, artística, esportiva e cultural promovendo a inserção do IFRS nos planos local, regional, nacional e internacional. É compromisso do IFRS buscar, constantemente, tempos e espaços curriculares a fim de concretizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A criação de novos cursos deve considerar a política de expansão a ser adotada pelo IFRS, devendo especificar as metas sociais e políticas que se pretende alcançar com a formação oferecida, a concepção curricular e sua respectiva proposta e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (PDI, 2014-2018).

Ensino como valor público

A criação dos Institutos Federais indica a ideia de reorganizar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, fortalecendo a inserção na educação profissional de nível técnico em todo o território brasileiro. Além da expansão da oferta dos cursos técnicos de nível médio, é tarefa dos IFs concretizar a verticalização do ensino através da oferta de cursos de graduação e pós-graduação como opções de continuidade aos estudos dentro dos espaços geográficos ocupados pelos *campus* dos IFs (Trecho PDI 2014-2018). Os IFs fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que transformou 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades em 38 institutos presentes em todos estados do Brasil, oferecendo cursos gratuitos. Especificamente o IFRS está organizado em 17 *campi*, presentes em 16 cidades do Rio Grande do Sul.

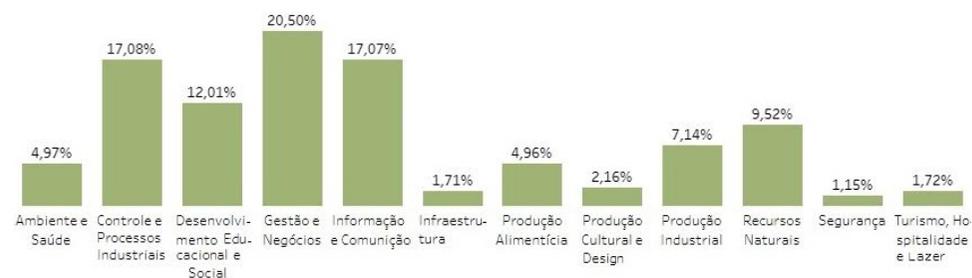
As ações desenvolvidas no IFRS no ano de 2018 buscaram atender às necessidades da área de ensino, no IFRS, em seus diversos níveis e modalidades e nas diversas frentes de atuação, além da necessária articulação com as demais Pró-reitorias, com destaque no investimento em capacitação e na discussão das possibilidades entre as demais Pró-reitorias, conforme segue:

- **Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação (Proppi)** - interface para a oferta de Cursos de Pós-graduação com carga horária a distância e construção do Repositório Institucional;

- **Pró-reitoria de Extensão (Proex)** - interface com a Assessoria de Ações Afirmativas, Assessoria de Assuntos Internacionais, Departamento de Comunicação e construção da Política de Estágios.

Resultados do ENSINO

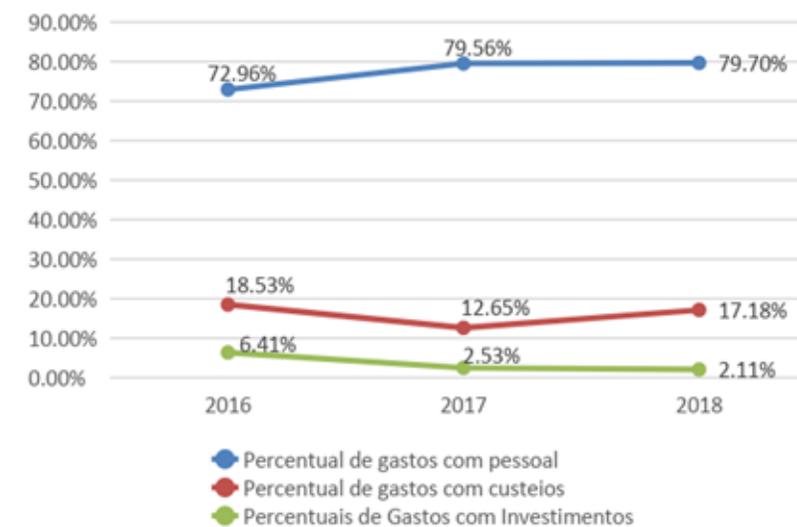
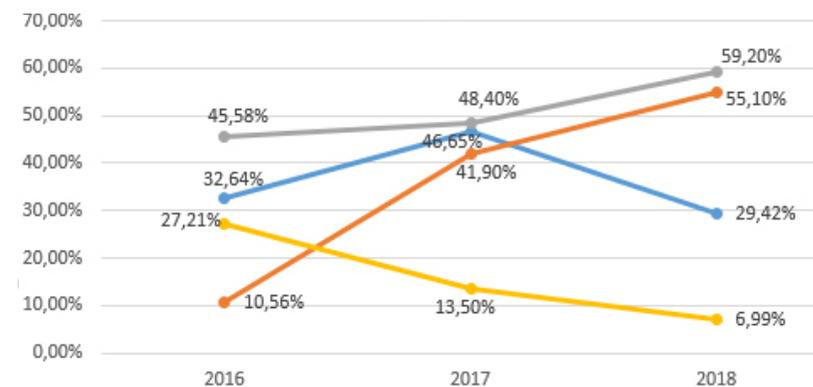
O IFRS, tendo em vista a [Lei nº 11.892](#), de 29 de dezembro de 2008, atua na educação básica e na educação superior, em diferentes níveis e modalidades de ensino, atendendo a diferentes eixos tecnológicos e áreas de conhecimento. Em 2018 o IFRS, em suas 17 Unidades de Ensino, ofertou 255 Cursos regulares desde técnico integrado ao ensino médio, subsequente e concomitante, cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, totalizando 21.008 matrículas. Foram 6.180 ingressantes, 2.639 concluintes e a oferta de 6.362 vagas. As matrículas do ano de 2018 estão distribuídas nos seguintes eixos, conforme mostra a figura abaixo.



Fonte: PNP, 2018

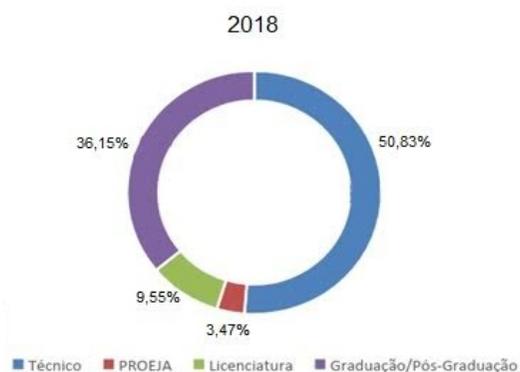
	2016	2017	2018	
Indicadores Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	5,01	5,89	4,2
	Relação Ingressantes/Número Total de Matriculados	32,64%	46,65%	29,42%
	Relação concluinte/aluno	10,56%	41,90%	55,10%
	Índice de Eficiência Acadêmica Concluintes	45,58%	48,40%	59,20%
	Índice de retenção do fluxo escolar	27,21%	13,50%	6,99%
	Relação de aluno/Docente em tempo integral	20,14	24,59	25,83
Indicadores Financeiros	Relação aluno/professor	18,33	19,74	23,96
	Taxa de evasão		18,9%	16,10%
Indicadores Socioeconômicos	Gastos correntes por aluno	R\$ 15.981,28	R\$ 14.161,67	R\$ 15.888,96
	Gastos correntes por matrícula equivalente		R\$ 17.654,54	R\$ 16.558,27
	Percentual de gastos com pessoal	72,96%	79,56%	79,70%
	Percentual de gastos com custeios	18,53%	12,65%	17,18%
	Percentuais de Gastos com Investimentos	6,41%	2,53%	2,11%
	RFPC < 0,5 SM	1.517	3.173	2.451
Indicadores Docentes	0,5 <= RFPC < 1,0 SM	1.998	3.054	2.674
	1,0 <= RFPC < 1,5 SM	2.598	4.820	4.693
	1,5 <= RFPC < 2,5 SM	3.342	3.898	3.592
	2,5 <= RFPC < 3,5 SM	1.124	1.750	1.598
	RFP > 3,5		1.254	1.170
Indicadores Docentes	Não declarada		7.628	4.830
	Índice de titulação do Corpo Docente	4,18	4,3	4,3
Total	1.613,16	884,17	884,17	2.984,48

Fonte: PNP, 2018



Fonte: PNP, 2018

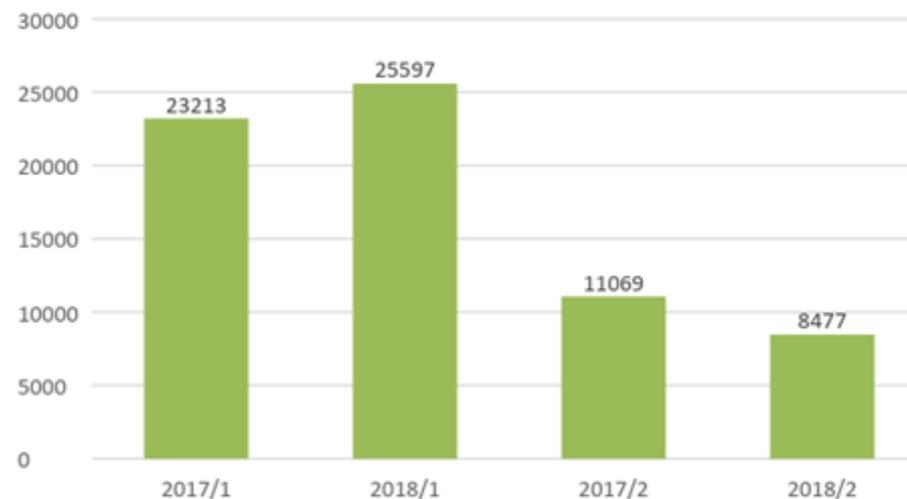
Atendimento dos percentuais da [Lei nº 11.892](#) de 29 de dezembro de 2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados e 20% de suas vagas para oferta de cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.



Fonte: PNP, 2018

A figura a seguir demonstra o número de inscritos por processo seletivo.

Evolução de inscritos em processos seletivos



Fonte: Sistema Interno IFRS, 2018

Avaliação da Qualidade dos Cursos Superiores

Resultados obtidos por meio das avaliações externas de reconhecimento de curso realizadas ao longo do ano de 2018 encontram-se expostas no quadro a seguir.

CURSO	CAMPUS	PROCESSO AVALIATIVO	CONCEITO
Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS)	Canoas	Renovação do Reconhecimento	4
Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS)	Rio Grande	Renovação do Reconhecimento	4
Licenciatura em Ciências Agrícolas	Sertão	Renovação do Reconhecimento	4
Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Básica e Profissional	Sertão	Renovação do Reconhecimento	3
Licenciatura em Matemática	Osório	Reconhecimento de Curso	4

CURSO	CAMPUS	PROCESSO AVALIATIVO	CONCEITO
Licenciatura em Química	Feliz	Reconhecimento de Curso	4
Processos Gerenciais	Caxias do Sul	Reconhecimento de Curso	4
Gestão Ambiental	Viamão	Reconhecimento de Curso	4
Processos Gerenciais	Rolante	Reconhecimento de Curso	5

Fonte: E-mec, 2018

No que diz respeito aos resultados relacionados ao Exame Nacional de Cursos publicizado no ano de 2018 o quadro a seguir detalha os curso que foram selecionados e realizaram a avaliação no ano de 2017.

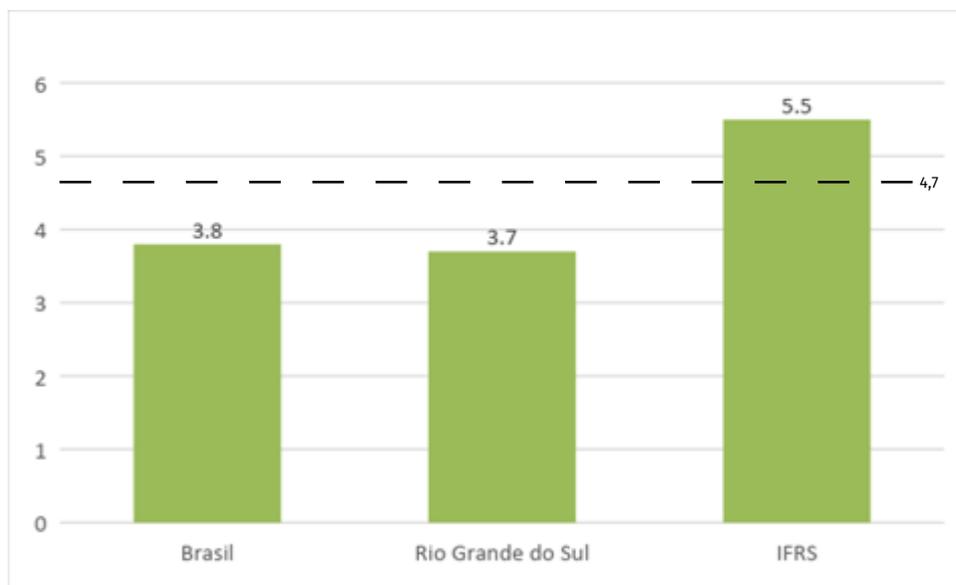
Com base nos resultados obtidos o IFRS obteve um Índice Geral de Cursos igual a 4, mantendo o mesmo conceito desde 2013.

CURSO	CAMPUS	ENADE	ÍNDICE DE DIFERENÇA DE DESEMPENHO	CONCEITO PARCIAL DE CURSO	ANO DE REALIZAÇÃO
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Bento Gonçalves / RS	ENADE: 4 (3.4988)	IDD: 3 (2.3358)	CPC: 4 (3.0206)	2017
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Porto Alegre / RS	ENADE: 3 (2.5137)	IDD: 3 (2.4487)	CPC: 3 (2.9036)	2017
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Canoas / RS	ENADE: 5 (4.2751)	IDD: 4 (3.9315)	CPC: 5 (4.0084)	2017
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Sertão / RS	ENADE: 4 (2.9713)	IDD: 4 (3.0722)	CPC: 3 (2.7676)	2017
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Farroupilha / RS	ENADE: 5 (4.9242)	IDD: 5 (5.0000)	CPC: 5 (3.9697)	2017
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Osório / RS	ENADE: 4 (3.4621)	IDD: 4 (3.2146)	CPC: 4 (3.4777)	2017
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Rio Grande / RS	ENADE: 4 (3.3358)	IDD: 3 (2.6995)	CPC: 3 (2.8741)	2017
ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Farroupilha / RS	ENADE: 4 (3.8139)	IDD: 5 (4.1068)	CPC: 4 (3.7996)	2017
ENGENHARIA MECÂNICA	Erechim / RS	ENADE: 5 (4.1080)	IDD: 4 (3.9377)	CPC: 4 (3.5452)	2017
ENGENHARIA MECÂNICA	Farroupilha / RS	ENADE: 4 (3.9148)	IDD: 5 (3.9967)	CPC: 4 (3.6499)	2017
LICENCIATURA EM FÍSICA	Bento Gonçalves / RS	ENADE: 3 (2.4959)	IDD: 2 (1.1140)	CPC: 3 (2.4172)	2017
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	Bento Gonçalves / RS	ENADE: 4 (3.0392)	IDD: 4 (3.3902)	CPC: 4 (3.2772)	2017
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	Caxias do Sul / RS	ENADE: 4 (3.8336)	IDD: 5 (4.1855)	CPC: 4 (3.7671)	2017
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	Ibirubá / RS	ENADE: 3 (2.8357)	IDD: 4 (3.1930)	CPC: 3 (2.8526)	2017
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	Canoas / RS	ENADE: 5 (4.8872)	IDD: 5 (5.0000)	CPC: 5 (4.4871)	2017
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	Porto Alegre / RS	ENADE: 3 (2.8195)	IDD: 4 (3.2057)	CPC: 4 (2.9553)	2017

Fonte: E-mec, 2018

Avaliação da Qualidade da Educação Básica - IDEB

A média do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2017 referente ao Ensino Médio superou a meta estabelecida para o país. O IFRS atingiu média de **5,5**, consideravelmente acima da média estadual (3,7) e da nacional (3,8) e maior do que a meta traçada para o Brasil (4,7), conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo levantamento.



Fonte: INEP, 2018

A média do IFRS foi calculada considerando oito *campi*, que representam as instituições federais na tabela por municípios divulgada pelo Inep e pelo Ministério da Educação (MEC). São os *campi* Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Restinga (Porto Alegre) e Sertão. Os melhores desempenhos ficaram com os *campi* Farroupilha (média de 7,0), Feliz (6,6) e Canoas (6,4).

Avaliação da Qualidade do Ensino Médio - ENEM

Considerando o desempenho dos estudantes de todas as **instituições públicas do Brasil** nas provas objetivas, o IFRS tem dois *campi* entre as 50 instituições melhores colocadas e cinco entre as cem: Farroupilha (22º), Canoas (43º), Osório (54º), Caxias do Sul (80º) e Bento Gonçalves (95º).

Classificação estadual

Entre as escolas **públicas e privadas do Rio Grande do Sul**, o IFRS obtém destaque tanto nas provas objetivas quanto na redação. Nas provas objetivas, são quatro *campi* entre os 50 melhores colocados e seis *campi* entre os cem: Farroupilha (11º); Canoas (25º); Osório (30º), Caxias do Sul (48º), Bento Gonçalves (57º) e Rio Grande (67º). Na redação, dois *campi* figuram entre as 50 melhores médias e três entre os cem: Osório (7º), Rio Grande (21º) e Farroupilha (72º).

Entre as **instituições gaúchas públicas**, os nove *campi* estão entre as 60 melhores colocadas nas provas objetivas: Farroupilha (3º), Canoas (7º), Osório (10º), Caxias do Sul (13º), Bento Gonçalves (14º), Rio Grande (15º), Ibirubá (23º), Restinga (25º) e Sertão (60º).

Bolsas de Ensino

Programa Institucional de Bolsas de Ensino - PIBEN

O Programa Institucional de Bolsas de Ensino do IFRS (PIBEN) tem por finalidade apoiar as ações de ensino, caracterizadas como programas ou projetos fomentados por orçamento institucional ou externo, por meio da concessão de bolsas aos discentes dos cursos técnicos de nível médio e superiores do IFRS. O Programa Institucional de Bolsas de Ensino (PIBEN) tem como objetivos:

- fomentar o desenvolvimento de projetos de ensino no âmbito do IFRS, respeitando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- proporcionar ao discente a formação integral, através do desenvolvimento de uma práxis educativa, orientada pelas concepções pedagógicas presentes no Projeto Político-pedagógico Institucional do IFRS;

- iniciar o corpo discente na prática de monitoria;
- proporcionar ao discente o conhecimento metodológico das atividades de ensino, por meio da vivência de inovadoras práticas formativas;
- desenvolver no discente a perspectiva da docência;
- permitir ao discente reconhecer a abrangência de sua área profissional;
- estimular o desenvolvimento da criatividade na busca da socialização de saberes, aprimorando o processo formativo de profissionais enquanto cidadãos;
- incentivar projetos de ensino vinculados à Educação Ambiental, Direitos Humanos e às Ações Afirmativas no IFRS, ou outras ações de ordem inclusiva.

A Figura a seguir mostra a distribuição de bolsas de ensino com pagamento de bolsistas (edital de bolsa de ensino) e sem pagamento (fluxo contínuo).



Fonte: Sistemas Interno IFRS, 2018

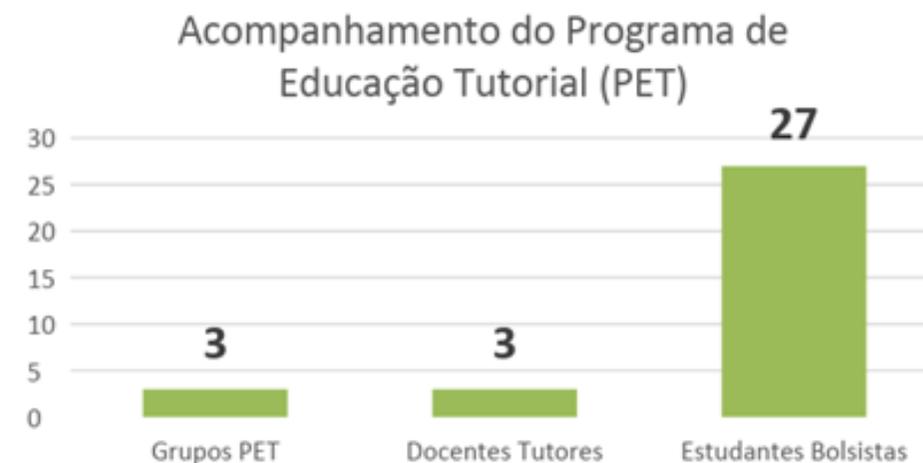
Cabe ressaltar que cerca de 73% dos projetos implementados com edital de bolsa de ensino foram apresentados no seminário da Educação Profissional e Tecnológica. Isso mostra que o objetivo estratégico (Aperfeiçoar a gestão do ensino no âmbito do IFRS) está sendo alcançado com o monitoramento e execução da Política de Bolsas de Ensino (PIBEN) no IFRS junto aos *campi*.

Foi investido um montante de **R\$ 687.148,64** em bolsas de Ensino e Monitoria.

Programa de Educação Tutorial - PET

O Programa de Educação Tutorial (PET) conta com 779 grupos distribuídos entre 114 Instituições de Ensino Superior distribuídas entre as diferentes áreas do conhecimento e as diversas regiões geográficas do país. De acordo com o estabelecido na Lei nº 11.180/2005, e regulamentado na Portaria MEC nº 976 de 27 de julho de 2010, o PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação das Instituições de Ensino Superior do país, orientados pelo princípio

da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, está sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Relações Estudantis (CGRE) da Diretoria da Rede IFES (DIFES). No IFRS, foi constituído o Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Educação Tutorial (CLAA – PET), através da Portaria nº 1.117, de 22 de agosto de 2018, para realizar o acompanhamento do programa.



Fonte: Sistemas Interno IFRS, 2018

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. Concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

Acompanhamento do Programa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid)



Fonte: Sistemas Interno IFRS, 2018

Residência Pedagógica

O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso. Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da sua Instituição Formadora. A Residência Pedagógica, articulada aos demais programas da Capes compõem a Política Nacional, tem como premissas básicas o entendimento de que a formação de professores nos cursos de licenciatura deve assegurar aos seus egressos, habilidades e competências que lhes permitam realizar um ensino de qualidade nas escolas de educação básica. No IFRS, a Residência Pedagógica, em 2018, esteve presente com um projeto multidisciplinar, que envolveu as áreas de Física e Matemática no Campus Bento Gonçalves e Matemática no Campus Caxias do Sul. O programa envolveu a participação de 24 bolsistas do IFRS e 3 preceptores (professores das Instituições de ensino parceiras), selecionados por meio de edital.

Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), na modalidade presencial, é um Programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES. Em 2018, os *Campi* Bento Gonçalves e Porto Alegre do IFRS foram novamente selecionados para participar do Programa. Foram investidos um total de **R\$ 56.183,54**.

Formações, Capacitações e Encontros do Ensino

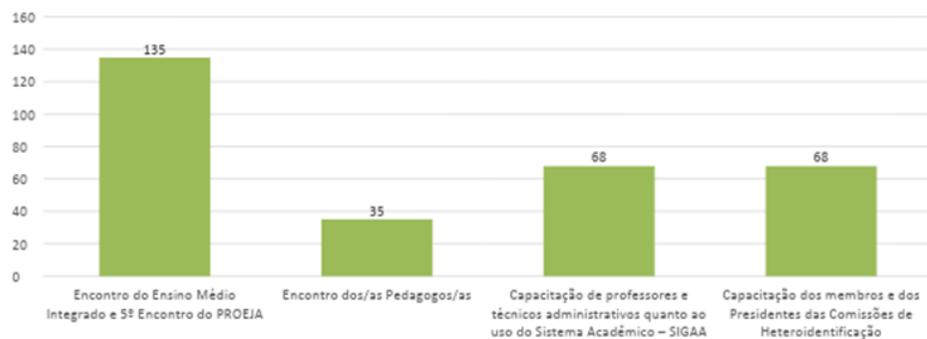
Em agosto 135 servidores e estudantes do IFRS participaram do II Fórum do Ensino Médio Integrado e IV Encontro do Proeja do IFRS.

Em setembro ocorreu um encontro com objetivo de capacitar professores e técnicos administrativos quanto ao uso do Sistema Acadêmico – SIGAA.

O I Desafio Criativo do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) foi realizado também no mês de novembro. A atividade foi direcionada aos estudantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio que deveriam propor solução para problemas reais, com a aplicação de conhecimentos adquiridos nos diversos componentes curriculares dos cursos. O tema é “Criatividade no Desenvolvimento de Recursos de Tecnologia Assistiva” e os participantes precisaram apresentar soluções para dificuldades enfrentadas no cotidiano por pessoas com deficiência e/ou outras necessidades específicas. Participaram 30 estudantes, de 15 *campi* do IFRS. Eles foram divididos em cinco equipes, cada uma com a monitoria de um professor e com um desafio distinto.

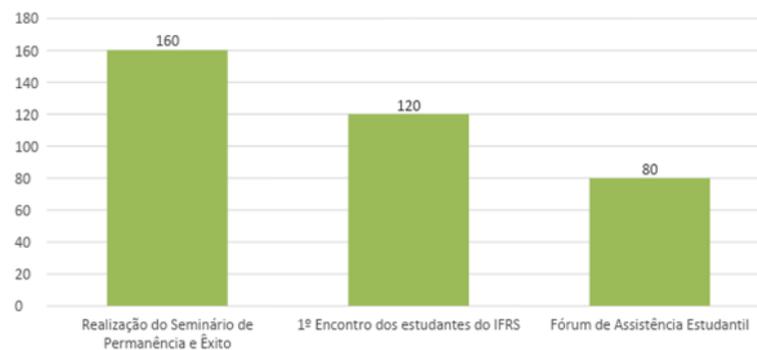
A Pró-reitoria de Ensino promoveu o I Encontro dos Pedagogos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). O evento reuniu, também no mês de novembro de 2018 um total de 35 profissionais de todos os *campi*. Além de um espaço formativo, o encontro objetivou o compartilhamento de experiências de trabalho pedagógico desenvolvidas nas unidades, a construção coletiva de proposições para o aprimoramento das políticas relacionadas ao ensino e articulação para iniciativas de formação pedagógica de acordo com as necessidades identificadas pelas equipes.

No mês de dezembro ocorreu o Evento com a temática da heteroidentificação com objetivo de capacitar os presidentes e demais membros das comissões de heteroidentificação, que irão atuar no próximo processo seletivo, bem como demais servidores envolvidos no processo seletivo e registro escolar.



Fonte: Sistemas Interno IFRS, 2018

Da promoção para formação continuada foram feitos 3 eventos com a participação de mais de 300 pessoas entre discentes, docentes e técnicos. Tendo entre os objetivos compreender o cenário de permanência e êxito dos estudantes, debater estratégias que favoreçam o alcance de metas para a permanência e o êxito no processo de formação integral dos estudantes, bem como fortalecer as lideranças das equipes de assistência estudantil, será realizado o II Fórum de Assistência Estudantil e I o Seminário de Permanência e Êxito do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), no mês de setembro de 2019.



Além dos eventos, foram elaborados: instrução normativa que regulamenta as CIAAPE dos *campi*, metodologia de produção do plano de permanência e êxito dos *campi*, produção de questionário discente e aprovação do plano estratégico de permanência e êxito.

Promoção da Qualidade do Ensino

Na Avaliação dos Projetos Pedagógicos de Cursos do IFRS, a figura mostra como foram as avaliações feitas em 2018.



Assistência Estudantil

Entre as atividades da Pró-reitoria de Ensino, temos a consolidação da Política de Assistência Estudantil que, entre os principais objetivos, procura minimizar as desigualdades sociais e ampliar a democratização das condições de acesso e permanência dos estudantes no ensino público federal. Os recursos destinados para os auxílios estudantis se enquadram na ação orçamentária 2994, e tem por objetivo apoiar a permanência de estudantes de baixa renda e atender os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Em maio de 2018 a [IN PROEN nº 05 de 17 de maio](#), normatiza as Diretrizes de Apoio ao Estudante da Assistência Estudantil na modalidade presencial no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Compreende-se três tipos de apoios estudantis: I – Auxílio Permanência (AP); II – Auxílio-Moradia (AM); III – Ações Universais (AU). O Auxílio Permanência consiste no repasse de recurso financeiro diretamente ao estudante, em até 10 (dez) parcelas, a contar da data da matrícula e do período de inscrição. O Auxílio-Moradia compreende do repasse de recurso financeiro direto ao estudante de forma contínua, em até 12 (doze) parcelas, a contar da data da matrícula e/ou do período de inscrição. Ainda, as ações universais são aquelas oferecidas a todos os estudantes, independentemente de sua situação socioeconômica, promovendo programas de promoção de saúde, apoio psicológico, apoio pedagógico, orientação familiar, mediação de relações de ensino e de aprendizagem, encaminhamentos realizados dentro da rede pública, intervenções nos processos institucionais de acolhimento ao estudante, atividades esportivas e culturais, entre outros.

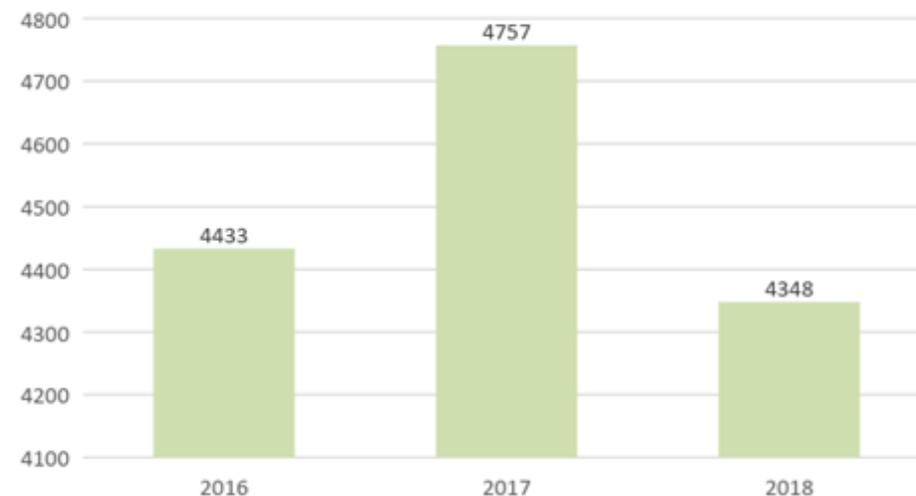
Para o ano de 2018, o orçamento do IFRS para assistência aos estudantes foi de **R\$ 11.167.698,00** dos quais foram destinados **R\$ 2.350.270,00** para assistência aos estudantes e **R\$ 8.817.428,00** destinados ao auxílio financeiro de assistência estudantil (bolsas).

A Assistência estudantil busca atender prioritariamente àqueles que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica ofertando ações como o Auxílio Permanência e o Auxílio Moradia. O gerenciamento acontece sob ofício das Coordenações de Assistência Estudantil, setores de referência no apoio ao estudante em cada uma das 17 unidades do IFRS para os seus Departamento de Administração e Planejamento.

A fim de diminuir os índices de retenção e evasão escolar, o IFRS também realiza a gestão do Programa Bolsa Permanência, sendo este específico a estudantes devidamente matriculados em cursos cuja carga-horária diária seja igual ou superior a cinco horas, conferindo prioridade a estudantes quilombolas ou indígenas. Este mesmo programa teve novas inscrições suspensas desde maio de 2016.

A Pró-reitoria de Ensino subsidia a implantação, execução e avaliação dos programas que visam melhorar a qualidade de vida dos discentes do Instituto colaborando com a formação integral, humana e cidadã.

Número de Estudantes atendidos pela Assistência Estudantil



Valores Assistência Estudantil (Exceto ações universais)



Fonte: Sistemas Interno IFRS, 2018

A tabela a seguir apresenta os valores de auxílios pagos ao longo do ano de 2018:

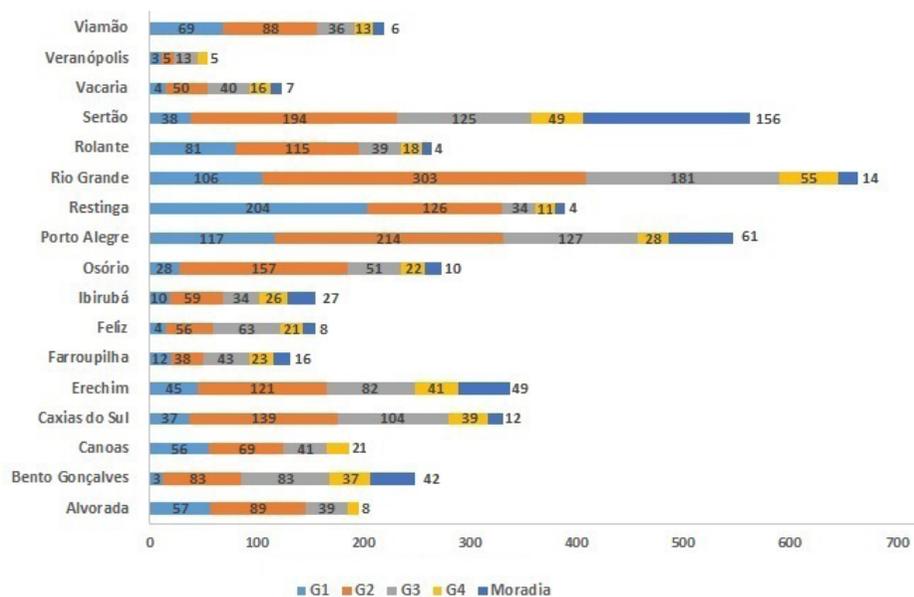
VALORES AUXÍLIOS 2018								
Grupos	Março	Abril a Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
G1	360,00	330,00	148,00	316,54	296,00	296,00	338,00	163,91
G2	240,00	220,00	99,00	204,36	196,00	196,00	225,00	122,93
G3	160,00	145,00	66,00	137,90	130,00	130,00	150,00	81,96
G4	80,00	75,00	34,00	66,46	65,00	65,00	75,00	40,98
Moradia	170,00	214,00	210,00	210,00	210,00	210,00	210,00	210,00

Fonte: Diretoria de Assuntos Estudantis, 2018

A tabela a seguir demonstra o número de estudantes atendidos por grupo de vulnerabilidade:

Campus	2018					Total Permanência	Moradia
	G1	G2	G3	G4			
Alvorada	57	89	39	8	193	0	
Bento Gonçalves	3	83	83	37	206	42	
Canoas	56	69	41	21	187	0	
Caxias do Sul	37	139	104	39	319	12	
Erechim	45	121	82	41	289	49	
Farroupilha	12	38	43	23	116	16	
Feliz	4	56	63	21	144	8	
Ibirubá	10	59	34	26	129	27	
Osório	28	157	51	22	258	10	
Porto Alegre	117	214	127	28	486	61	
Restinga	204	126	34	11	375	4	
Rio Grande	106	303	181	55	645	14	
Rolante	81	115	39	18	253	4	
Sertão	38	194	125	49	406	156	
Vacaria	4	50	40	16	110	7	
Veranópolis	3	5	13	5	26	0	
Viamão	69	88	36	13	206	6	
TOTAIS	874	1.906	1.135	433	4.348	416	

Fonte: Diretoria de Assuntos Estudantis, 2018



Fonte: Diretoria de Assuntos Estudantis, 2018

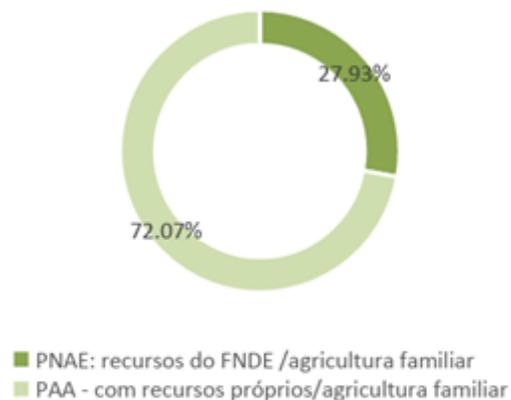
Merenda Escolar

A aquisição da Alimentação Escolar segue orientação dos preceitos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no que se refere ao item "Compra Institucional" (CI). Para aquisição de merenda escolar no ano de 2018 foi feito investimento, conforme segue:

Tipo de contratação	Valor Investido
PNAE - recursos do FNDE /agricultura familiar	R\$ 354.708,68
PAA - com recursos próprios/agricultura familiar	R\$ 915.148,95
TOTAL	R\$ 1.269.857,63

Fonte: Diretoria de Licitações e Contratos IFRS, 2018

Tipo de Contratação Merenda Escolar



Fonte: Diretoria de Licitações e Contratos IFRS, 2018

Outros resultados alcançados

Merece destaque nos resultados do ano, a criação da Diretoria de Assistência Estudantil, pois promoveu uma melhor organização estrutural para o desenvolvimento das atividades relacionadas à pasta. O trabalho desenvolvido no Processo Seletivo também deve ser ressaltado, pois foram muitos os desafios com a vinda do departamento de ingresso discente para a Proen. Ainda podemos mencionar o esforço da equipe da Proen para colaborar com as capacitações nos *campi*, organizando o curso sobre o módulo do sistema acadêmico em implantação na instituição, o SIGAA, participando das propostas formativas para professores e técnicos-administrativos ligados ao ensino, promovidas pelos diferentes *campi* e promovendo o debate e dando as orientações necessárias para inserção de carga horária a distância nos cursos, com a equipe da EAD, realizando visitas nos *campi*. Sobre a educação a distância, são muitos os desafios e necessidades, algumas que devem começar a ser atendidas com a aprovação da política institucional para essa modalidade, que já está pronta, aguardando apreciação do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

Na permanência e êxito tivemos os seguintes resultados:

- aprovação do Plano Estratégico de Permanência e Êxito;
- elaboração de Instrução Normativa que regulamenta as CIAAPE dos *campi*;
- elaboração da metodologia de produção do Plano de Permanência e Êxito dos *Campi*.

Ainda, no ano de 2018, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul fez aquisição de três licenças de biblioteca virtual: Minha Biblioteca, Biblioteca Virtual e Evolution, que contemplam centenas de títulos de diversas áreas do conhecimento e editoras. Para tal aquisição foi feito um investimento de **R\$ 314.299,00**.

Alcance dos objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos relacionados ao Ensino declarados no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018 são os seguintes:

- 1. Criar Observatório da evasão e retenção discente no IFRS** – A aprovação do Plano estratégico de permanência e êxito no ano de 2018 foi fundamental para aperfeiçoar a gestão do Ensino no âmbito do IFRS – Os indicadores da educação científica e tecnológica apresentados denotam melhorias na eficiência, retenção e êxito dos estudantes, assim como a redução do gasto por estudante. O processo de aprovação e revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso demonstram também o aperfeiçoamento do Ensino. As formações, capacitações e encontros do Ensino que reúnem Técnicos Administrativos em Educação, Docentes e Estudantes também desempenharam papel fundamental para o aperfeiçoamento da gestão.
- 2. Aperfeiçoar a gestão do Ensino no âmbito do IFRS** – Os indicadores da educação científica e tecnológica apresentados denotam melhorias na eficiência, retenção e êxito dos estudantes, assim como a redução do gasto por estudante. O processo de aprovação e revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso demonstram também o aperfeiçoamento do Ensino. As Formações, capacitações e encontros do Ensino que reúnem Técnicos Administrativos em Educação, Docentes e Estudantes também desempenharam papel fundamental para o aperfeiçoamento da gestão.
- 3. Consolidar o Processo de Ingresso discente do IFRS** – No ano de 2018 o processo de ingresso discente passou a ser de responsabilidade da Pró-reitoria de Ensino e um processo de melhorias gradual foi implementado. A primeira melhoria diz respeito ao processo de inscrição dos candidatos, de forma a tornar mais acessível e reduzir o número de erros de inscrições no sistema de cotas. Outro aspecto relevante foi a capacitação das bancas de heteroidentificação.

4. Fortalecer e consolidar a oferta de cursos em todos os níveis e modalidades da EPT – A redução dos indicadores de evasão e melhorias na eficiência denotam o fortalecimento e consolidação da oferta de cursos do IFRS.

5. Consolidar a Política de Assistência Estudantil do IFRS – A criação da Diretoria de Assuntos Estudantis representa uma ação de destaque no ano de 2018. Essa Diretoria passa a ser responsável pelo planejamento e supervisão das ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito escolar dos estudantes, a Diretoria de Assuntos Estudantis do IFRS e implantação do Observatório de Permanência e êxito. Ainda no ano de 2018 são elaborados instrumentos de coleta de dados para traçar o perfil dos estudantes do IFRS que subsidiará as ações do Observatório.

Pesquisa, Pós-graduação e Inovação como valor público

O ano de 2018 foi marcado pela consolidação das ações desenvolvidas pela Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPPI) destacando, especialmente, o avanço nas áreas de Inovação e de Pós-graduação da nossa instituição. Da mesma forma, em 2018 se trabalhou para estabelecer e desenvolver parcerias institucionais e intercâmbios, para a ampliação da oferta de pós-graduação, qualificação da pesquisa, consolidação dos ambientes de inovação e apoio nas submissões de fomento externo.

As ações desenvolvidas pela PROPPI contribuíram para a qualificação das atividades de pesquisa desenvolvidas no IFRS.

As bolsas de iniciação científica e tecnológica foram mantidas através do fomento externo e interno. Com relação ao fomento externo, foram solicitadas junto à Fapergs e ao CNPq cotas de bolsas de iniciação científica e tecnológica.

A PROPPI também auxiliou na divulgação dos resultados obtidos nos projetos desenvolvidos no IFRS, transferindo recursos aos *campi* para fomentar a participação de servidores e estudantes em eventos de referência nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. Além disso, foram lançados e executados editais específicos de fomento à edição de periódicos científicos. Em 2018 foi ampliada a revisão de documentos da PROPPI, com o objetivo de reformular processos e normativas a fim de tornar os fluxos da pesquisa, da pós-graduação e da inovação mais dinâmicos e padronizados.

Outra iniciativa desenvolvida no ano de 2018 foi o aperfeiçoamento dos processos relativos aos projetos com a padronização dos editais e dos documentos a serem publica-

dos pelos *campi* do IFRS. Além disso, os fluxos da Pró-reitoria foram mapeados e deram suporte à revisão de documentos publicados pela PROPPI e, também, aos documentos publicados pelo IFRS. A principal área que está revisando documentos e fluxos é o Departamento de Pesquisa e Inovação, que atua diretamente com a Coordenadoria de Convênios do IFRS e com o Escritório de Projetos na efetivação de projetos com parceiros externos, que sejam organizações públicas ou privadas. Os principais documentos e fluxos mapeados estão disponíveis no portal do IFRS, na [seção](#) da Coordenadoria de Convênios.

O caminho para consolidar a cultura da pesquisa aplicada com geração de produtos ou processos vem sendo consolidado, principalmente através de editais que estimulam a pesquisa aplicada e a inovação. Durante o ano de 2018, foram executados três editais relacionados à pesquisa aplicada e à inovação. O número de depósitos de patente no INPI em 2018 subiu de 1 para 3 e o número de registros de *software* aumentou de 6 para 10. Como forma de estimular os ambientes de inovação e empreendedorismo, foi lançado o edital para Habitats de Inovação com a execução de 13 projetos, auxiliando na implantação e estruturação de incubadoras, fablabs (laboratórios de fabricação digital) e centros tecnológicos. O mesmo edital foi lançado para ser executado em 2019, onde serão selecionados novamente 13 projetos. Como forma de consolidar e realizar uma troca de experiências e alinhamento das ações entre estes habitats contemplados pelo edital, foi realizado o “I Encontro dos Habitats de Inovação do IFRS”, realizado em 02 de outubro, no *Campus* Bento Gonçalves.

O IFRS conta também com 13 cursos de pós-graduação *Lato Sensu* em andamento. Ainda, existem cinco comissões responsáveis pela elaboração de novas propostas de cursos *Lato Sensu* e duas comissões de elaboração de novos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*. Entre as atividades realizadas ao longo do ano destacam-se a criação de um grupo de trabalho para revisão das resoluções e instruções normativas da pós-graduação. Além disso, os módulos *Lato* e *Stricto Sensu* do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA foram habilitados para funcionamento e o processo de implementação e/ou migração dos cursos para o novo sistema teve início. Também foram analisados quatro processos de alteração nos cursos de pós-graduação *lato sensu* já existentes, sendo que dois deles já foram aprovados pelo Consup do IFRS.

O IFRS oferece quatro cursos de mestrado profissional. Entre eles o mestrado em Informática na Educação, realizado no *Campus* Porto Alegre, possui as áreas de concentração: Tecnologias Educacionais e Educação na Sociedade em Rede e as linhas de pesquisa: Tecnologia da Informação Aplicada à Educação e Práxis Educativa na Sociedade Digital e o mestrado em Tecnologia e Engenharia de Materiais tem aulas oferecidas conjuntamente em três *campi*: Caxias do Sul, Farroupilha e Feliz. A área de concentração é Tecnologia e

Engenharia de Materiais e as linhas de pesquisa: Desenvolvimento de Materiais de Engenharia e Tecnologia da Transformação de Materiais.

Além desses dois, o *Campus* Porto Alegre do IFRS é polo de outros dois mestrados profissionais em rede nacional. O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, com sede no Instituto Federal do Espírito Santo – IFES possui área de concentração em Educação Profissional e Tecnológica – EPT e as linhas de pesquisa Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em EPT e Práticas Educativas em EPT e o Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação tem seu Ponto Focal Sede na Universidade Federal de Alagoas - UFAL e possui a área de concentração em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação; e a linha de pesquisa em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação em Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs).

Todos os cursos de mestrado são aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento em Pessoal de Nível Superior (Capes), sendo que três deles possuem conceito 3 (três) e o ProfNIT possui conceito 4 (quatro).

O quadro a seguir demonstra a evolução do número de cursos, matrículas, ingressantes, concluintes e relação de inscritos por vaga.

	Cursos		Matrículas		Ingressantes		Concluintes		Inscritos/Vagas	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Especialização	8	13	409	397	197	113	95	72	4,44	1,39
Mestrado Profissional	3	4	129	134	68	10	9	24	8,21	18,60

O IFRS, através da Proppi, direciona suas políticas de atuação através dos programas a seguir listados.

Programa de Incentivo à Pesquisa e à Inovação do IFRS (PROIPI)

Os objetivos do Programa de Incentivo à Pesquisa e Inovação do IFRS são:

- I – Possibilitar aos estudantes o acesso aos métodos científicos, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação;
- II – Fomentar a pesquisa científica e tecnológica no IFRS;
- III – Contribuir para o aprofundamento da capacitação científica e tecnológica dos pes-

quisadores;

IV – Apoiar a divulgação científica e tecnológica dos projetos de pesquisa e inovação vinculados ao IFRS;

V – Fortalecer os grupos de pesquisa no IFRS;

VI – Promover o desenvolvimento de projetos de pesquisa de natureza científica, tecnológica e de inovação.

O PROIPI é constituído por:

I – Programa de Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PROBICT – IFRS). De acordo com o §1º, as Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica serão concedidas aos estudantes;

II – Auxílio Institucional à Produção Científica e/ou Tecnológica (AIPCT).

Programa Institucional de Apoio à Edição de Periódicos Científicos do IFRS

O Programa Institucional de Apoio à Edição de Periódicos Científicos do IFRS tem como finalidade apoiar e incentivar a editoração e a publicação de periódicos científicos ligados ao IFRS, em todas as áreas do conhecimento, divulgados, prioritariamente, por meio eletrônico. Os objetivos do programa são:

I – Ampliar e incentivar a divulgação de resultados das pesquisas científicas desenvolvidas no IFRS e em outras instituições;

II – Fortalecer o processo de disseminação de informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos;

III – Conferir visibilidade aos periódicos científicos do IFRS.

Programa Institucional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

O Programa Institucional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico objetiva a interação entre o IFRS e as instituições públicas ou privadas para, entre si, promoverem a realização de projetos de pesquisa e programas de cooperação e intercâmbio direcionados à implementação de ações técnico-científicas, para a execução de atividades de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação com vistas ao atendimento das demandas locais, regionais e nacionais. São objetivos do programa:

I- Promover o desenvolvimento científico e tecnológico, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão;

II- Proporcionar ao discente o acesso às metodologias para o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão, sob orientação de servidor do IFRS, visando formar profissionais para o mundo do trabalho;

III- Integrar os servidores e discentes para a realização de ações que visam o desenvolvi-

mento institucional e da comunidade de abrangência das instituições, e;
IV- Incentivar o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento local e regional.

Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PICT)

O Programa de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (PICT/IFRS), tem por finalidade possibilitar aos estudantes o desenvolvimento de habilidades para a pesquisa científica e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções científicas, técnicas e tecnológicas às demandas sociais e às peculiaridades regionais.

O objetivo deste programa é definir as políticas institucionais e as ações de capacitação para a institucionalização e consolidação da pesquisa científica e tecnológica, com ênfase na Iniciação Científica, Iniciação Tecnológica e de Inovação e Educação Científica.

Bolsas de pesquisa

O IFRS, através da Proppi, fomenta à iniciação científica e tecnológica, ao incentivar a inserção dos estudantes em atividades de pesquisa e proporcionar ao estudante o conhecimento da metodologia científica.

Dessa forma, os estudantes têm a oportunidade de se candidatar, conforme os editais em vigência, a duas modalidades de bolsas:

1 – Bolsa de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Superior (BICTES): destinada aos estudantes do nível superior que realizam iniciação científica e/ou tecnológica em projetos de pesquisa e inovação.

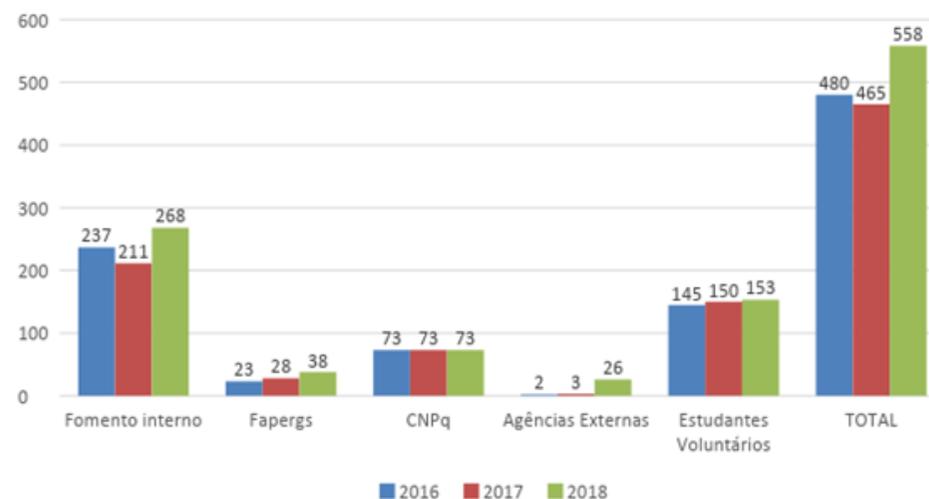
2 – Bolsa de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Técnico (BICET): destinada aos estudantes de cursos técnicos de nível médio nas modalidades concomitante, integrado e subsequente que realizam iniciação científica e/ou tecnológica em projetos de pesquisa e inovação.

O tempo vigência das bolsas é variável, conforme o edital a qual estão relacionadas. Os valores das bolsas, independentemente da modalidade, são de **R\$ 400,00/mês** (quatrocentos reais mensais) para 16 (dezesesseis) horas semanais, **R\$ 300,00/mês** (trezentos reais mensais) para 12 (doze) horas semanais e de **R\$ 200,00/mês** (duzentos reais mensais) para 8 (oito) horas semanais.

Número de estudantes bolsistas e voluntários envolvidos com projetos de pesquisa no IFRS nos anos 2016, 2017 e 2018:

	TIPO DE BOLSA	2016	2017	2018
Fomento interno	BICTES	124	127	173
	BICET	113	84	95
	TOTAL	237	211	268
Fapergs	PROBIC	17	20	26
	PROBITI	6	8	12
	TOTAL	23	28	38
CNPq	PIBIC	10	10	12
	PIBIC-Af	1	1	1
	PIBIC-EM	40	40	45
	PIBITI	22	22	15
	TOTAL	73	73	73
Agências Externas	-	2	3	26
Estudantes Voluntários	-	145	150	153
TOTAL	-	480	465	558

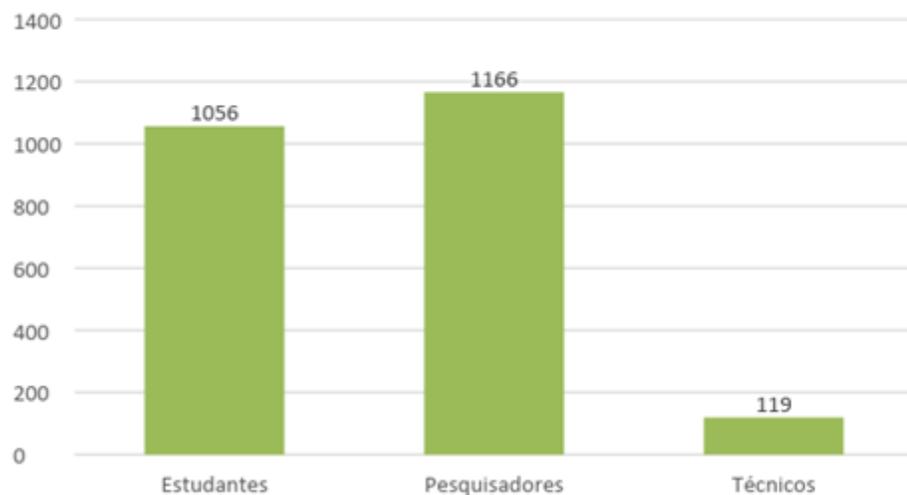
Evolução das Bolsas



O quadro a seguir demonstra a evolução dos grupos de pesquisa cadastrados no IFRS.

ÁREA	2017	2018
Ciências Humanas	30	31
Ciências Agrárias	22	18
Ciências Exatas e da Terra	23	24
Engenharias	19	22
Ciências Sociais Aplicadas	18	19
Linguística, Letras e Artes	10	9
Ciências Biológicas	7	6
Ciências da Saúde	5	3
Outra	1	2
TOTAL	135	134

Pessoas Envolvidas com Pesquisa



Recurso investidos em Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Eventos	Valores (R\$)
Fomento em bolsas de iniciação científica para projetos cooperados com recursos do IFRS	48.000,00
Fomento em bolsas de iniciação científica para implantação e estruturação de habitats de inovação e empreendedorismo com recursos do IFRS	52.000,00
Fomento a participação de estudantes em eventos científicos	44.000,00
Investimento para realização do Encontro de Pesquisadores e Extensionistas	33.394,00
Fomento aos <i>campi</i> para participação de pesquisadores em eventos científicos	60.000,00
Fomento aos <i>campi</i> com programa Stricto Sensu para participação dos estudantes de pós-graduação em eventos científicos	20.000,00
Fomento a execução dos projetos de pesquisa e inovação aprovados no Edital de Projetos Cooperados	41.802,50
Fomento a execução dos projetos de pesquisa e inovação aprovados no Edital de projetos aprovados no Edital de Habitats de Inovação e Empreendedorismo	52.747,00
Empenhados para empresa especializada em busca de anterioridades	19.544,00
Investimento na realização do 3º Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino do IFRS	126.816,00
Fomento por meio de edital específico para edição de periódicos científicos do IFRS	33.054,00
TOTAL	531.057,00

Além disso, foram feitas 15 palestras nos *campi* referentes às atividades desenvolvidas na PROPI e oportunidades aos pesquisadores, além de 17 participações nos eventos de iniciação científica e tecnológica dos *campi*.

No ano de 2018 foram investidos **R\$ 797.680,34** em bolsas de pesquisa com recursos próprios e **R\$ 438.987,80** em auxílio pesquisador, incluindo AIPCT.

Alcance dos objetivos estratégicos

Tendo em vista os 8 objetivos estratégicos planejados para a PROPPi o IFRS obteve os seguintes resultados:

1. Construir e consolidar as políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFRS de forma articulada e indissociada alinhadas com as políticas nacionais de Pós-graduação e Pesquisa, bem como com as políticas institucionais do IFRS.

Foram realizadas reuniões para estruturação da política de inovação e para revisão da Instrução Normativa de Convênios, a serem apresentadas ao Conselho Superior durante o ano de 2019. Outra ação realizada foi a composição de Grupo de Trabalho (GT) para revisão das Resoluções aprovadas no Conselho Superior do IFRS que tratam da pós-graduação na instituição, a previsão para finalização dos trabalhos do GT é o primeiro semestre de 2019.

2. Incentivar o desenvolvimento de pesquisa aplicada focada nas linhas de atuação dos *campi*, associada à demanda e pertinência regional.

Uma das formas de incentivar pesquisas aplicadas consolidou-se através da publicação do Edital PROPPi nº 78/2017- Apoio a projetos cooperados de Pesquisa Aplicada, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, que foi executado durante o ano de 2018, onde doze projetos foram realizados tendo organizações locais como demandantes de problemas reais da comunidade.

3. Fomentar a consolidação da Inovação Tecnológica, mediante parcerias efetivas e concretas com a iniciativa pública e privada.

O incremento de parcerias com organizações públicas e privadas, com foco em Inovação Tecnológica, foi fomentada através de várias capacitações e palestras realizadas pela Proppi em parceria com o Escritório de Projetos do IFRS, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e a Coordenadoria de Convênios nos *campi*. Em 2018 foram 4 capacitações, atingindo 120 servidores e 4 palestras, atingindo mais de 300 servidores.

4. Fomentar propostas integradas entre os *campi* do IFRS na Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

No ano de 2018 foram submetidas três propostas de criação de novos cursos de mestrado profissional à CAPES, duas delas em rede nacional e uma de forma associativa,

todas envolviam docentes de mais um *campus* do IFRS. Contudo, nenhuma proposta foi aprovada. Dos cursos de especialização aprovados em 2018, pelo menos um deles conta desde sua formulação com docentes de mais de um *campus*.

Uma das ações que integraram servidores de vários *campi* foi o envio de propostas para editais da FINEP. Em 2018 foram trabalhadas duas propostas *multi campi*, uma para a Chamada Pública MCTIC/FINEP/CT-INFRA 04/2018 - Temática, onde e outra para a Chamada Pública Finep CT-INFRA 02/2018 - Novos *campi*.

5. Coordenar o processo de elaboração, implementação e aprovação de propostas de Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* e Cursos de Especialização *Lato Sensu* em consonância com as políticas nacionais de pós-graduação.

No ano de 2018 foram submetidas três propostas de criação de mestrado profissional à CAPES: 1. Mestrado Profissional em Administração Pública em rede com polo no *Campus* Porto Alegre; 2. Mestrado Profissional em Tecnologia para o Campo em rede com polo no *Campus* Ibirubá; 3. Mestrado Acadêmico em Sistemas de Produção Agrícola de forma associativa entre o *Campus* Sertão e a Embrapa Trigo de Passo Fundo. Foram formalizadas duas comissões de elaboração de novas propostas: 1. Mestrado Profissional em Biblioteconomia no *Campus* Porto Alegre; 2. Mestrado Profissional em Ciências Ambientais no *Campus* Porto Alegre. Foram aprovados quatro cursos de especialização: 1. Docência na Educação Básica - *Campus* Vacaria; 2. Docência em Educação Básica e Profissional - *Campus* Caxias do Sul; 3. Práticas Assertivas em Didática e Gestão da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos, na modalidade a distância - *Campus* Restinga; 4. Produção Vegetal - *Campus* Vacaria. Também foram aprovadas as alterações no curso de Especialização em Gestão Escolar - *Campus* Feliz e foram formalizadas outras cinco comissões de elaboração de novas propostas de cursos *lato sensu*: 1. Educação - *Campus* Canoas; 2. Educação: Reflexões e práticas para a educação básica - *Campus* Farroupilha; 3. Gestão de Projetos e Inovação - *Campus* Canoas; 4. Gestão Estratégica e Inteligência de Negócios - *Campus* Erechim; 5. Gestão, Turismo e Tecnologia da Inovação - *Campus* Osório.

6. Ampliar a captação de fomento externo para a Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

As bolsas de iniciação científica e de iniciação tecnológica e inovação de fomento externo no IFRS apresentaram um incremento de 23,5% em relação ao ano de 2017, como resultados de novos projetos financiados por agências de fomento. Foi estruturado o Escritório de Projetos do IFRS como um agente articulador para a captação de fomento para projetos focados em inovações para o desenvolvimento local nos territórios de atuação do IFRS.

7. Desenvolver parcerias com instituições nacionais e internacionais nas áreas da Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, com vistas à produção científica e tecnológica e mobilidade de docentes em nível de pós-graduação.

Durante o ano de 2018, como forma de realização de parcerias do IFRS com outras organizações foram firmados 13 convênios e acordos de cooperação com organizações nacionais e 4 acordos com organizações internacionais. Também foram realizados 3 acordos de colaboração técnica para intercâmbio de servidores.

8. Incentivar a ampliação da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa, tendo como parâmetro os indexadores definidos pela CAPES.

No ano de 2018 foram fomentados apresentação de 41 trabalhos em eventos científicos por Editais publicados pela Reitoria do IFRS. No ano de 2018 foram publicados 528 artigos, 243 capítulos de livros e 1588 trabalhos em eventos por servidores do IFRS.

Extensão como valor público

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), de acordo com seu Estatuto, tem por objetivos, dentre outros: “ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica”; “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, artísticos, humanos, literários e pedagógicos”; e, “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento humano e socioeconômico local e regional.

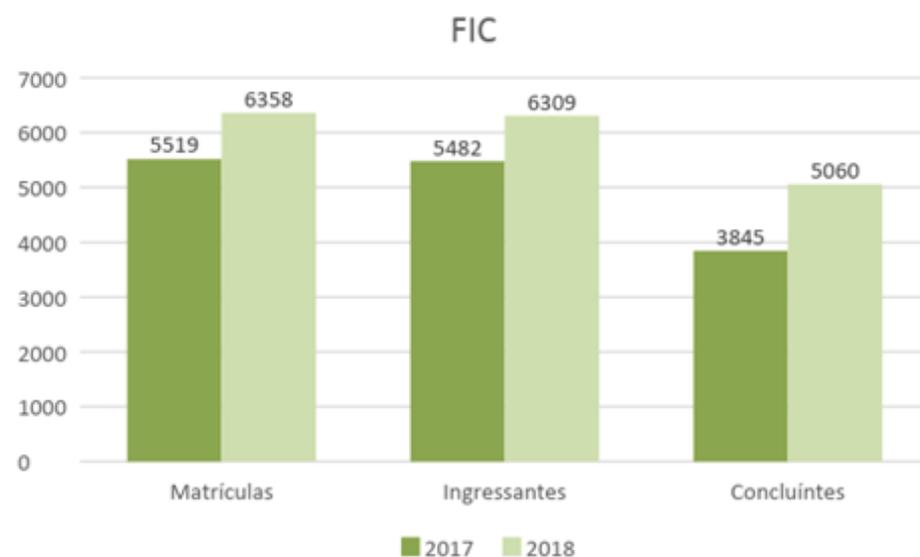
À Pró-reitoria de Extensão (PROEX), por sua vez, compete: “planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo Conselho Superior (Consup)”; coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional; e, “a partir de orientações do Reitor, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão”.

Ainda de acordo com o Estatuto do IFRS, as ações de extensão constituem “um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável,

para viabilizar uma relação transformadora entre o Instituto Federal e a sociedade, com o objetivo formar cidadãos para o desenvolvimento social por meio de ações que permitam a troca de conhecimentos culturais, artísticos, esportivos, científicos e tecnológicos”. Segundo o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que integra o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRS, é por meio da extensão que se dá o processo de revitalização institucional, isto é, a instituição reflete a partir das demandas e experiências externas, já que a sua razão de existência é atender aos anseios da comunidade.

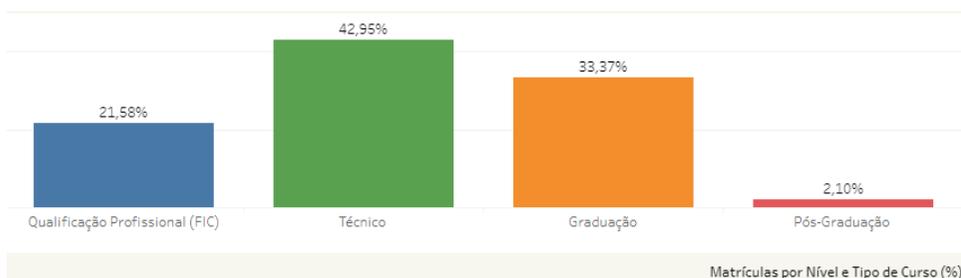
Cursos de Formação Inicial e Continuada

A formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional são organizados para preparar para a vida produtiva e social, promovendo a inserção e reinserção de jovens e trabalhadores no mundo do trabalho. Isso inclui cursos de capacitação profissional, aperfeiçoamento e atualização profissional de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade. Abrange cursos especiais, de livre oferta, abertos à comunidade, além de cursos de qualificação profissional integrados aos itinerários formativos do sistema educacional. As ofertas realizadas pelas unidades do IFRS são detalhadas a seguir. A evolução dos cursos FIC de 2017 a 2018 é apresentada a seguir.

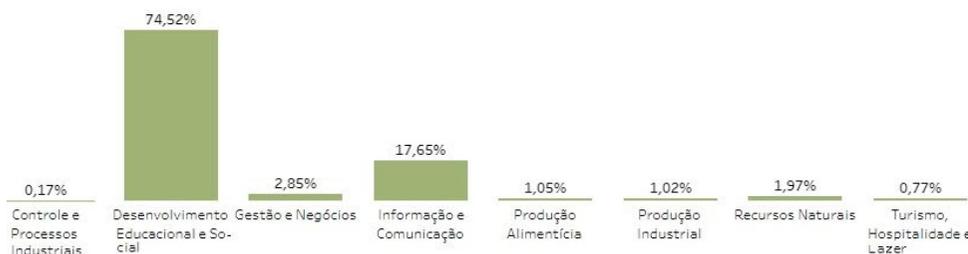


	2017	2018
Número de cursos	55	46
Matrículas	5.519	6.358
Ingressantes	5.482	6.309
Concluintes	3.845	5.060

A proporção de matrículas em cursos FIC em relação ao total de matrículas em cursos regulares, comparando com os cursos regulares está demonstrada na Figura a seguir:



Os eixos ofertados estão distribuídos da seguinte forma, de acordo com o número de matrículas:



Fonte: PNP, 2018

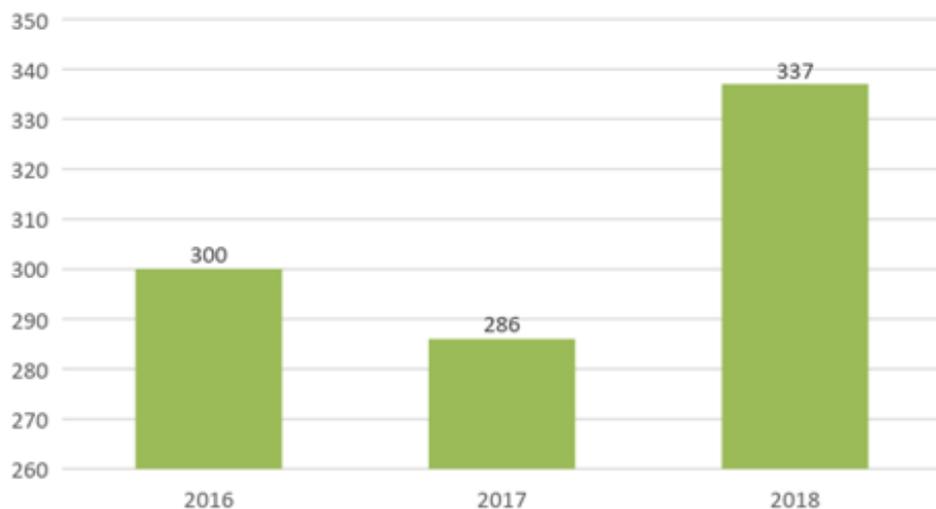
A taxa de evasão dos cursos FIC é representada na Figura a seguir:



Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão do IFRS (PIBEX), em consonância com a Política de Incentivo ao Desenvolvimento da Extensão no IFRS (PIDE), tem por finalidade apoiar os programas e projetos de extensão, fomentados por orçamento institucional ou externo, através da concessão de bolsas aos estudantes regularmente matriculados nos cursos do IFRS.

A figura a seguir demonstra a evolução no número de bolsas de extensão concedidas.



Programa de Apoio Institucional à Extensão - PAIEX

O Programa de Apoio Institucional à Extensão (PAIEX) do IFRS tem a finalidade de fomentar os programas e projetos de extensão no âmbito das comunidades de abrangência da Instituição, em consonância com a Política de Incentivo ao Desenvolvimento da Extensão no IFRS (PIDE).

Ações de Inclusão em 2018

A Assessoria de Relação Étnico-racial implantada no ano de 2018 busca fortalecer e articular as ações e programas voltados à promoção de igualdade, inclusão e diversidade, com produção de dados, palestras e oficinas. Em pauta, estão a promoção das ações afirmativas, a cultura da educação para a convivência, a defesa dos direitos humanos, o respeito às diferenças, a permanência e êxito dos estudantes e da população negra e da comunidade indígena, a valorização da identidade étnico-racial e o combate ao racismo.

Ainda a [IN PROEN nº 12, de 21 de dezembro de 2018](#) regulamenta os fluxos e procedimentos de identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes com necessidades educacionais específicas do IFRS.

Ações de Inclusão em 2018

Eventos de ações de inclusão diversidade, valorização étnico-racial, acessibilidade	50
Visitas Técnicas ao Centro de Tecnologia de Acessibilidade (CTA)	16
Publicações de livros e artigos relacionados a ações afirmativas	5
Participantes (Estudantes, Servidores e Comunidade Externa) em workshop de diversidade e inclusão promovida pelo IFRS	180
Parcerias com instituições externas para atendimento de pessoas deficientes	3

Recursos Investidos na Extensão

Ao longo do ano de 2018 foram **R\$ 683.382,19** em bolsas para estudantes e **R\$ 361.086,78** em auxílios para extensionistas, incluindo PAIEX.

Alcance dos objetivos estratégicos

Tendo em vista os 9 objetivos estratégicos planejados para Extensão o IFRS obteve os seguintes resultados:

1. Promover e subsidiar ações de inclusão social, digital, étnico-racial, de gênero e de grupos em vulnerabilidade social, buscando o respeito à diversidade, a valorização cultural e a equidade social.

No âmbito das ações afirmativas, o Workshop Diversidade e Inclusão pela primeira vez reuniu professores, técnicos-administrativos e estudantes, para, em um mesmo ambiente, poderem discutir questões relativas à diversidade e à inclusão. Além disso, o apoio à participação de eventos nos *campi* fomentou a participação de estudantes e extensionistas em diversos eventos de âmbito local e regional.

2. Desenvolver as políticas de comunicação do IFRS.

No ano de 2018, o Departamento de Comunicação da Reitoria executou ações previstas no Plano de Ação da Política de Comunicação do IFRS, como: Identificar páginas digitais e canais de comunicação ligados ao Instituto e seus respectivos gerenciado-

res; Realizar capacitação em comunicação de crise; Propor a criação de um Núcleo de Memória no IFRS; Realizar evento de comemoração alusivo a cada década de trabalho dos servidores do IFRS; Criar um espaço virtual permanente com a História do IFRS, que deve ser atualizado constantemente; Elaborar um Guia de Marcas, para gerenciar apropriadamente a marcar IFRS e as marcas de setores da instituição.

3. Gerenciar o fluxo de informações externas e internas da Reitoria e dos campi do instituto.

Durante o ano de 2018, o Departamento de Comunicação da Reitoria do IFRS divulgou oportunidades, ações e conquistas institucionais no site (ifrs.edu.br), em suas páginas nas redes sociais (principalmente: Facebook, Twitter e Instagram) e para veículos de imprensa do Estado e do país; atendeu demandas de veículos de imprensa por informações e entrevistas; divulgou notícias para os servidores da instituição por meio de um informativo eletrônico enviado semanalmente por e-mail (IFRS Registra); realizou campanhas de conscientização e de estímulo ao sentimento de pertencimento entre os servidores, principalmente relacionados aos 10 anos do IFRS; produziu materiais de divulgação como banners, flyers, folders e faixas (em especial do Processo Seletivo de Estudantes e Guia de Cursos); criou e gerenciou websites de setores e ações institucionais.

4. Intermediar estágios e empregos.

A PROEX intermediou a realização de convênios, ou documentos congêneres, com instituições públicas ou privadas para concessão de estágios aos estudantes e, além disso, deu suporte à implantação de sistema de cadastro para a oferta de vagas de estágio aos estudantes e oportunidades de trabalho aos egressos do IFRS, chamado de “Mural de Oportunidades”.

5. Realizar o acompanhamento de egressos.

Para atingimento de tal objetivo é necessária a criação e implantação de um sistema para acompanhamento de egressos do IFRS.

6. Qualificar servidores, discentes e membros da sociedade.

Podemos citar a participação da Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade e do Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA) em 50 eventos relacionados à inclusão, acessibilidade, tecnologia assistiva, valorização étnico-racial e diversidade, além de 16 visitas técnicas ao Centro Tecnológico de Acessibilidade. Também em 2018

tivemos a publicação de 1 livro e 4 artigos relacionados às ações afirmativas, inclusivas e diversidade do IFRS, a realização do III Workshop Diversidade e Inclusão do IFRS com a participação de 180 pessoas entre estudantes, servidores e comunidade externa; o I Encontro de Tecnologia Assistiva do IFRS e o I Desafio Criativo, no qual o CTA teve participação.

Foram ofertados 305 cursos de extensão nos diferentes campi do IFRS e também foi realizado o 4º Curso de Capacitação para Extensionistas do IFRS (2º Encontro de Pesquisadores e Extensionistas do IFRS) com o enfoque na capacitação dos servidores da instituição. No segundo semestre de 2018, também foi realizado o Encontro de capacitação para Estudantes que compõem as CGAes dos campi.

7. Estimular ações que visam o desenvolvimento local e regional.

No ano de 2018, foram publicados pela PROEX 15 editais, oportunizando iniciativas em diferentes âmbitos e modalidades, desde bolsas de extensão, até oportunidades de mobilidade externa.

[Edital IFRS nº 76/2017](#) – Auxílio institucional à extensão – 2018 – Ações afirmativas.

[Edital IFRS nº 75/2017](#) – Auxílio institucional à extensão – 2018.

[Edital IFRS nº 72/2017](#) – Registro de ações de extensão com fomento externo – 2018.

[Edital IFRS nº 73/2017](#) – Registro de ações de extensão – Fluxo Contínuo 2018.

[Edital IFRS nº 74/2017](#) – Bolsas de extensão – 2018.

[Edital IFRS nº 24/2018](#) – Bolsa Institucional para Mobilidade Estudantil Internacional 2018/2019 – Universidade do Porto (U.PORTO) – Portugal.

[Edital IFRS nº 49/2018](#) – Seleção interna de estudante para participação no Acampamento de Jovens Líderes, no contexto do Congresso Mundial de Colleges e Institutos Politécnicos da WFCP/2018.

[Edital IFRS nº 72/2018](#) – Seleção interna de estudante para concorrer a bolsa de mobilidade estudantil internacional no Programa de Bolsas de Estudos Canadá – Brasil (CBSP) 2019-2020.

[Edital IFRS nº 25/2018](#) – Bolsa Institucional para Mobilidade Estudantil Internacional 2018/2019 – Instituto Politécnico de Bragança (IPB) – Portugal.

[Edital IFRS nº 27/2018](#) – Auxílio à participação no 8º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária – CBEU 2018.

[Edital IFRS nº 37/2018](#) – Inscrição de trabalhos e concessão de auxílio financeiro para participação no 36º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS 36).

[Edital IFRS nº 65/2018](#) – Concessão de auxílio financeiro à apresentação de trabalhos no 3º Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino do IFRS.

Além dos editais citados, foram publicadas duas Instruções Normativas e revisadas outras quatro, com o objetivo de reduzir e otimizar fluxos para os extensionistas do IFRS.

8. Ampliar as parcerias entre o IFRS com instituições públicas, privadas e demais órgãos da sociedade civil.

Foram realizados os jogos internos com cerca de 800 participantes entre estudantes e servidores, houve participação na etapa regional do JIFSUL realizada em agosto de 2018 com presença de 112 estudantes e 20 servidores e participação da etapa nacional em fortaleza em outubro de 2018 que contou com a presença de 12 estudantes e 3 servidores. Também foram registradas 13 prestações institucionais de serviço entre IFRS e empresas relacionadas aos APL, fortalecendo assim a integração entre a instituição e a sociedade.

9. Promover a internacionalização do IFRS.

- O Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e a Universidade de Vigo (Uvigo), da Espanha, assinaram acordo de cooperação visando a realização conjunta de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, de caráter multidisciplinar, bem como projetos de educação no ensino superior. A parceria poderá envolver a mobilidade de especialistas, a organização de conferências e simpósios em conjunto ou a participação de servidores e alunos em um projeto comum entre as duas instituições. As ações específicas a serem desenvolvidas serão definidas futuramente.

- Cinco alunos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) cursaram disciplinas no Instituto Politécnico de Bragança (IPB), em Bragança, Portugal. É o terceiro semestre consecutivo no qual estudantes da instituição fazem intercâmbio no IPB. Eles participaram de uma seleção feita através do edital nº 33/2017, no qual um dos estudantes foi contemplado com uma bolsa de **R\$ 7.000,00** com recursos do Programa Institucional de Mobilidade Estudantil Internacional (Pimei). Os demais intercambistas custearam suas despesas.

- Duas estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), do Campus Osório, participaram da delegação que representou o Brasil na Intel ISEF (*Intel International Science and Engineering Fair*), considerada a maior feira pré-universitária de ciências do mundo. Este ano, o evento aconteceu entre os dias 13 e 18 de maio, em Pittsburgh (EUA). O grupo brasileiro era composto por 25 alunos, sendo sete gaúchos: as duas estudantes do Campus Osório do IFRS e cinco alunos da Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, de Novo Hamburgo/RS. Todos apresentaram

no evento pesquisas premiadas em outras feiras no Brasil.

- Os projetos de ciências brasileiros conquistaram 14 prêmios, sendo a segunda nação mais premiada na categoria de Ciências (atrás somente dos Estados Unidos). Dentro dos brasileiros premiados, o IFRS – Campus Osório foi o que obteve as maiores premiações da feira. As únicas brasileiras premiadas com medalha de ouro foram as estudantes Isabela e Juliana, e ambas tiveram seus projetos orientados pela professora Flávia Santos Twardowski Pinto.

- Estudantes de mestrados do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) concluíram a primeira etapa do Projeto Expose – Oportunidades nas Economias do Pós-Petróleo, no Rio de Janeiro. A próxima etapa se realiza na Noruega.

[Reportagem Especial: IFRS mundo afora](#)

Demais Resultados da Gestão

Além dos resultados já citados em 2018, O IFRS pode destacar outros que evidenciam a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Extensão.

No mês de novembro de 2018, o IFRS realizou-se o **3º Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino**, no Campus Bento Gonçalves, com o tema central “Mulheres na Ciência”. Estiveram presentes mais de 900 participantes, dos 17 campi da instituição, que apresentaram trabalhos ou atividades artísticas e culturais. O salão congregou dez eventos: 7º Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica (Sict), 6º Seminário de Extensão (Semex), 5º Seminário de Educação Profissional e Tecnológica (Semept), 3º Seminário de Pós-graduação, 3º Seminário de Internacionalização, Mostra de Inovação e Tecnologias, Mostra de Arte e Cultura, Desafio Criativo, Mostra Baja e Espaço 10 Anos IFRS. Para a execução do salão foram investidos **R\$ 126.816,00**.

Mais de 150 servidores participaram do 2º Encontro de Pesquisadores e Extensionistas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), realizado no dia 13 de agosto de 2018. Com o tema central Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Local, o evento ocorreu no Campus Bento Gonçalves e foi composto pelo 6º Curso de Pesquisadores e pelo 4º Curso de Capacitação de Extensionistas. Para a execução do **2º Encontro de Pesquisadores e Extensionistas** foram investidos **R\$ 60.000,00**.

Outros destaques são:

- [IFRS conquista sete premiações na Feira Brasileira de Ciências e Engenharia](#) (20 de março)
- [IFRS se destaca em médias do Enem 2017](#) (2 de julho)
- [Fórum do Ensino Médio e Encontro do Proeja reforçam o Ensino Médio e Integrado e Proeja como prioritários no IFRS](#) (27 de agosto)
- [Projeto do IFRS que remove metal da água é premiado](#) (18 de setembro)
- [Projeto do IFRS – Campus Osório recebe prêmio nacional](#) (26 de setembro)
- [IFRS ultrapassa meta no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica \(Ideb\)](#) (3 de setembro)
- [IFRS participa de desafios automobilísticos](#) (Baja Sul e Shell Eco Marathon) (17 de outubro)
- [Feiras de alimentos orgânicos incentivam hábitos saudáveis nas unidades IFRS](#) (18 de outubro)
- [IFRS conquista bronze no futsal nos Jogos Nacionais do IFs](#) (22 de outubro)
- [Discentes fundam a União dos Estudantes do IFRS](#) (22 de outubro)
- [IFRS conquista uma medalha na Olimpíada de Matemática dos Institutos Federais](#) (23 de outubro)
- [Pesquisas do Campus Osório são premiadas na Mostratec](#) (29 de outubro)
- [Estudante do IFRS é a nova premiada Jovem Cientista do Brasil](#) (30 de outubro)
- [Equipe do Campus Canoas do IFRS conquista o 1º lugar em Jornada de Foguetes no Rio de Janeiro](#) (7 de novembro)
- [Campanha no IFRS destaca a saúde do homem](#) (8 de novembro)
- [Projeto do IFRS com haitianos e africanos recebe Prêmio Direitos Humanos 2018](#) (14 de novembro)
- [Aluna do Campus Restinga concorre ao Parlamento Juvenil do Mercosul](#) (19 de novembro)
- [IFRS conquista medalhas de ouro, prata e bronze na Obmep 2018](#) (21 de novembro)
- [IFRS passa a contar com Plano Estratégico voltado à permanência e ao êxito dos estudantes](#) (21 de novembro)
- [Em solenidade, IFRS recebe Prêmio Direitos Humanos 2018](#) (21 de novembro)
- [I Desafio Criativo do IFRS: Estudantes e servidores criam soluções de tecnologia assistiva em 72 horas](#) (26 de novembro)

Desafios para o próximo período

Com a aprovação do novo Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 os desafios para o próximo período são:

- consolidar o Observatório de permanência e êxito;
- promover Verticalização entre os diferentes níveis, formas e modalidades de ensino;
- fomentar a integração entre ensino, pesquisa e extensão;
- promover ações de formação para a cidadania;
- promover ações que visem ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental, cultural e político da comunidade;
- aperfeiçoar critérios para criação de cursos e vagas;
- fortalecer núcleos de ações afirmativas e AE;
- fomentar a política de segurança alimentar e nutricional;
- promover a integração intercampi;
- implantar o processo de acompanhamento do egresso.

Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária anual de 2018 – LOA/2018, consignou ao IFRS dotação orçamentária no total de R\$ 377.870.815,00. No decorrer do exercício, os acréscimos e cancelamentos de dotações redimensionaram o orçamento para o montante R\$ 432.702.324,00.

Variação orçamentária do IFRS:

Despesas fixadas Na LOA/2018	+	Acréscimos	=	Despesas totais autorizadas
377.870.815,00		54.831.509,00		432.702.324,00

Fonte: Tesouro Gerencial (15/02/2019)

Histórico do orçamento do IFRS

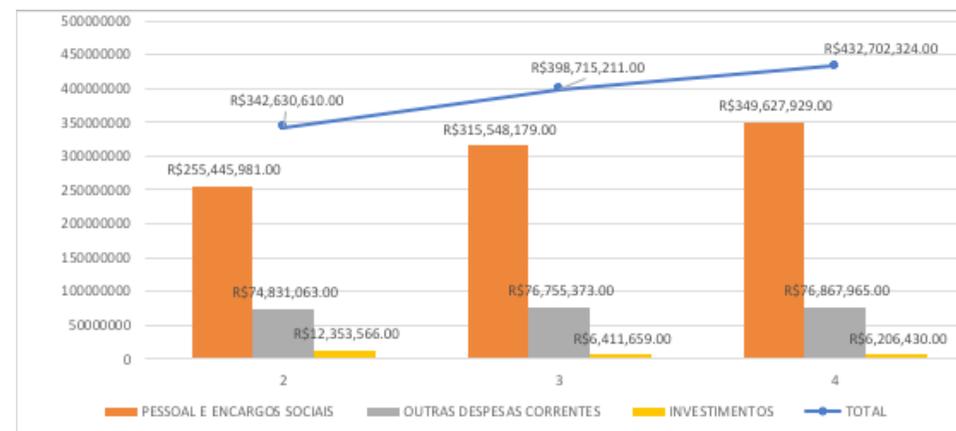


Exercício	2016	2017	2018
Dotação Atualizada	342.630.610,00	398.715.211,00	432.702.324,00

Histórico por Grupo de Despesa

Observa-se que o orçamento consignado ao IFRS apresentou uma evolução significativa, especialmente os gastos com pessoal.

Exercício	2016	2017	2018
Grupo de Despesa	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO ATUALIZADA
Pessoal e Encargos	255.445.981,00	315.548.179,00	349.627.929,00
Outras despesas	74.831.063,00	76.755.373,00	76.867.965,00
Investimentos	12.353.566,00	6.411.659,00	6.206.430,00
Total	342.630.610,00	398.715.211,00	432.702.324,00

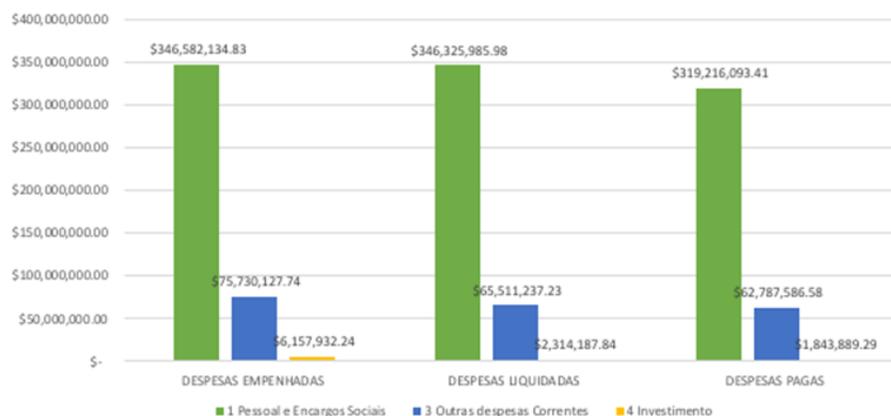


Execução Orçamentária

A execução orçamentária de custeio e investimento é realizada de forma descentralizada pelas unidades gestoras que compõem o IFRS, pois as mesmas possuem autonomia para gestão do orçamento a elas consignado.

A dotação orçamentária do IFRS no ano de 2018 foi de R\$ 432.702.324,00 dos quais foram empenhados R\$ 428.470.197,81, liquidados R\$ 414.151.411,05 e pagos R\$ 383.847.569,28 valor esse que equivale a 88,71% da dotação atualizada.

Grupo de Despesa	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Pessoal e Encargos Sociais	346.582.134,83	346.325.985,98	319.216.093,41
Outras despesas correntes	75.730.127,74	65.511.237,23	62.787.586,58
Investimento	6.157.932,24	2.314.187,84	1.843.889,29
Total	428.470.194,81	414.151.411,05	432.702.324,00



Além do orçamento autorizado na LOA, o IFRS também executou créditos orçamentários oriundos de outros órgãos no montante de R\$ 7.867.573,49 e repassou R\$ 934.480,29 de seu orçamento a outros órgãos, que realizaram a execução.

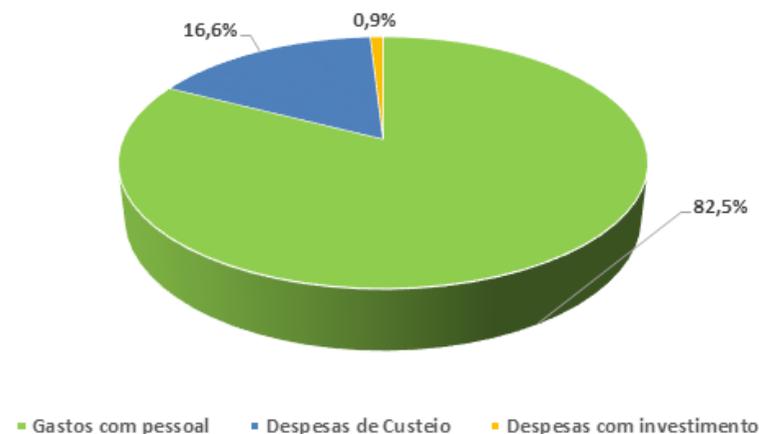
Os créditos recebidos foram destinados à aquisição de merenda escolar; realização de obras; execução de projetos de acessibilidade; realização de mestrado em educação profissional e tecnológica; ao desenvolvimento da inclusão social; aquisição de equipamentos e mobiliários; realização de cursos ofertados no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, implantação e desenvolvimento de cursos no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil; realização dos jogos dos Institutos Federais da Região Sul; execução do Projeto Alvorada: Inclusão social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional; participação em evento científico; pagamento de gratificações de cursos e concursos e na organização e execução do VIII Encontro da Rede Brasil – Portugal de Investigações Costeiras e III ENCONTRO BRASPOR.

O orçamento repassado a outros Órgãos foram utilizados para pagamento de precatórios, capacitações e evento de pesquisa. Assim, a execução orçamentária do IFRS totalizou, no

exercício, o montante empenhado de R\$ 435.403.429,38.

Execução Financeira

Os pagamentos das despesas de investimentos, custeio, pessoal e de encargos sociais totalizaram R\$ 385.853.263,89 no ano de 2018.



Grupo de Despesa	DESPESAS PAGAS	%
Gastos com pessoal	318.308.517,62	82,5
Despesas de Custeio	63.928.792,59	16,6
Despesas com Investimento	3.615.953,68	0,9
Total	385.853.263,89	100,00

O pagamento de obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados) totalizou R\$ 18.846.653,51 elevando a execução financeira do exercício para R\$ 404.699.917,40.

Por ocasião do encerramento do Exercício Financeiro 2018, devido a mudança na rotina de emissão de ordens bancárias, o pagamento da folha de pessoal competência dezembro/2018 foi registrado em janeiro de 2019, o que justifica o elevado valor liquidado e não pago no grupo 1 – gastos com pessoal (R\$ 27.109,89), inscrito em Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.

Perfil do Gasto do IFRS

Alocação Orçamentária

A LOA/2018 fixou ao IFRS dotação orçamentária destinada a manutenção da Instituição em sua área meio e finalística.

Despesas do Instituto Federal

Despesas de pessoal: aqui estão inseridos os gastos com pagamento de pessoal ativo, aposentados, pensionistas, sentenças judiciais e contribuição para o regime de previdência dos servidores.

Despesas de custeio: despesas necessárias à manutenção organizacional, capacitação dos servidores e assistência aos educandos. Também estão incluídos nesse grupo os auxílios aos servidores (transporte, alimentação, pré-escolar, natalidade e funeral), assistência médica, ajudas de custo.

Despesas de investimento: recursos aplicados no patrimônio permanente, tais como obras, instalações e aquisição de materiais, desenvolvimento de sistemas de TI, etc.

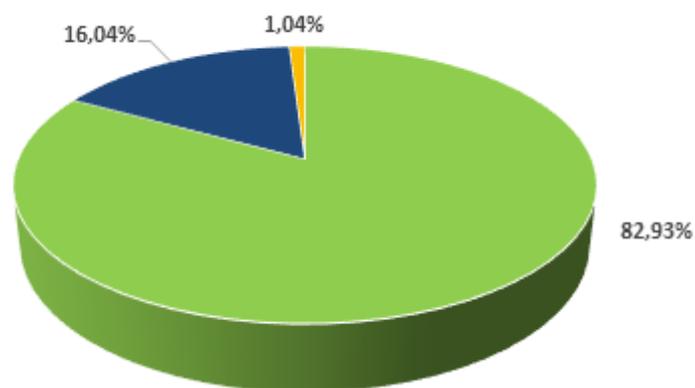
	Empenhada			Liquidada			RP não processados			Valores Pagos		
	2018	2017	2016	2018	2017	2016	2018	2017	2016	2018	2017	2016
Despesas de Pessoal	345.674.559,04	313.913.142,42	254.594.329,86	345.418.410,19	313.683.142,42	254.444.329,86	256.148,85	230.000,00	150.000,00	318.308.517,62	313.683.142,42	254.444.329,86
Vencimentos e vantagens pessoal civil	259.770.599,48	234.577.073,45	186.614.657,24	259.770.599,48	234.577.073,45	186.614.657,24	-	-	-	235.752.686,30	234.577.073,45	186.614.657,24
Obrigações Patronais	45.989.954,60	42.382.991,04	34.466.020,06	45.989.954,60	42.382.991,04	34.466.020,06	-	-	-	45.989.954,60	42.382.991,04	34.466.020,06
Aposentados, Resv, Ref. Mil	19.722.723,44	18.272.214,91	15.844.910,74	19.722.723,44	18.272.214,91	15.844.910,74	-	-	-	18.142.912,13	18.272.214,91	15.844.910,74
Contratação por tempo determinado	12.382.197,16	10.593.161,73	11.690.353,83	12.382.197,16	10.593.161,73	11.690.353,83	-	-	-	11.490.330,48	10.593.161,73	11.690.353,83
Demais elementos do grupo	7.809.084,36	8.087.701,29	5.978.387,99	7.552.935,51	7.857.701,29	5.828.387,99	256.148,85	230.000,00	150.000,00	6.932.634,11	7.857.701,29	5.828.387,99
Outras Despesas Correntes	77.414.294,53	75.908.955,95	73.725.483,32	66.795.270,38	62.366.702,75	62.636.619,85	10.619.024,15	13.542.253,23	11.088.863,47	63.928.792,59	61.721.276,31	62.244.141,96
Outros Serv. Terc. PJ	29.780.471,36	30.451.060,16	31.033.442,75	23.754.314,84	22.458.240,98	24.737.740,18	6.026.156,52	7.992.819,18	6.295.702,57	23.229.333,92	21.924.383,51	24.495.407,19
Aux. Financ a Estudantes	11.600.073,52	10.901.838,52	10.540.799,87	11.456.426,52	10.846.558,52	10.447.655,83	143.647,00	55.280,00	93.144,04	11.400.741,07	10.818.920,52	10.440.005,83
Auxílio - Alimentação	11.126.310,34	10.715.967,08	9.718.373,88	11.126.310,34	10.715.967,08	9.718.373,88	-	-	-	10.192.895,93	10.715.967,08	9.718.373,88
Material de consumo	7.623.578,68	7.719.310,84	8.869.143,33	3.961.467,73	3.712.608,84	4.839.974,55	3.662.110,95	4.006.702,00	4.029.168,78	3.739.726,18	3.631.403,71	4.743.795,79
Indenizações e Restituições	5.442.357,77	5.046.179,55	5.158.305,43	5.373.633,64	5.012.571,72	5.083.106,40	68.724,13	33.607,83	75.199,03	4.949.892,63	5.012.571,72	5.082.941,54
Demais elementos do grupo	11.841.502,86	11.074.599,80	8.405.418,06	11.123.117,31	9.620.755,61	7.809.769,01	718.385,55	1.453.844,22	595.649,05	10.416.202,86	9.618.029,77	7.763.617,73
Investimentos	12.314.575,81	8.151.949,23	19.807.313,68	4.313.973,04	3.470.142,98	5.094.329,83	8.000.602,77	4.681.806,25	14.712.983,85	3.615.953,68	3.341.824,47	4.407.444,12
Obras e Instalações	6.570.249,49	4.301.942,91	11.852.407,24	1.604.785,13	1.825.457,97	1.831.543,23	4.965.464,36	2.476.484,94	10.020.864,01	1.591.707,93	1.759.389,10	1.565.968,43
Equip. Mat. Permanente	5.643.513,25	3.706.927,31	7.383.616,53	2.631.150,94	1.501.996,00	2.910.016,65	3.012.362,31	2.204.931,31	4.473.599,88	1.946.208,78	1.439.746,36	2.488.705,74
Demais elementos do grupo	100.813,07	143.079,01	571.289,91	78.036,97	142.689,01	352.769,95	22.776,10	390,00	218.519,96	78.036,97	142.689,01	352.769,95
TOTAL	435.403.429,38	397.974.047,60	348.127.126,86	416.527.653,61	379.519.988,15	322.175.279,54	18.875.775,77	18.454.059,48	25.951.847,32	385.853.263,89	378.746.243,20	321.095.915,94

Execução por Grupo e Elemento de Despesa Liquidada

Despesas Liquidadas = Materiais, bens e serviços efetivamente recebidos pelo IFRS.

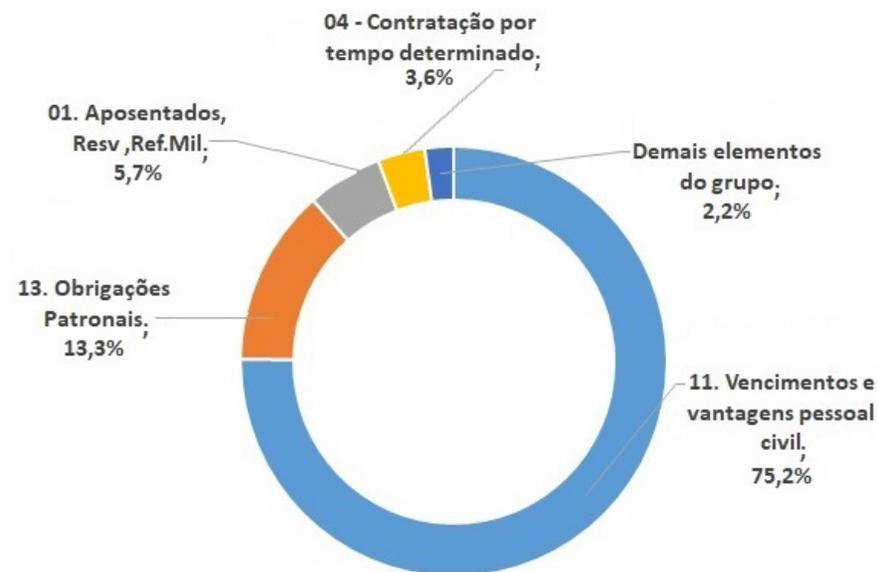
Grupo de Natureza de Despesas = Classificação da Despesa agregando elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto do gasto, conforme segue: 1 - Pessoal e Encargos; 3 - Outras Despesas Correntes e 4 - Investimentos.

Elemento de Despesa = Classificação da Despesa Orçamentária que tem por finalidade identificar os objetos de gasto de cada despesa.



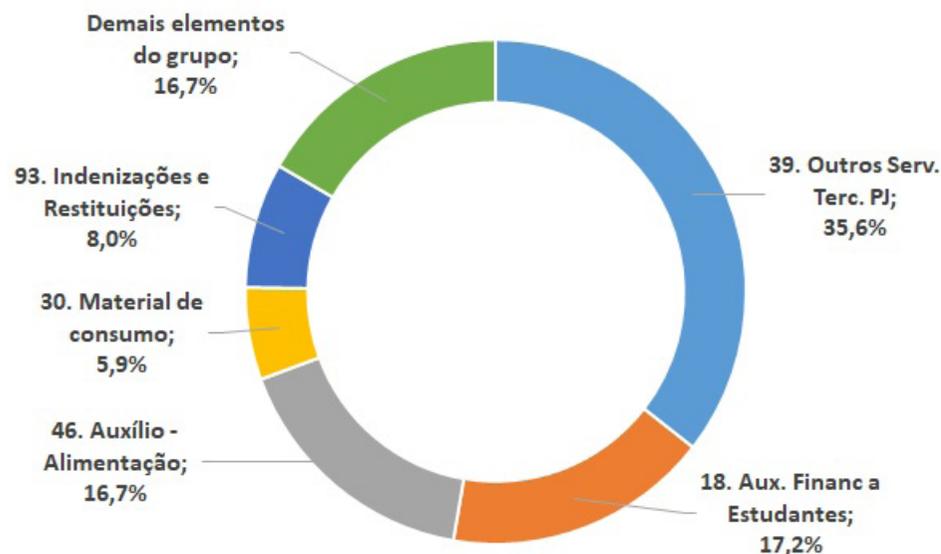
■ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS ■ OUTRAS DESPESAS CORRENTES ■ INVESTIMENTOS

Grupo de Despesa	2018	%
Pessoal e Encargos Sociais	345.418.410,19	82,93
Outras Despesas Correntes	66.795.270,38	16,04
Investimentos	4.313.973,04	1,04
Total	416.527.653,61	100,00



Despesas de Pessoal	345.418.410,19	%
Vencimentos e vantagens pessoal civil	259.770.599,60	75,20
Obrigações Patronais	45.989.954,60	13,31
Aposentados, Resv, Ref. Mil	19.722.723,44	5,71
Contratação por tempo determinado	12.382.197,16	3,58
Demais elementos do grupo	7.552.935,51	2,19

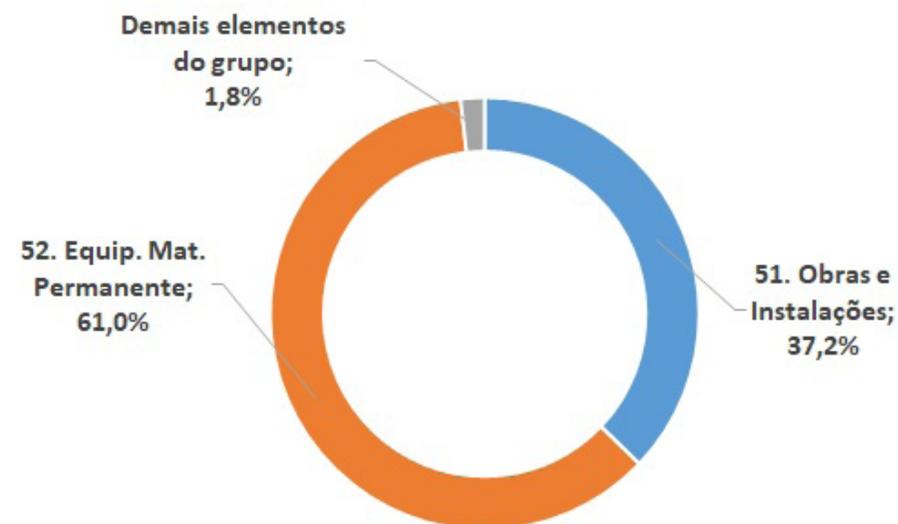
As despesas de pessoal e encargos sociais sofreram um acréscimo de 10,12% em comparação ao exercício anterior, devido ao pagamento de reconhecimento de saberes; da nomeação de novos servidores no quadro do IFRS e progressões funcionais.



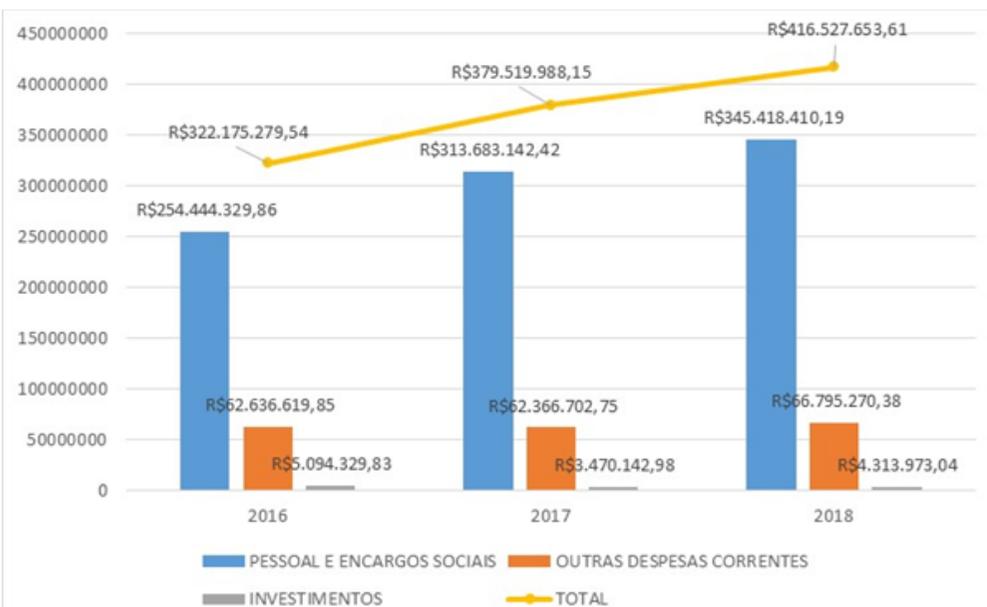
	2018	%
Outras Despesas Correntes	66.795.270,38	
Outros Serv. Terc. PJ	23.754.314,84	35,6
Aux. Financ a Estudantes	11.456.426,52	17,2
Auxílio - Alimentação	11.126.310,34	16,7
Material de consumo	3.961.467,73	5,9
Indenizações e Restituições	5.373.633,64	8,0
Demais elementos do grupo	11.123.117,31	16,7

Em 2018, as despesas de custeio liquidadas totalizaram R\$ 66.795.270,38 correspondendo a 16,04% do total das despesas liquidadas.

Do total liquidado, nesse grupo de despesas, o percentual de 35,56% foi utilizado para outros serviços de terceiros PJ, tendo em vista o alto custo de terceirização de pessoal de apoio às atividades essenciais da Instituição, tais como vigilância, limpeza, trabalhadores para a cozinha, serviços de apoio administrativo, os quais são fundamentais para o desenvolvimento das atividades finalísticas do IFRS.



	2018	%
Investimentos	4.313.973,04	
Obras e Instalações	1.604.785,13	37,2
Equip. Mat. Permanente	2.631.150,94	61,0
Demais elementos do grupo	78.036,97	1,8



Grupo de Despesa	2016	2017	2018
Pessoal e Encargos Sociais	254.444.329,86	313.683.142,42	345.418.410,19
Outras despesas correntes	62.636.619,85	62.366.702,75	66.795.270,38
Investimentos	5.094.329,83	3.470.142,98	4.313.973,04
Total	322.175.279,54	379.519.988,15	416.527.653,61

O IFRS executou em 2018 os programas governamentais: temático; de gestão, manutenção e serviços ao estado e operações especiais, dos quais destacamos as ações que representam as despesas discricionárias executadas no exercício.

I) Programa temático - aquele que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade:

Programa 2080 - Educação de Qualidade para Todos, que engloba a execução das ações:

- **Ação 20RG:** recursos de investimento utilizados para expansão e reestruturação da Rede Federal.
- **Ação 20RL:** recursos de custeio e investimento utilizados para o funcionamento dos cursos oferecidos; aquisições de materiais e contratação de serviços necessários ao funcionamento da Instituição.
- **Ação 2994:** destinada a assistência estudantil, visando o acesso, a permanência e o bom desempenho dos estudantes.
- **Ação 6380:** destinado ao apoio de projetos.

II) Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado:

Programa 2109 - Programa de gestão e manutenção do MEC que engloba a execução das ações:

- **Ação 4572:** recursos de custeio utilizados na capacitação de servidores.
- **Ação 216H:** recursos de custeio destinado ao pagamento de auxílio-moradia.

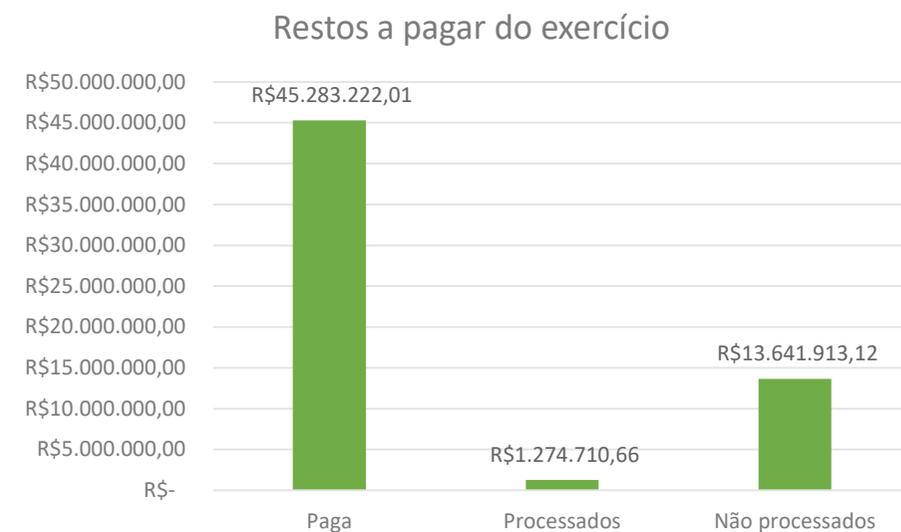
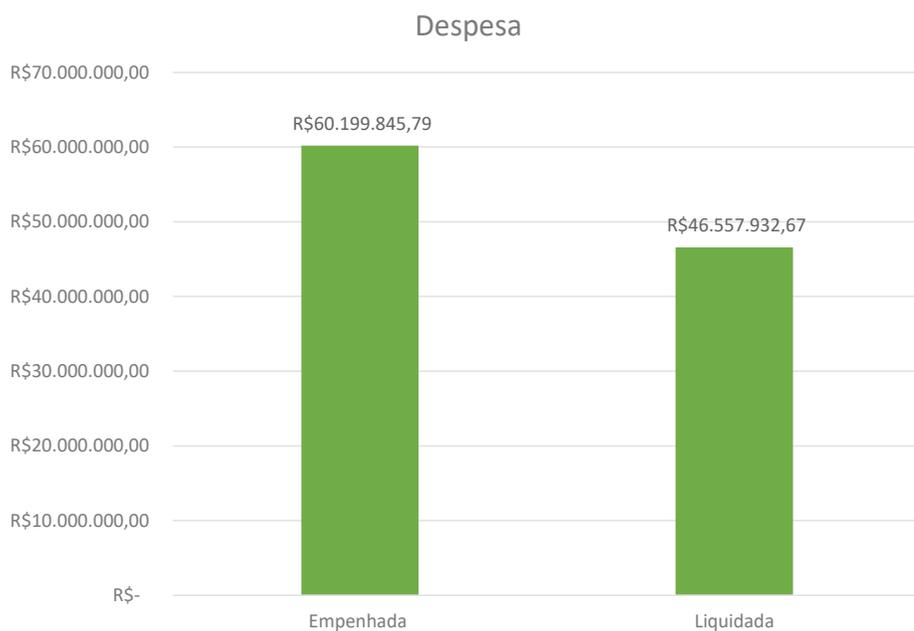
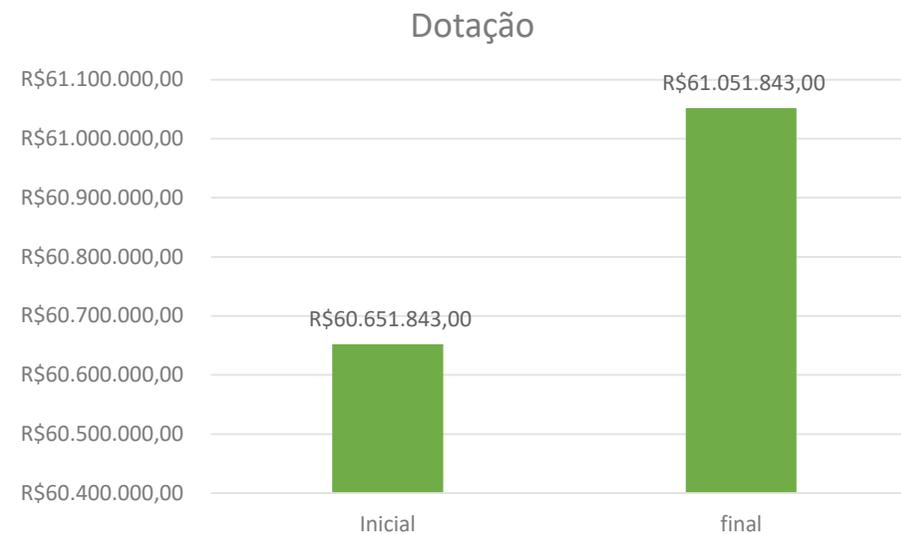
Nesse programa também está incluído a ação 212B – benefícios obrigatórios aos servidores, que deixaremos de demonstrar a execução, uma vez que não se trata de despesas discricionárias, ou seja, aquelas que o governo pode ou não executar (custeio e investimento).

III) Programas de operações especiais

Programa 0910 - Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais:

- **Ação 00PW:** contribuição a entidades nacionais sem exigência de programação específica.

Ação	DOTAÇÃO		DESPESA		RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20RG	950.000,00	950.000,00	930.287,25	37.332,02	-	37.332,02	892.955,23
20RL	46.349.969,00	46.307.969,00	46.051.873,95	34.142.408,19	33.113.448,80	1.028.959,39	11.909.465,76
2994	11.167.698,00	11.167.698,00	11.154.321,99	10.665.755,19	10.658.024,79	7.730,40	488.566,80
6380	200.000,00	600.000,00	590.514,70	318.862,85	209.901,35	108.961,50	271.651,85
4572	1.614.664,00	1.664.664,00	1.132.876,90	1.079.378,77	1.012.298,28	67.080,49	53.498,13
261H	301.800,00	293.800,00	272.260,00	246.484,65	221.837,79	24.646,86	25.775,35
00PW	67.712,00	67.712,00	67.711,00	67.711,00	67.711,00	-	-
Total	60.651.843,00	61.051.843,00	60.199.845,79	46.557.932,67	45.283.222,01	1.274.710,66	13.641.913,12



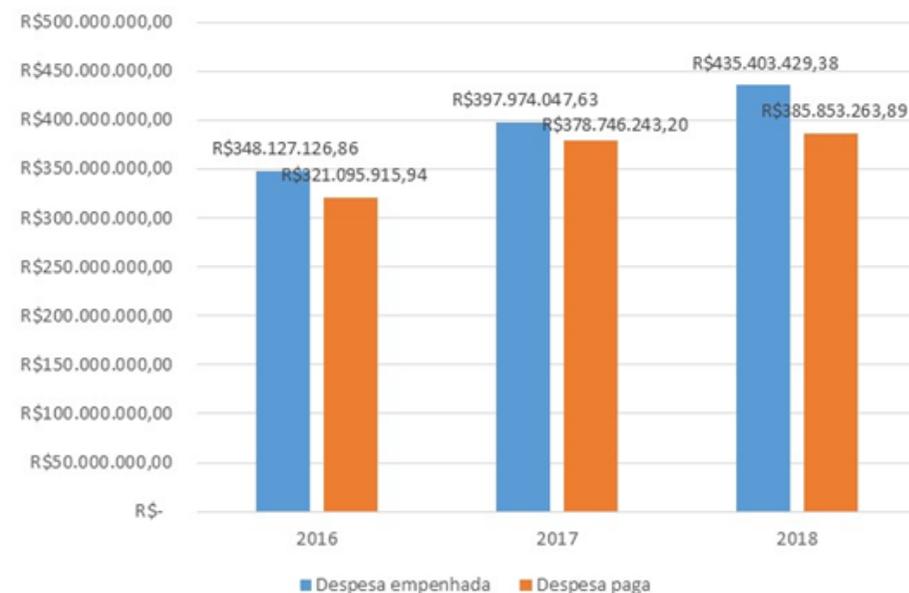
Em 2018 o IFRS recebeu 100% da dotação autorizada na LOA. Porém, os limites de empenho foram sendo liberados parcialmente durante o exercício, prejudicando o planejamento das unidades. As limitações de empenho tiveram impacto relevante na execução orçamentária, uma vez que liberações ocorridas próximas ao encerramento do exercício acarretaram atrasos na abertura de processos licitatórios, gerando um alto valor inscrito em restos a pagar.

Os recursos da ação 20RG e 6380 e R\$ 390.000,00 da ação 20RL são oriundos de emendas parlamentares e foram destinadas para aquisição de equipamentos (salas modulares e bens permanentes) para os laboratórios do *Campus Alvorada* do IFRS; conclusão da cobertura da quadra de esportes do *Campus Restinga*; edificação de quadra poliesportiva no *Campus Caxias do Sul*; para o custeio de projeto de pesquisa, ensino e extensão na área de comunicação do *Campus Osório* e edificação de cobertura das passarelas de pedestres no *Campus Caxias do Sul*.

Despesas por Modalidade de Licitação

São empenhados na modalidade 08 – não se aplica - despesas de pessoal e encargos sociais; benefícios aos servidores, bolsas aos alunos, ressarcimento de mensalidades aos servidores; diárias, estagiários e despesas com pesquisa e extensão, o que justifica o elevado valor nessa modalidade.

EXERCÍCIO	2016		2017		2018	
Modalidade de Licitação	Despesa empenhada	Despesa paga	Despesa empenhada	Despesa paga	Despesa empenhada	Despesa paga
TOMADA DE PREÇO	1.312.811,43	268.607,97	65.755,79	37.923,60	-	-
CONCORRÊNCIA	959.265,19	661.065,32	317.607,00	317.607,00	428.309,15	417.462,35
DISPENSA DE LICITAÇÃO	3.631.580,57	2.841.251,05	3.741.186,62	2.806.660,74	4.099.676,85	3.102.035,10
INEXIGIBILIDADE	4.611.240,43	4.116.547,32	4.309.611,59	3.733.635,68	5.570.731,08	4.660.729,07
NÃO SE APLICA	287.640.576,95	286.987.463,56	349.625.358,15	348.849.379,72	383.040.907,62	353.314.081,93
SUPRIMENTO DE FUNDOS	39.360,97	39.360,97	25.922,40	25.922,40	39.735,25	39.735,25
DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	12.231.566,89	1.108.467,13	5.081.275,86	1.926.848,33	5.923.857,41	1.521.176,57
PREGÃO	37.700.724,43	25.073.152,62	34.807.330,22	21.048.265,73	36.300.212,02	22.798.043,62
Total	348.127.126,86	321.095.915,94	397.974.047,63	378.746.243,20	435.403.429,38	385.853.263,89



Restos a Pagar

Não são consideradas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com a ação orçamentária 2994 - assistência aos estudantes das Instituições Federais e com a ação OOPi - apoio a alimentação escolar na educação Básica, esse se liberado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino?	Ano de inscrição do empenho	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A PAGAR
NÃO	2016							5.667,30	1.184,70	4.482,60	0,00
	2017	7.457,20		4.328,00	3.129,20	0,00	565.711,31		21.611,53	542.374,77	1.725,01
	Sub-Total	7.457,20		4.328,00	3.129,20	-	565.711,31	5.667,30	22.796,23	546.857,37	1.725,01
SIM	2013	11.599,45		11.599,45		0,00					
	2014		2.593,56			2.593,56		130,37		130,37	0,00
	2015							718.727,23	454.184,80	207.305,77	57.236,66
	2016	109.880,88	2.819,70	657,70	112.042,88	0,00	4.480.811,74	1.004.670,68	1.330.689,70	2.145.451,36	
	2017	766.287,75		4.854,70	761.433,05	0,00	17.888.348,17		946.373,45	15.885.065,17	1.056.909,55
	Sub-Total	887.768,08	5.413,26	17.111,85	873.475,93	2.593,56	17.888.348,17	5.199.669,34	2.405.228,93	17.423.191,01	3.259.597,57
Total		895.225,28	5.413,26	21.439,85	876.605,13	2.593,56	18.454.059,48	5.205.336,64	2.428.025,16	17.970.048,38	3.261.322,58

Restos a Pagar Processados

Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2018	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12 do ano 2018
2017	773.744,95	764.562,25	9.182,70	-
2016	112.700,58	112.042,88	657,70	-
2015	-	-	-	-
2014	2.593,56	-	-	2.593,56
2013	11.599,45	-	11.599,45	-
Total	900.638,54	876.605,13	21.439,85	2.593,56

Restos a Pagar Não Processados

Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2018	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12 do ano 2018
2017	18.454.059,48	16.427.439,94	967.984,98	1.058.634,56
2016	4.486.479,04	1.335.172,30	1.005.855,38	2.145.451,36
2015	718.727,23	207.305,77	454.184,80	57.236,66
2014	130,37	130,37	-	-
Total	23.659.396,12	17.970.048,38	2.428.025,16	3.261.322,58

O IFRS tem buscado constantemente a redução de saldos nas contas de restos a pagar, mediante o cancelamento daqueles empenhos que se referem a saldos e/ou inadimplência do fornecedor.

Restos a pagar por grupo de despesa

Grupo Despesa		Ano de inscrição do empenho		RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	
4	INVESTIMENTOS	2013	11.599,45	-	-
		2014	130,37	130,37	-
		2015	445.357,40	-	-
		2016	2.993.949,24	463.512,83	2.012.436,66
		2017	4.810.124,76	4.502.474,51	253.263,68
	Sub-Total	8.261.161,22	4.966.117,71	2.265.700,34	
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2014	2.593,56	-	2.593,56
		2015	273.369,83	207.305,77	57.236,66
		2016	1.605.230,38	983.702,35	133.014,70
		2017	14.187.679,67	12.459.527,68	805.370,88
		Sub-Total	16.068.873,44	13.650.535,80	998.215,80
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2017	230.000,00	230.000,00	-
		Sub-Total	230.000,00	230.000,00	-
Total			24.560.034,66	18.846.653,51	3.263.916,14

Desafios

- manter em funcionamento toda a estrutura do IFRS diante das incertezas sobre contingenciamentos orçamentários e restrições financeiras;
- melhorar a gestão dos restos a pagar;
- melhorar o acompanhamento da execução da despesa no decorrer do exercício, evitando a inscrição em restos a pagar.

Ações

- ofertar capacitação aos servidores envolvidos nas ações de execução e acompanhamento orçamentário;
- intensificar a comunicação, visando a conscientização dos servidores para redução de custos, estimulando boas práticas.

Gestão de Pessoas

Legislação Aplicada

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, a Diretoria de Gestão de Pessoas observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governos Federal e órgãos de controle.

Nesse contexto, a Diretoria de Gestão de Pessoas verifica as normas publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia, Órgão Central do SIPEC, e orienta quanto aos regulamentos aplicáveis.

Apontamentos dos Órgãos de Controle

Aliado às ações de orientação e normatização, são realizadas auditorias preventivas periodicamente, de forma a corrigir eventuais inconsistências. Por fim, acompanhamos as diligências e apontamentos dos órgãos de controle (TCU e CGU) e das auditorias internas (AUDIN) e cuidamos para que sejam dados os devidos atendimentos.

Auditoria Interna (AUDIN)

Total de S/A - 9

Realizadas - 6

Não concluídas - 3

Indicadores de Conformidade

Avaliação de Conformidade

a) E-Pessoal

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada por meio de indicadores. Os responsáveis pelos órgãos e pelas unidades pagadoras declaram anualmente a observância às normas e o cumprimento dos tópicos indicados.

1 - Entrega da Autorização de Acesso ao Imposto de Renda conforme dispõe Portaria Interministerial MP/CGU nº. 298, de 06/09/07, publicada no DOU em 11/09/07 Seção I - Pág. 51.

2 - Controle e Acompanhamento de atos de pessoal através do sistema e-Pessoal.

3 - Atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle.

4 - Acompanhamento dos processo instruídos a título de Reposição ao Erário.

5 - Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios.

Os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no e-Pessoal, conforme Instrução Normativa TCU nº 78/2018.

Atos de admissão	2018
Aposentadorias	11
Pensões Cíveis	3
Provimentos	110

b) Assentamento Funcional Digital (AFD)

A digitalização de documentos relativos a 2016, 2017 e 2018 de servidores está sendo realizada, sendo gradativamente realizada a migração dos documentos para o SIGEPE. Os arquivos físicos da documentação das concessões de aposentadorias, pensões, averbação de tempo de serviço e admissão dos contratos por tempo determinado previstos na Lei nº 8.745/93, por determinação do TCU também estão em tratamento para virtualização da informação.

c) Reposição ao Erário

Foram instaurados processos para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores, aposentados e beneficiários de pensão civil, nos termos da Orientação Normativa SGP/MP nº 5, de 21/02/2013. Tais reposições irão gerar retorno aos cofres da União de aproximadamente R\$ 614.014,96.

Andamento	2018
Processos Administrativos	37
Finalizados	19
Em andamento	15
Não localizado	3
Valores restituídos	R\$ 120.544,47
Valores a serem restituídos	R\$ 614.014,96

d) Acompanhamento de Concessões, Licenças e Benefícios

AUXÍLIO-TRANSPORTE: Recadastramento do Auxílio-transporte - 1.109 processos analisados

LICENÇA-GESTANTE: 82 servidoras em licença-gestante

e) Ouvidoria e SIC

Considerando o total de manifestações recebidas pela instituição, a área de Gestão de Pessoas respondeu o seguinte quantitativo de demandas:

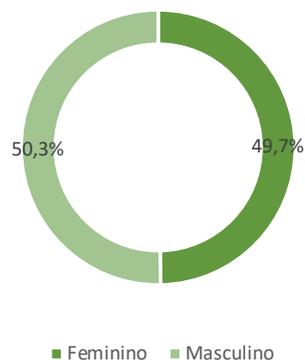
49 Ouvidoria e 77 SIC

Avaliação da Força de Trabalho

Distribuição dos Servidores por Faixa Salarial, Gênero, Deficiência, Etnia, Faixa Etária, Situação Funcional, Carreira, Área de Trabalho e Unidade de Exercício

Em 2018 o IFRS possuía 1.019 servidoras e 1.030 servidores.

Gênero

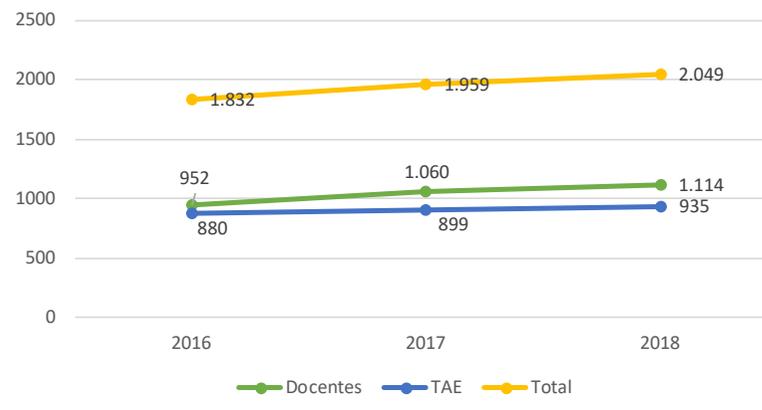


Gênero/Deficiência

Para termos o número exato de servidores com deficiência e gênero, faz-se necessária a declaração própria de cada servidor. No momento, a Diretoria de Gestão de Pessoas não dispõe desse levantamento, estando os números do sistema distorcidos em relação à realidade.

Evolução do Quadro de Pessoal

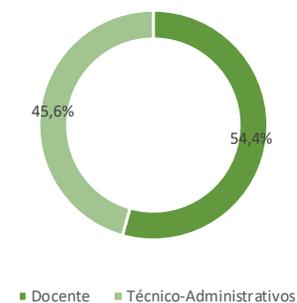
Evolução dos número de Servidores



Composição da Força de Trabalho - Distribuição por Situação Funcional

Carreira	Ativo Permanente	Cedidos	Excedente de Lotação	Total
Docente	1.114	-	-	1.114
Técnico Administrativo	920	9	6	935
Total	2.034	9	6	2.049

Distribuição por carreira



Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas - Docentes

Os professores do IFRS são selecionados através de concurso público, nos casos de professores do quadro efetivo nos termos da Lei nº 8.112/1990, ou seleção pública, nos casos de professores substitutos nos termos da Lei nº 8.745/1993. Nas seleções da instituição, conforme as normas relativas à contratação de servidores públicos, são realizadas provas de conhecimentos teóricos, práticos (provas didáticas) e provas de títulos, em a experiência é considerada como um dos critérios de pontuação.

Cada edital de concurso público de provas e títulos possui critérios diferenciados e cada área possui especificidades definidas nesses documentos. Em decorrência do Decreto nº 7.312/2010 do IFRS tem autonomia para abertura de concurso público. O dimensionamento de professores para as unidades está normatizado pela Portaria MEC nº 246/2016.

QUANTITATIVO DE PROFESSORES POR CAMPUS				
Unidades Organizadas por Fase de Implantação				
Campus Avançado	246/2016	2016	2017	2018
Veranópolis	20	08	13	20
Campi Fase III	246/2016	2016	2017	2018
Alvorada	70	19	30	35
Rolante	70	19	27	36
Vacaria	70	18	31	35
Viamão	70	19	34	36
Campi Fase II	246/2016	2016	2017	2018
Canoas	70	61	63	64
Caxias do Sul	70	60	64	67
Erechim	70	55	59	63
Farroupilha	70	56	58	61
Feliz	70	48	59	60
Ibirubá	70	65	66	67
Osório	70	56	63	63
Porto Alegre (Restinga)	70	56	63	63
Campi Pré-existente	246/2016	2016	2017	2018
Bento Gonçalves	150	99	105	110
Porto Alegre (centro)	90	116	120	119
Rio Grande	90	112	116	117
Sertão	90	85	91	98
TOTAIS	1.280	952	1.060	1.114

Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas - Técnicos Administrativos em Educação

Os TAEs do IFRS são selecionados através de concurso público, nos casos dos servidores do quadro efetivo nos termos da Lei nº 8.112/1990, ou seleção pública, nos casos de profissionais para atendimento à pessoas com deficiência nos termos da Lei nº 8.745/1993. Nas seleções da instituição, conforme as normas relativas à contratação de servidores públicos, são realizadas provas de conhecimentos teóricos. Cada edital de concurso público de provas critérios diferenciados e cada área possui especificidades definidas. Em decorrência do Decreto nº 7.311/2010 do IFRS tem autonomia para abertura de concurso público.

O dimensionamento de TAEs para as unidades está normatizado pela Portaria MEC nº 246/2016.

QUANTITATIVO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO POR CAMPUS				
Unidades Organizadas por Fase de Implantação				
Campus Avançado	246/2016	2016	2017	2018
Veranópolis	13	11	12	12
Campi Fase III	246/2016	2016	2017	2018
Alvorada	45	27	28	32
Rolante	45	25	28	31
Vacaria	45	19	24	32
Viamão	45	25	26	31
Campi Fase II	246/2016	2016	2017	2018
Canoas	45	40	40	42
Caxias do Sul	45	46	46	46
Erechim	45	47	48	46
Farroupilha	45	44	44	45
Feliz	45	39	39	41
Ibirubá	60	53	54	53
Osório	45	43	43	44
Porto Alegre (Restinga)	45	43	44	44
Campi Pré-existente	246/2016	2016	2017	2018
Bento Gonçalves	100	82	86	89
Porto Alegre (centro)	60	72	72	74
Rio Grande	60	74	74	74
Sertão	70	72	70	71
REITORIA	246/2016	2016	2017	2018
Reitoria	200	115	118	125
TOTAL	1.058	880	899	935

Remoção - CPR/Redistribuições

O IFRS realiza as remoções de servidores através do Cadastro Permanente de Remoções (CPR).

110 vagas oferecidas - > 51 remoções realizadas

Além das remoções de servidores, ocorreram 26 redistribuições de servidores em 2018.

Detalhamento da despesa de pessoal (Ativo, Inativo e Pensionista), Evolução dos Últimos anos e Justificativa para o aumento/diminuição

Despesa de Pessoal	Liquidado		
	2016	2017	2018
Vencimentos e Vantagens	R\$ 186.614.657,24	R\$ 234.577.073,45	R\$ 259.770.599,48
Patronal	R\$ 34.466.020,06	R\$ 42.382.991,04	R\$ 45.989.954,60
Inativos	R\$ 15.844.910,74	R\$ 18.272.214,91	R\$ 19.722.723,44
Contratação por Tempo Determinado	R\$ 11.690.353,83	R\$ 10.593.161,73	R\$ 12.382.197,16
Pensões	R\$ 3.102.291,43	R\$ 3.884.595,20	R\$ 4.382.277,19
Servidores Requisitados	R\$ 821.828,14	R\$ 991.499,11	R\$ 598.851,15
Sentenças Judiciais	R\$ 458.019,54	R\$ 365.472,29	R\$ 231.382,57
Exercícios Anteriores	R\$ 507.724,76	R\$ 1.134.938,00	R\$ 387.138,48
Demais Despesa de Pessoal	R\$ 1.088.524,12	R\$ 1.711.196,69	R\$ 2.209.434,97
Total das Despesas	R\$ 254.594.329,86	R\$ 313.913.142,42	R\$ 345.674.559,04

O aumento da despesa de pessoal ocorreu em decorrência de 1.789 novas matrículas oferecidas à sociedade.

Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia: Gratificação de Desempenho, Progressão Funcional, Estágio Probatório, Tabela de Remuneração, Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados por Servidores Efetivos, Detalhes Sobre a Igualdade de Oportunidades na UPC

Progressão Funcional

Em conformidade com a Lei nº 12.772/2012 e A Lei nº 11.091/2005, que institui a carreira dos professores e TAE respectivamente, as progressões funcionais são concedidas a partir do interstício e nas condições previstas na legislação.

TAE (2018)
PROGRESSÕES POR MÉRITO: 475
PROGRESSÃO POR CAPACITAÇÃO: 169

PROFESSOR (2018)
PROGRESSÃO: 337
ACELERAÇÃO DA PROMOÇÃO: 67
Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC)

Em conformidade com a Lei nº 12.772/2012, os professores têm o direito à retribuição por titulação quando houver o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC).

Graduação + RSC - I - 2
Especialização + RSC II - 12
Mestrado + RSC III - 82

PROMOÇÃO: 56

Progressão por Titulação

Em conformidade com a Lei nº 12.772/2012 e a Lei nº 11.091/2005, que institui a carreira dos professores e TAE respectivamente, as progressões por titulação são concedidas ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular.

TAE (2018) - INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO: 185
EBTT (2018) - RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO: 70

Cargos Gerenciais Ocupados por Servidores Efetivos

No IFRS todos os cargos gerenciais são ocupados por servidores efetivos.

155 - FCC - privativo de EBTT
262 - CD's / FG's - TAE
125 - CD's / FG's - EBTT

Estágio Probatório

Em 2018, concluíram o estágio probatório 145 servidores, adquirindo estabilidade e passando a fazer jus há uma série de benefícios, dentre eles Licença para Interesse Particular, Licença Capacitação, etc.

145 servidores estáveis
58 - TAE
88 - EBTT

Tabela de Remuneração (comparativa entre as carreiras)

	VENCIMENTO INICIAL (VI)	VI + IQ/RT (DOUTORADO)	VENCIMENTO FINAL (VF)	VF + IQ/RT (DOUTORADO)
TAE - C	R\$ 1.801,79	R\$ 3.153,13	R\$ 3.872,70	R\$ 6.777,23
TAE - D	R\$ 2.446,96	R\$ 4.282,18	R\$ 4.872,00	R\$ 8.526,00
TAE - E	R\$ 4.180,66	R\$ 7.316,16	R\$ 8.323,87	R\$ 14.566,77
EBTT - 20H	R\$ 2.236,31	R\$ 3.449,83	R\$ 4.297,76	R\$ 6.874,88
EBTT - 40H	R\$ 3.126,31	R\$ 5.786,68	R\$ 6.064,50	R\$ 11.201,69
EBTT - DE	R\$ 4.463,93	R\$ 9.600,92	R\$ 8.833,96	R\$ 19.985,24

Ações Voltadas à Saúde e Qualidade de Vida dos Servidores

A Diretoria de Gestão de Pessoas tem desenvolvido ações significativas voltadas à saúde as quais destacamos: (1) a retomada das visitas aos *campi* afim de aumentar os canais de escuta e acolhimento das demandas vindas de cada unidade, (2) constituição e capacitação das Comissões Internas de Saúde, Segurança e Prevenção de Acidentes (CISSPAs) das unidades e, acima de tudo, (3) reiniciamos a realização dos exames periódicos para os servidores da instituição. Em paralelo as ações dessa coordenadoria, tivemos ainda o fortalecimento da unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) que além de atender aos servidores do IFRS ainda presta serviço à outras autarquias da rede federal que estejam conveniadas e/ou pactuadas, realizando neste ano em torno de 170 perícias de ingresso de novos servidores e mais de 200 perícias de saúde dos servidores da rede federal.

Capacitação, Estratégia e Números

O IFRS, através do Programa de Capacitação instituído pela Resolução do CONSUP nº 114/2014, realiza ações diversas para promover capacitação de seus servidores. O planejamento da capacitação é realizado através do Levantamento Anual de Capacitação (LNC) e do Plano Anual de Capacitação (PAC). As possibilidades mais recorrentes são: liberação de carga horária, licença para capacitação, afastamento para capacitação stricto sensu, afastamento para estudo no exterior, concessão de bolsas de estudo, cursos in company, eventos institucionais, participação isoladas.

	Quantidade de Servidores Capacitados			% de Servidores Capacitados por Carreira		
ANO	2016	2017	2018	2016	2017	2018
DOC	476	573	742	50%	54%	68%
TAE	520	592	707	56%	62%	72%
TOTAL	996	1.165	1.449	53%	58%	70%

A Instrução Normativa IFRS nº 06/2015 possibilita a liberação de até 40% da carga horária da jornada de trabalho semanal dos servidores técnico-administrativos em educação para participação em ações de qualificação sem necessidade de compensação. Em 2018 foram realizadas 105 concessões de liberação de carga horária.

De acordo com a legislação vigente e o Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS, após cada quinquênio de efetivo exercício no serviço público federal, o servidor pode solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade na qual se encontrar em exercício, licença remunerada por até três meses para participar de ação de capacitação presencial ou a distância.

Servidores	2016	2017	2018
Docentes	24	39	46
Técnico-Administrativos	46	57	102
Total	70	96	148

Durante o ano de 2018 retornaram do afastamento *stricto sensu* 47 professores. Em 31/12/2018 encontravam-se afastados 101 docentes.

Ano	Mestrado		Doutorado		Pós-Doutorado		Total
	No país	Exterior	No país	Exterior	No país	Exterior	
2016	4	0	81	3	1	0	89
2017	3	0	79	8	3	3	96
2018	3	0	85	8	2	3	101

Série histórica dos retornos de Afastamentos de docentes para *stricto sensu*

Ano	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Total
2016	5	24	4	33
2017	2	37	1	40
2018	15	27	5	47

Durante o ano de 2018 retornaram do afastamento *stricto sensu* 13 servidores TAE. Em 31/12/2018 encontravam-se afastados 43 TAE.

Ano	Mestrado		Doutorado		Pós-Doutorado		Total
	No país	Exterior	No país	Exterior	No país	Exterior	
2016	12	0	8	1	0	0	21
2017	15	0	12	0	0	0	27
2018	26	1	16	0	0	0	43

Série histórica dos retornos de Afastamentos de TAE para *stricto sensu*

Ano	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Total
2016	3	1	0	4
2017	13	1	0	14
2018	11	2	0	13

Afastamento para o Exterior para Capacitação

Servidores	2016	2017	2018
Docentes	69	88	75
Técnico-Administrativos	08	08	12
Total	77	96	87

No IFRS, em 2018, foram concedidas 125 bolsas, totalizando R\$ 475.929,39.

Modalidade	Nº de servidores contemplados	Valor investido
Graduação	29	R\$ 71.869,15
Especialização	56	R\$ 82.297,86
Mestrado	24	R\$ 205.757,58
Doutorado	13	R\$ 116.004,80
TOTAL	122	R\$ 475.929,39

Concessão de Bolsa de Estudos, por carreira, a partir de 2016.

Modalidade	2016			2017			2018		
	DOC	TAE	Total	DOC	TAE	Total	DOC	TAE	Total
Graduação	0	40	40	1	23	24	1	28	29
Especialização	0	52	52	2	42	44	5	51	56
Mestrado	14	35	49	5	23	28	4	20	24
Doutorado	20	6	26	13	4	17	11	2	13
TOTAL	34	133	167	21	92	113	21	101	122

Principais Desafios e Ações Futuras

Banco de Professores e Quadro Técnico para o Atendimento do Dimensionamento das Unidades do IFRS

Para a implementação integral, de no mínimo 80%, do quadro de pessoal previsto na portaria MEC nº 246/2016, faz-se necessário a ampliação do Banco de Professores Equivalente (BPEq) e do Quadro de Referência de Técnico-administrativos (QRSTAE) junto ao Ministério da Educação e do Ministério da Economia. Sem a devida ampliação as atividades de algumas unidades ficará comprometida.

Modelo de Dimensionamento das Unidades do IFRS

O modelo do tamanho das unidades do IFRS previsto na Portaria MEC nº 246/2016 não está em consonância com a realidade das cidades e dos arranjos produtivos locais. Através de estudo de viabilidade, realizar a alteração da tipologia dos *Campi* com potencialidade para um tamanho maior que o previsto.

Adequação das Atividades dos Professores

A portaria MEC nº 17/2016 regulamenta os fazeres dos professores. O IFRS precisa estudar e adequar as atividades atualmente previstas na Resolução nº 82/2011, bem como elaborar forma de padronizar os planos de trabalho de docente entre os *Campi*.

Elevação do Número de Professores com Formação Pedagógica

Em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), do Plano Nacional de Educação (PNE), e de manifestação do Conselho Nacional de Educação, há uma exigência para atuação na Educação Básica de curso de formação pedagógica em nível de graduação ou pós-graduação. O IFRS precisa oferecer e garantir que os professores tenham qualificação para sua atuação profissional.

Profissionais para Atendimento à Pessoas com Deficiência

O IFRS atendeu no ano de 2018 mais de 200 estudantes com deficiência. Para tanto, conta com força de trabalho insuficiente ou sem a formação adequada para realizar os atendimentos de saúde, de adaptação curricular, outros fazeres. O pedido de 57 profissionais para atendimento à pessoa com deficiência previsto na Lei nº 8.745/93 está aguardando manifestação do Ministério da Economia desde julho de 2018.

Contratação de Técnico-Administrativo Substituto

No atual momento, não há fundamento legal para realização da contratação de técnico-administrativo substituto. O que se propõe e a alteração da legislação para viabilizar a contratação para os mesmos casos previstos para os professores, em um limite de até 20% do quadro de pessoal efetivo. O objetivo é conseguir dar conta das eventuais ausências por motivo de saúde, licença-gestante, vacância, afastamento para capacitação, outros, dos servidores sem haver perda das atividades prestadas pelo IFRS.

Estruturas Sistemas de Informação

Na Gestão de Pessoas é perceptível o número de trabalhos, e retrabalhos desnecessários devido a ausência de sistemas de informação para as atividades operacionais. A utilização de ferramentas podem tornar os processos menos onerosos e mais eficientes, podendo dispor de mais esforços em questões estratégicas para que se consiga atingir os objetivos do IFRS.

Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade legal

O IFRS conta com assessoria jurídica da ETR – Licitações, equipe de apoio jurídico ligada à Advocacia Geral da União (AGU), o que garante a conformidade das contratações com as normas legais, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e Instruções Normativas do Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 04/2014 (SEGES/MP) e 05/2017 (STI/MP). O IFRS conta com instrução normativa interna que disciplina o Plano Anual de Aquisições e Contratações (IN PROAD 01/2018), e organiza o calendário de licitações.

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

Gastos por finalidade

GASTOS POR FINALIDADE	
Tipo de Contratação	Valor Liquidado
Serviços terceirizados com dedicação de mão-de-obra	13.476.380,62
Material de consumo (sem TIC)	3.540.224,79
Contratações de TIC (investimento + custeio)	2.107.857,62
Obras, Projetos e Instalações	1.604.785,13
Equipamentos e Material permanente (sem TIC)	1.366.705,46
Aquisições de alimentos, sendo: PNAE: recursos do FNDE /agricultura familiar: R\$ 354.708,68 PAA - com recursos próprios/agricultura familiar – R\$ 915.148,95	1.269.857,63
Outras contratações	10.939.163,45
Total de contratações do IFRS	34.304.974,70

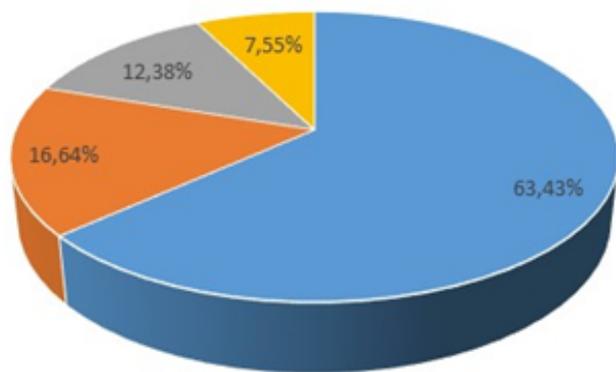
Especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

ESPECIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS CONTRATADOS PARA O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO	
Tipo de Contratação	Valor Liquidado
Vigilância armada e desarmada	5.582.232,62
Limpeza e conservação	4.701.593,31
Energia elétrica	3.506.643,00
Manutenção e conservação de bens imóveis	1.782.656,44
Locação de imóvel	732.616,68
Água e esgoto	729.991,73
Serviços de TIC	577.759,36
Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	530.675,57
Outsourcing de impressão	362.921,66
Serviços de publicidade legal	314.108,53
Locação de máquinas e equipamentos	220.649,88
Telefonia fixa	115.810,03
TOTAL PARCIAL	19.157.658,81
Demais serviços contratados	4.596.656,03
TOTAL GERAL	23.754.314,84

Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES			
Tipo de Contratação	Objeto	Valor liquidado	Total
Serviços terceirizados	Limpeza e conservação	4.701.593,31	13.476.380,62
	Vigilância armada e desarmada	5.582.232,62	
	Serviços de apoio administrativo	2.437.107,26	
	Serviços Domésticos (Copa e cozinha)	645.315,73	
	Intérprete de libras	87.211,13	
	Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	22.920,57	

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES			
Tipo de Contratação	Objeto	Valor liquidado	Total
Serviços de manutenção e conservação	De bens imóveis - predial com material	2.355.663,51	3.535.367,73
	De equipamentos	530.675,57	
	Da frota de veículos	649.028,65	
Aquisição de itens de investimento	Equipamentos, mobiliário e acervo bibliográfico	2.631.150,94	2.631.150,94
	Estudos e projetos	14.950,00	
Obras e instalações	Obras em andamento	1.556.846,13	1.604.785,13
	Instalações	32.989,00	



- Serviços Tereceirizados
- Serviços de manutenção e conservação
- Aquisição de itens de investimento
- Obras e instalações

Detalhamento dos serviços de apoio administrativo

- Porteiro/recepção	R\$ 688.446,00
- Trabalhador agropecuário	R\$ 1.138.269,86
- Motorista	R\$ 254.659,74
- Caldeirista	R\$ 84.806,46
- Jardineiro	R\$ 98.979,96
- Eletricista	R\$ 47.877,10
- Demais serviços	R\$ 124.068,14

As contratações elencadas acima são consideradas relevantes porque possibilitam a manutenção da estrutura da instituição e a prestação do serviço de ensino, pesquisa e extensão, missão do IFRS.

Objetivos Estratégicos

A gestão de licitações e contratos relaciona-se diretamente com os seguintes objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS:

- fortalecer a governança, visando a melhor organização e funcionamento administrativo do IFRS;
- aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle;
- aprimorar o gerenciamento logístico para atendimento das demandas do IFRS previstas no PDI e Planos de Ação;
- aperfeiçoar os procedimentos de contratação e gestão de bens e serviços, observando os critérios de sustentabilidade e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização

TOTAL DE PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES DIRETAS	
Tipo de Contratação	Número de Processos
Dispensas (sendo 20 chamadas públicas)	293
Inexigibilidades	81
Total de contratações diretas	374

PRINCIPAIS TIPOS DE CONTRATAÇÕES DIRETAS	
Tipo de Contratação	Justificativas
Energia elétrica	Fornecimento exclusivo
Água e esgoto	Fornecimento exclusivo
Contratações baseadas no art. 24, II da Lei nº 8.666/93 (248 processos)	Possibilidade de contratação direta em função do baixo valor.
Chamadas Públicas para aquisição de alimentos da agricultura familiar (20)	Aquisição de alimentos da agricultura familiar para o fornecimento de merenda, baseada nas Leis nº 11.947/2009 e 12.512/2011

TOTAL DE PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES DO IFRS	
Tipo de Contratação	Número de Processos
Pregão eletrônico	87
RDC - Regime Diferenciado de Contratação	8
Dispensa de licitação (sendo 20 chamadas públicas)	293
Inexigibilidade de licitação	81
Adesão à ata	222
Total	691
Número de unidades contratantes	17

Principais Desafios e Ações Futuras

Desafios

Um dos principais desafios da gestão de licitações e contratos no IFRS é a estrutura multicampi (17 *campi* e a reitoria) com autonomia financeira e decisória, que confere a cada unidade necessidades específicas e dificuldades de padronização dos procedimentos e decisões de gestão de compras e contratações.

A realização de processos de compras compartilhados pela Central de Compras da SEGES traria padronização à administração pública e ganhos de escala a nível federal.

O contingenciamento de recursos na esfera pública federal vem exigindo esforços constantes do IFRS para que, frente à constante redução de repasses orçamentários, seja

mantida a qualidade do ensino e dos serviços prestados à comunidade.

Os riscos advindos das funções exercidas pelos pregoeiros, gestores e fiscais de contratos tem afastado os servidores destas atividades, principalmente pela complexidade da área, necessidade de constante aperfeiçoamento, e inexistência de gratificação ou cargo específico que tornasse mais seguro e atraente o exercício destas funções.

A falta de um sistema informatizado integrado totalmente às plataformas de governo dificulta a gestão eficiente das informações de aquisições e contratações pela gestão.

Ações Futuras

Com o objetivo de otimizar os fluxos de processos, contribuir para a melhoria da qualidade dos gastos, e também da imagem institucional, o IFRS pretende:

- ampliar a participação de equipes multidisciplinares onde as áreas requisitantes e técnicas atuem em parceria desde o planejamento até a fiscalização das contratações;
- promover integração intercampi, realizando encontros de servidores da área;
- promover a capacitação dos servidores da área com foco no atendimento/atualização da legislação e na melhoria do planejamento das contratações.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

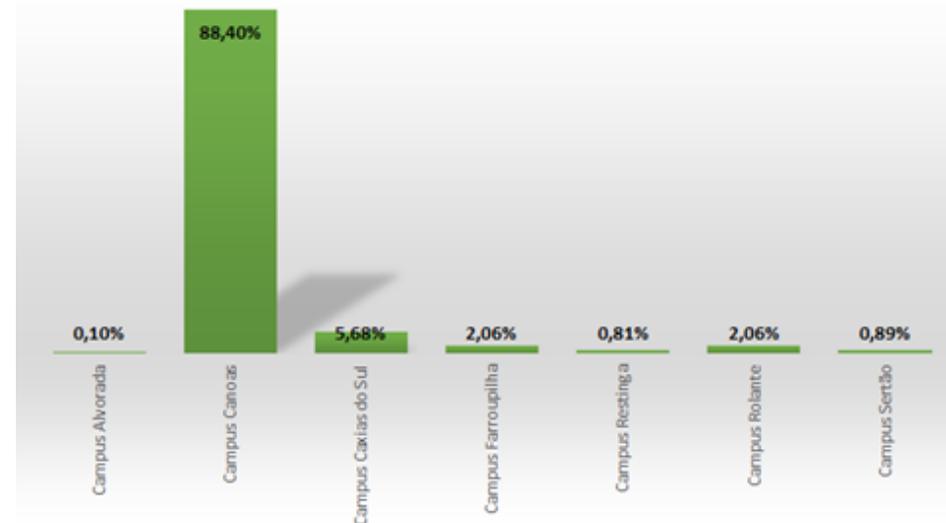
Conformidade Legal

O IFRS tem sua gestão focada no atendimento de seus objetivos institucionais e no cumprimento dos princípios norteadores da administração pública federal. Atua alinhado com os diversos dispositivos legais que incidem sobre suas linhas de atuação com foco no ensino, na pesquisa e na extensão. Em relação a sua gestão patrimonial e de infraestrutura atua conforme os termos da Constituição Federal, em especial aos artigos 37, 70 e 75 e em conformidade com os demais dispositivos legais que regem a matéria como a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-lei nº 200/1967, a Instrução Normativa nº 205/88, a Lei nº 8.429/1992, a Lei nº 8.666/93, a Lei Complementar nº 101/2000, o Decreto nº 9.373/2018 e sobre o ordenamento de sua normativa interna IN nº 04/2013 e demais instrumentos legais aplicáveis à Administração Pública.

Principais Investimentos de Capital

Em 2018 o IFRS investiu um total de R\$ 4.235.936,07 em sua infraestrutura e equipamentos. Deste montante R\$ 1.604.785,13 foram investidos em obras de melhoria ou ampliação nas instalações de nossas unidades e R\$ 2.631.150,94 em equipamentos, mobiliários e livros.

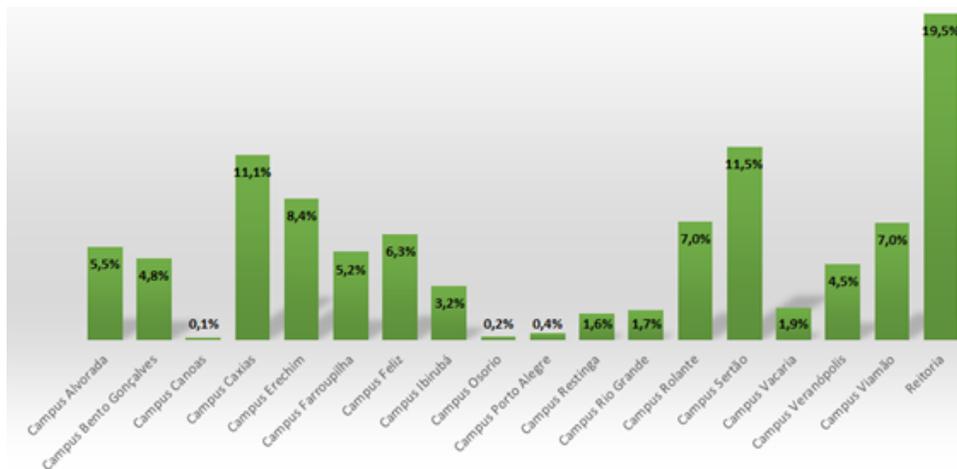
O orçamento total empenhado foi de R\$ 12.213.762,74 porém em virtude do atraso no repasse tanto do crédito orçamentário quanto do limite de empenho, por parte da SPO e MEC, o valor efetivamente liquidado ficou em 35% deste montante.



Valores Investidos em Obras – R\$ 1.604.785,13 (despesa liquidada)

Todas as obras executadas são de extrema importância e relevância pois atendem as demandas da comunidade, o planejamento institucional do IFRS, questões legais de segurança e acessibilidade.

No *Campus Caxias* e *Ibirubá* por exemplo foram investidos valores visando ampliação da espaço para novas turmas e melhor atender aulas práticas e por consequência melhorando o atendimento ao objetivo do IFRS que é a educação de qualidade.



Valores investidos em equipamentos, mobiliários e livros – R\$ 2.631.150,94 (despesa liquidada)

Todas as unidades do IFRS executaram investimentos em 2018 como exemplo compra de equipamentos para laboratórios, mobiliário e acervo bibliográfico. Estas aquisições melhoram as condições de trabalho dos servidores do IFRS e colocam a disposição ao estudante mais opções para aprimoramento e crescimento de conhecimento.

Desfazimento de Ativos

O IFRS em 2018 realizou 272 processos de desfazimento de ativos, entre chamadas públicas, doações, leilões, inutilizações, abandonos e reversão.

FONTE: SIPAC PROTOCOLO

O valor que se destaca são leilões e vendas de animais, totalizando R\$ 55.000,00, sendo R\$ 37.000,00 do *Campus Bento Gonçalves*, R\$ 6.000,00 do *Campus Sertão* e R\$ 12.000,00 do *Campus Ibirubá*. Os valores arrecadados foram revertidos em custeio e manutenção das unidades.

FONTE: SIAFI

Particularmente no controle patrimonial de bens, as unidades começam a visualizar e avaliar melhor seus ativos. Essa gestão integrada começa dar resultados no dia a dia, com melhorias no uso dos bens e classificação mais exata da situação física. Ao final de 2018, a gestão do IFRS iniciou processos de desfazimento específicos para bens inservíveis de suas unidades.

Locação de Imóveis e Equipamentos

Valores investidos em Locação de Equipamentos – R\$ 220.649,88 (despesa liquidada)

A locação destes equipamentos é vantajosa para administração economicamente porque são valores muito inferiores caso o IFRS necessitasse comprar os equipamentos, insumos e manutenção.

No ano de 2018 o montante investido em Locação de Imóveis foi de R\$ 732.616,68, 97% deste valor refere-se ao funcionamento da unidade do IFRS na cidade de Viamão que ainda não possui sede própria.

Mudanças e Desmobilizações Relevantes

No exercício de 2018 não ocorreram mudanças e desmobilizações relevantes no IFRS.

Principais Desafios e Ações Futuras

No âmbito da gestão de materiais e ativos patrimoniais, o principal desafio é eliminar as distorções entre registros patrimoniais e contábeis. Melhorar e atualizar as informações relativos aos valores dos bens, por meio de processos de reavaliações e controle interno mais efetivo.

Outra ação é o início dos trabalhos, em parceria com a STN, de integração e migração das informações dos materiais e bens ao novo sistema integrado estruturante do governo federal, o SIADS. Esta ação está baseada em legislação que entrou em vigor ao final de 2018.

Na gestão de imóveis estabelecer atualizações dos documentos das edificações, dar início ao processo de regularização das edificações e registro adequado destas em sua matrículas.



Na execução de obras a prioridade é atender as legislações nos aspectos segurança e acessibilidade, neste sentido priorizar todos os projetos nestas áreas para executar e colocar a disposição da comunidade no tempo mais rápido possível.

Outra ação relevante é dar condições das práticas esportivas nos *campi*, por meio da construção e melhorias dos espaços, uma demanda antiga e necessária para atender aos alunos, especialmente do ensino médio.

Buscar melhorias nas manutenções preventivas do IFRS, para isso fomentar processos e contratações viáveis para que os gestores tenham de forma contínua condições de contratar e executar reformas e melhorias durante todo o ano.

Por fim, conforme planejado no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, o desafio estratégico para a gestão patrimonial e de infraestrutura é “Fomentar infraestrutura adequada a todas as unidades do IFRS”, de forma que todos os *campi* apresentem melhoria em relação às condições de infraestrutura para oferta de cursos em todos os níveis e modalidades.

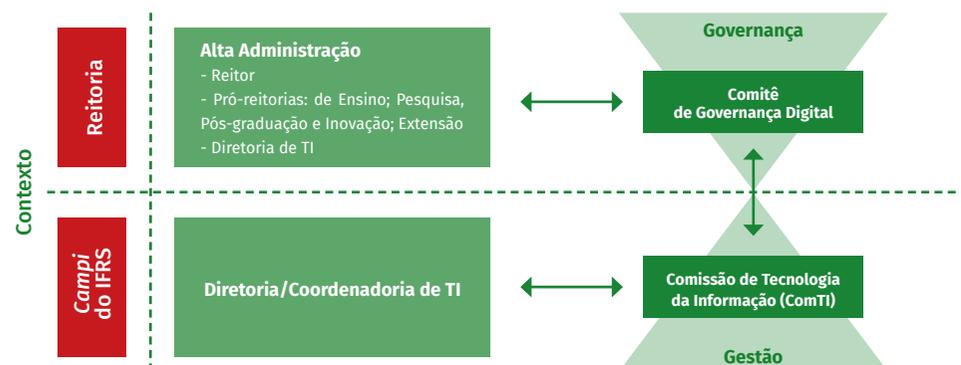
Gestão da Tecnologia da Informação

Conformidade legal da Gestão de TIC

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TIC, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, observa e aplica um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, além das normas estabelecidas em seus normativos internos. Desse modo, busca evoluir continuamente seus padrões referentes a Sistemas Integrados de Gestão e Comunicação em suas áreas fins de Ensino, Pesquisa e Extensão, acessibilidade, dados abertos, aprimoramento da governança digital, implantação da segurança da informação, interoperabilidade entre sistemas dos *campi* do IFRS, licitações e fiscalização de contratos.

Modelo de Governança TIC

O modelo de governança de TIC do IFRS possui a Comissão de Tecnologia da Informação – ComTI, que é um órgão colegiado consultivo e propositivo que tem a finalidade de colaborar com a Diretoria de Tecnologia da Informação da Reitoria para o desenvolvimento das políticas e ações do IFRS na área de Tecnologia da Informação e Comunicação. Possui, também, em atendimento ao Decreto nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016, o Comitê de Governança Digital que tem por objetivo aprovar as políticas relativas a TIC encaminhadas pela ComTI bem como atender as disposições relativas a estratégia de Governança Digital (EGD) no que concerne ao IFRS. A figura a seguir mostra, de forma esquemática, o modelo de governança de TIC do IFRS.



A Comissão de Tecnologia da Informação – ComTI é composta pelo Diretor de Tecnologia da Informação da Reitoria como membro nato; um representante da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da Reitoria; um representante de cada *campus* indicado pelo Diretor Geral da Unidade; um representante de cada núcleo avançado indicado pelo Diretor Geral da Unidade; e um representante de cada Pró-reitoria indicados pelo Pró-reitor. A coordenação da ComTI fica a cargo do Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Reitoria do IFRS.

O Comitê de Governança Digital é composto pelo Reitor do IFRS como presidente; pelo Pró-reitor de Ensino; pelo Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação; pelo Pró-reitor de Extensão; e pelo Diretor de Tecnologia da Informação.

Em virtude de estruturas de TIC próprias e independentes dos *campi* integrantes da ComTI, a gestão de TIC no IFRS é realizada de forma descentralizada. Não há subordinação hierárquica entre às áreas de tecnologia da informação do IFRS, no entanto, todos estes *campi* participam do processo de construção coletiva das políticas relativas a TIC e articulam-se com vistas à cooperação mútua e à racionalização de processos e de recursos, sempre com o foco em resultados e na geração de valor para as partes interessadas (sociedade, governo e mercado).

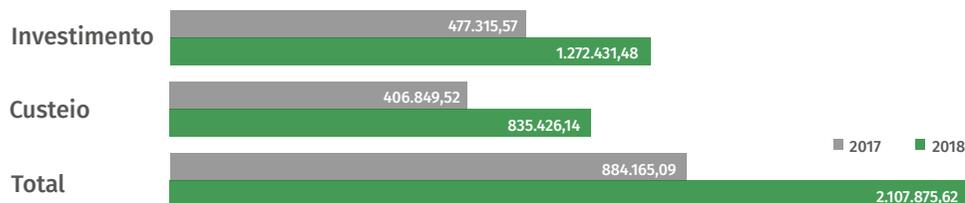
No modelo de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação cabe salientar o documento orientador, aprovado no ano de 2018, que é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFRS para o quinquênio 2019 – 2023. A elaboração do PDTIC contou com a participação de todos os *campi* e está alinhado com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS. Nele são descritos o contexto de planejamento das ações de TIC, princípios e diretrizes, o referencial estratégico de TIC alinhado às estratégias institucionais, resultado do PDTIC anterior e proposta orçamentária. O Documento pode ser acessado [nesse link](#).

Montante de recursos aplicados em TI

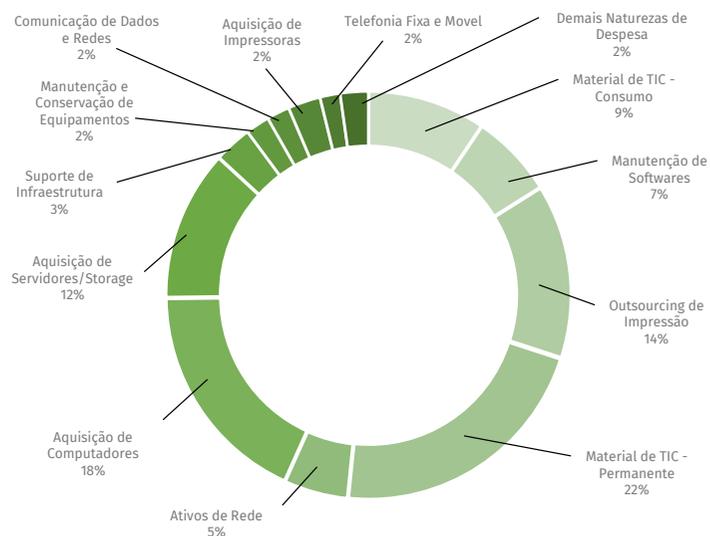
Montante de recursos aplicados em TI - 2017				
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Valor Pago de RP em 2017
Investimento	878.502,68	477.315,57	477.315,57	1.941.355,19
Custeio	734.656,62	406.849,52	406.849,52	1.043.120,65
Total	1.613.159,30	884.165,09	884.165,09	2.984.475,84

Montante de recursos aplicados em TI - 2018				
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Valor Pago de RP em 2018
Investimento	1.595.438,89	1.272.431,48	930.920,18	401.187,11
Custeio	1.279.567,96	835.426,14	789.420,98	1.077.470,71
Total	2.875.006,85	2.107.857,62	1.720.341,16	1.478.657,82

Despesas empenhadas em R\$ milhares



Gastos liquidados de TI por Natureza de Despesa



Principais iniciativas na área de TI

Buscando se fortalecer como instituição, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) tem trabalhado na integração dos sistemas de gerenciamento de dados de todos os seus setores e unidades e cotidianamente foram desenvolvidas inúmeras atividades que visam a manutenção dos serviços prestados pela área de TI institucional, com a aquisição de equipamentos e melhoria na infraestrutura. Dentre estas atividades destacam-se:

a) a implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG) que visa agilizar e agregar confiabilidade aos processos e às estatísticas institucionais, dar mais transparência e auxiliar na tomada de decisões. Através dele está sendo unificado o Sistema Acadêmico da Instituição - SIGAA nas suas modalidades: Integrado, Subsequente, Graduação, *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* sendo, atualmente, utilizado parcialmente ou na sua totalidade por 14 *campi* dos 17 que compõem o IFRS. Também, concluiu-se a unificação dos bens patrimoniais do IFRS em um único banco de dados através do sistema de patrimônio do módulo SIPAC que tem como benefício uma melhora considerável na gestão e controle dos bens do IFRS;

b) análise para desenvolvimento do novo Sistema de Ingresso e Seleção discente;

c) desenvolvimento de Sistemas para auxílio à Assistência Estudantil no que tange ao acompanhamento dos estudantes que possuem bolsas bem como a análise de tendência de possíveis evasões;

d) desenvolvimento do Mural de Oportunidades, portal que centraliza todas as ofertas de bolsas, estágios e oportunidades cadastrados pelos *campi* e Reitoria para consulta dos alunos do IFRS, egressos e comunidade externa;

e) desenvolvimento da *Application Programming Interface* (API) do IFRS para operar sob os dados gerados pelos sistemas do IFRS em sistemas legados dos *campi*;

f) apoio a implantação dos Sistemas de Bibliotecas Virtuais que beneficia alunos e professores na consulta a bibliografias on-line;

g) readequação da infraestrutura do site do Data Center institucional na Reitoria como melhorias tecnológicas em equipamentos e sistemas de rede para suportar o crescimento e sustentação das demandas de TI do IFRS.

Principais serviços e sistemas mantidos pela área de TI

API do IFRS	API do IFRS para serviços externos
CPA	Sistema em que alunos/servidores acessam para a realização da Avaliação Institucional do IFRS
Moodle	Ambiente Virtual de Aprendizagem
Mural de Oportunidades	Mural com as oportunidades de bolsas, estágios e oportunidades de trabalhos para os alunos do IFRS
Pergamum	Software de bibliotecas para o atendimento de todas as unidades do IFRS
Portal de Dados Abertos	Portal de Dados Abertos contém dados que são livremente disponíveis para todos utilizarem e redistribuírem como desejarem, sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle
Portal de Eventos	Portal com os eventos realizados pelo IFRS
Portal de Periódicos	Portal com os períodos do IFRS
Portfólio do IFRS	Portfólio dos servidores do IFRS
Retenções	Sistema para consultar a prestação de serviços entre o IFRS e empresas terceirizadas
SGCE	Sistema responsável pela emissão de certificados dos eventos do IFRS
SIA	Sistema de controle acadêmico utilizada por diversos <i>campi</i> do IFRS
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão: Acadêmico
SIGPP	Sistema Integrado de Gestão: Planejamento e Projetos
SIGRH	Sistema Integrado de Gestão: Recursos Humanos
SIPAC	Sistema Integrado de Gestão: Administrativo
SIPPAG	Sistema para consulta, emissão de portarias, validação de documentos
Sistema de Processo Seletivo Discente	Sistema responsável pelas inscrições, processamento de pagamentos, relatórios e classificação do resultado do Processo Seletivo Discente
Sistema de Processo Seletivo Docente	Sistema responsável pelas inscrições, processamento de pagamentos, relatórios e classificação do resultado do Concurso para ingresso de Técnicos Administrativos e Docentes
Sistemas IFRS	Sistema interno que agrega funcionalidades como agendamento de salas, portaria, concurso, processo seletivo, extração de alunos para o pergamum, extração de dados do SIG, parte administrativa do Mural de Oportunidades

Principais desafios (dificuldades, fraquezas e riscos)

Número insuficiente de servidores na área de TI expondo o IFRS a uma série de riscos como:

- demora ou falta de conhecimento técnico nos atendimento de suporte de nível 1 e 2;
- alongamento no prazo de execuções de projetos;
- limitação na possibilidade de automatização de processos internos;
- perda do conhecimento técnico, por vezes irrecuperável, sobre os sistemas existentes;
- sobrecarga às chefias na área de TI dificultando a sua tarefa de exercer as funções de planejamento, direção, coordenação e avaliação dos trabalhos em execução ou a serem executados, assim como exercer a liderança administrativa eficaz e eficiente perante suas equipes.

As principais fraquezas e riscos detectados na gestão de contratações e gestão de recursos de TI decorrem do orçamento deficitário para atendimento de demandas e do contingenciamento orçamentário o que resultam em prejuízos para a execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFRS. Abaixo a demonstração do resultado do PDTIC 2016-2017 prorrogado até o final de 2018 onde verifica-se que o índice de ações sem nenhuma providência é alto e analisando as observações encaminhadas pelos *campi* verificou-se que na sua maioria não foram providenciadas por falta de recursos orçamentários devido a cortes de orçamento ou outras prioridades elencadas pelos *campi*.

Total das ações previstas para o IFRS - Consolidado				
	Total	Concluído	Ação em andamento	Nenhuma Providência
Custeio	263	27%	3%	70%
Investimento	1.288	21%	4%	75%
Total de ações	1.551	22%	4%	74%

Gestão de Custos

Em observância ao princípio da transparência, o IFRS provê informações orçamentárias, financeiras, fiscais, contábeis e de custos de suas unidades, para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas, conforme Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 e Portaria STN 157/2011.

Contabilidade do Órgão

A contabilidade do Órgão é realizada mediante a gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Como resultado o Balanço Geral apresenta as informações orçamentárias financeiras e patrimoniais do IFRS. Permite aos usuários conhecer os ativos, os passivos e os fluxos econômicos de maneira a subsidiar a tomada de decisão e a avaliação dos resultados da gestão (<https://ifrs.edu.br/administracao/execucao-orcamentaria-e-financeira/demonstrativos-contabeis/>). Relatórios extraídos do Tesouro Gerencial são publicados mensalmente com informações sobre a execução orçamentária dos *campi* e Unidades Gestoras Responsáveis, Restos a Pagar e também os Demonstrativos Contábeis (<https://dados.ifrs.edu.br/>).

Gestão das Informações de Custos do IFRS

A gestão das informações de custos do IFRS ocorre a partir dos dados extraídos dos Sistemas estruturantes (SIAFI, SIAPE, SIOP e SIORG), que são tratados e disponibilizados pelo Sistema de Informações de Custos (SIC). Com base nessas informações e a avaliação da qualidade do gasto público é possível a tomada de decisões dos Gestores do IFRS.

No âmbito do IFRS, não existe modelagem de custos própria entretanto, desde abril/2018 o IFRS segue a modelagem proposta pela STN, disponibilizada através de ferramenta do SIAFIWEB, onde trabalhamos com a inclusão dos respectivos códigos SIORG, sistema estruturante do Governo Federal e de responsabilidade do Ministério do Planejamento, criados em níveis de Unidades Gestoras, Pró-reitorias e Diretorias, bem como a indicação da natureza da despesa detalhada, o que resulta em um conjunto de informações capazes de fornecer aos Gestores, elementos mínimos para mensuração, análise, interpretação e tomada de decisões a respeito da aplicação dos recursos públicos.

Desafios

No ano de 2019 serão iniciadas discussões internas, bem como a capacitação dos agentes envolvidos em metodologias utilizadas para mensuração de custos no setor público. A partir de 2020, após essas ações, o IFRS poderá definir a utilização de um modelo próprio para avaliação de seus custos, visando alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos.

Sustentabilidade Ambiental

Os critérios de sustentabilidade previstos no Plano de Logística Sustentável do IFRS são atendidos em grande parte, de acordo com as demandas:

- locação de impressoras que imprimem em frente e verso;
- aquisição de papéis reciclados;
- previsão nos contratos de terceirização da adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilizem produtos reciclados, reutilizados e/ou biodegradáveis;
- atendimento dos critérios de sustentabilidade previstos na IN AGU 01/2010 na contratação de obras e serviços;
- inclusão de melhor dimensionamento da área nos contratos de limpeza visando à racionalização dos recursos e mais adequada prestação do serviço;
- substituição de vários postos de vigilância armada por outras soluções que atendam à necessidade de segurança com custos mais vantajosos;
- fomento das compras compartilhadas por meio do Plano Anual de Aquisições e Contratações;
- licitações de transporte prevendo o ano (tempo máximo de circulação) de fabricação dos veículos a fim de que circulem apenas veículos com fabricação máxima de 10 anos, reduzindo-se a emissão de poluentes;
- licitação de material de comunicação e divulgação institucional, prevendo a utilização de materiais menos nocivos ao meio ambiente;
- previsão de logística reversa em editais para aquisição de componentes eletrônicos e embalagens de produtos controlados, possibilitando o descarte correto desses materiais.

Como medida que visa garantir a observância dos critérios de sustentabilidade foi incluído no Documento de Formalização das Demanda de material e serviço do IFRS a previsão de utilização destes critérios, para que os requisitantes (responsáveis pela escolha dos produtos/serviços) possam avaliar a possibilidade de atendimento, conforme o objeto.

A sustentabilidade social também é preocupação da área de contratações do IFRS, pois entende a responsabilidade das compras públicas para o desenvolvimento do país e do mercado. As ações abaixo descritas visam o desenvolvimento social sustentável, tais como:

- construção de editais de licitação por equipes multidisciplinares, onde servidores de várias áreas possam contribuir com seus conhecimentos técnicos, resultando em um processo mais coerente com as ofertas do mercado, e ao mesmo tempo buscando soluções que possibilitem o alcance dos objetivos estratégicos;
- realização de fiscalizações mais efetivas nos contratos de terceirização de mão de obra com dedicação exclusiva, garantindo o pagamento de todas as rubricas trabalhistas propostas pela empresa, embasadas na Convenção Coletiva de Trabalho e legislação;
- adoção da conta vinculada em todos os contratos de terceirização de mão de obra exclusiva, mitigando o risco de as contratadas deixarem de realizar os pagamentos rescisórios e férias dos trabalhadores;
- manutenção de fluxos de trabalho, *checklists*, manuais e modelos de documentos da área de contratações atualizados, viabilizando a construção de processos mais coesos e a correta fiscalização das contratações, reduzindo os riscos de falhas no entendimento dos editais pelos fornecedores, bem como nas execuções ou entregas de mercadorias.

Demonstrações Contábeis

Declaração do Contador



Luiz Antônio Hining
Contador



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Administração
Rua General Osório, 348 – Centro - 95700-086 Bento Gonçalves – RS
Fone: 54 3449-3302 E-mail: contabilidade@ifrs.edu.br

Ofício nº 2/2019 - PROAD//IFRS

Bento Gonçalves, 10 de janeiro de 2019.

À Setorial Contábil/MEC

Assunto: Declaração do Contador de Órgão subordinado
Referência: Portaria nº 03/2018 MEC/SE/SPO, de 23/11/2018

Nos termos do Acórdão TCU nº 1464/2015-P e da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício de 2018), em atendimento à Portaria nº 03 MEC/SE/SPO, de 23 de novembro de 2018, enviamos a Declaração com Ressalva do Contador do Órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, conforme segue.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS	158141
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2017, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>Restrição 302 – Falta e ou atraso da remessa de RMA e RMB. A setorial contábil do órgão não recebeu todos os relatórios de movimentação do almoxarifado e bens móveis para conferência, em dezembro de 2018, conforme estabelecido pela macrofunção SIAFI 021101. Para a incidência verificada no Campus Viamão, não foi apresentada justificativa até a presente data.</p> <p>Restrição 315 – Falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão. Em dezembro de 2018, o IFRS registrou ocorrência de falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão em 11 Unidades. As restrições tratam-se de casos pontuais inerentes à certificação diária dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, em muitos casos, sanadas, quando da situação de “com restrição”, ou analisadas, quando da situação de “sem conformidade”, dentro do próprio mês corrente, mas fora do prazo para registro no SIAFI. Outras justificativas pelo não registro da conformidade de gestão são a ausência de servidor específico para desempenho da função (campus Restinga) e ausência das demais justificativas até a presente data (campus Viamão e Vacaria).</p>	



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 Pró-Reitoria de Administração
 Rua General Osório, 348 – Centro - 95700-086 Bento Gonçalves – RS
 Fone: 54 3449-3302 E-mail: contabilidade@ifrs.edu.br



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 Pró-Reitoria de Administração
 Rua General Osório, 348 – Centro - 95700-086 Bento Gonçalves – RS
 Fone: 54 3449-3302 E-mail: contabilidade@ifrs.edu.br

Restrição 603 – Saldo contábil do almoxarifado não confere com RMA. Em dezembro de 2018, o IFRS registrou ocorrência de saldo contábil divergente do Relatório de Movimentação de Almoxarifado em 5 Unidades (158265, 158325, 158674, 158676 e 158745), no montante total de R\$ 34.856,93 a menor no SIAFI, devido falhas no sistema (campus Feliz) e falhas no controle de materiais em almoxarifado, como não observância da segregação de função entre conformidade e execução patrimonial.

Restrição 632 – Saldo alongado / indevido das contas transitórias do Ativo não-circulante imobilizado. As obras em andamento do IFRS, já consideradas concluídas, não tiveram seus respectivos saldos devidamente atualizados devido falhas na padronização de movimentação dos processos administrativos e falha na prestação de contas de pesquisadores em relação a valores destinados a aplicação de investimentos (campus Restinga).

Restrição 634 – Falta avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros. O IFRS não realizou a reavaliação de ativos conforme determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, contidas na NBCT 16.10, MCASP 7ª Edição e Macrofunção Siafi 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, de acordo com o solicitado no Acórdão 5.603/2017 – TCU – 2ª Câmara. A Pró-reitoria de Administração irá expedir Instrução Normativa específica sobre avaliação dos bens móveis, sem data prevista.

Restrição 640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB. Em dezembro de 2018, o IFRS registrou ocorrência de saldo contábil de bens móveis e intangíveis divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis em 11 Unidades (158261, 158263, 158325, 158326, 158327, 158328, 158674, 158675, 158676, 158744 e 158745), no montante total de R\$ 5.280.087,96 a menor no SIAFI, devido falhas no controle de movimentação de bens móveis, como não observância da segregação de função entre conformidade e execução patrimonial, entre outros: erros na importação de saldos para o novo sistema e softwares não registrados no controle patrimonial, sem justificativa apresentada até a presente data (campus Porto Alegre), atraso no registro da liquidação e na prestação de contas de pesquisadores (campus Erechim), erros de sistema na baixa de bens (campus Ibirubá) e outros não especificados, falta de processo de prestação de contas de recursos a pesquisadores (campus Osório), falta dos termos de recebimento (campus Farroupilha) e falta de registro no sistema de controle patrimonial (campus Porto Alegre), por motivos não informados, e falha nos registros de entrada no sistema de controle patrimonial (campus Vacaria).

Restrição 641 – Bens imóveis não classificados como uso especial. O IFRS não registrou, até dezembro/2018, todas as obras concluídas, sem justificativa apresentada até a presente data.

Restrição 642 – Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado e Restrição 643 – Falta ou evolução incompatível da amortização do intangível. O sistema atualmente adotado para administração e controle do patrimônio móvel e intangível do IFRS não apresentou, até a presente data, relatórios de depreciação dos bens móveis e amortização do intangível válidos e consistentes para registro no Siafi.

Restrição 653 – Saldos alongados/indevidos contas de controle. Até dezembro de 2018, o IFRS não possui documentos de controle, tais como execução de garantias recebidas, de direitos contratuais e contratos em execução e responsabilidade de terceiros, que possam ser

conciliados com as respectivas contas de controle, conforme normatiza a Macrofunção 020318-Encerramento de Exercício.

Restrição 723 – NE indicadas para inscrição em RP x controle por empenho. O IFRS não indicou em Restos a Pagar, ou cancelou, todos os empenhos dentro do prazo estabelecido pela Portaria SPO/SE/MEC nº 3, de 23/11/2018. Não houve tentativa de contato com a setorial contábil do órgão e/ou órgão superior, por parte do ordenador de despesas, para sanar as dificuldades técnicas encontradas (campus Viamão, 2018NE80019218, R\$ 1.088,00) e, até a presente data, não foram apresentadas as justificativas para os demais casos (campus Restinga, 2018NE3901, R\$ 524,14).

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Bento Gonçalves	Data	10/01/2019
Contador Resp.	Luiz Antônio Hining	CRC nº	43.833

Atenciosamente,

Márcio Cristiano dos Santos
 Ordenador de Despesas Substituto
 Portaria IFRS nº 447/2016

Luiz Antônio Hining
 Contador - CRC/RS 43.833
 Chefe do Departamento de Contabilidade
 Portaria IFRS nº 400/2016

Balço Patrimonial

ATIVO	NE	2018	2017
Ativo Circulante		37.148.426,19	10.442.668,07
Caixa e Equivalentes de Caixa		30.005.291,61	1.253.715,75
Consolidado		121.223,48	157.915,37
Intra OFSS		29.884.068,13	1.095.800,38
Créditos a Curto Prazo		5.878,00	5.878,00
Clientes		5.878,00	5.878,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		3.195.542,67	5.134.527,88
Estoques		3.893.556,94	4.008.969,24
VPDs Pagas Antecipadamente		48.156,97	39.577,20
Ativo Não Circulante		290.707.270,20	265.152.171,54
Realizável a Longo Prazo		138.026,40	-
Dívida Ativa Não Tributária		99.914,02	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinc.		38.112,38	-
Imobilizado		289.742.410,93	264.481.951,14
Bens Móveis		102.663.231,39	97.758.822,81
Bens Imóveis		236.941.894,39	209.208.109,46
(-) Depreciação Acumulada		-49.862.714,85	-42.484.981,13
Intangível		826.832,87	670.220,40
Softwares		1.274.336,06	1.048.169,96
(-) Amortização Acumulada		-447.503,19	-377.949,56
Total do Ativo		327.855.696,39	275.594.839,61
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante		35.781.687,33	1.325.545,84
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assistencial		31.349.166,40	163.233,94
Pessoal a Pagar		30.883.101,19	163.233,94
Benefícios Previdenciários a Pagar		358.871,50	-
Encargos Sociais a Pagar		107.193,71	-
Fornecedores e Contas a Pagar		2.009.375,71	909.568,86
Demais Obrigações a Curto Prazo		2.423.145,22	252.743,04
Passivo Não Circulante		-	2.619,60
Valores Restituíveis		-	2.619,60
Total do Passivo		35.781.687,33	1.328.165,44
Patrimônio Líquido		292.074.009,06	274.266.674,17
Resultados Acumulados		292.074.009,06	274.266.674,17
Total do Passivo + PL		327.855.696,39	275.594.839,61

Fonte: SIAFI

Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2018	2017
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.038.959,01	1.812.419,53
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		13.404,23	4.299,62
Juros e Encargos de Mora		11.720,84	407,79
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações		1.683,39	3.891,83
Transferências e Delegações Recebidas		513.835.208,55	461.501.556,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos		36.934.218,96	37.411.214,10
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		289.941,14	226.052,63
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		552.111.731,89	500.955.541,88

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2018	2017
Pessoal e Encargos		338.758.318,42	306.128.527,11
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		30.274.965,71	27.877.153,78
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		53.719.067,11	55.511.896,84
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		40.342,12	21.286,71
Juros e Encargos de Mora		33.252,13	11.128,34
Descontos Financeiros Concedidos		7.089,99	10.158,37
Transferências e Delegações Concedidas		81.101.833,73	61.036.503,94
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos		13.457.624,45	27.087.238,74
Reavaliação, Redução a Valor Recup. e Aj. p/ Perdas		23.500,08	-
Perdas Involuntárias		83.271,48	166.561,33
Incorporação de Passivos		71.795,24	226.782,00
Desincorporação de Ativos		13.279.057,65	26.693.895,41
Tributárias		85.447,48	70.297,20
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		12.442.050,83	11.569.529,76
Incentivos		12.270.978,64	11.394.682,80
Demais Variações Patrimoniais Diminutivas		171.072,19	174.846,96
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		529.879.649,85	489.302.434,08
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)		22.232.082,04	11.653.107,80

Fonte: SIAFI

Balanço Orçamentário

Receitas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes		1.192.392,00	1.192.392,00	1.085.899,77	-106.492,23
Receita Patrimonial		146.572,00	146.572,00	130.179,75	-16.392,25
Receita Agropecuária		354.578,00	354.578,00	407.032,48	52.454,48
Receita Industrial		18.464,00	18.464,00	82.037,19	63.573,19
Receita de Serviços		651.000,00	651.000,00	434.478,64	-216.521,36
Outras Receitas Correntes		21.778,00	21.778,00	32.171,71	10.393,71
Receitas de Capital		-	-	5.512,50	5.512,50
Alienação de Bens		-	-	5.512,50	5.512,50
TOTAL RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)		1.192.392,00	1.192.392,00	1.091.412,27	-100.979,73

Despesas

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Receitas Correntes	372.904.585,00	426.495.894,00	423.088.853,57	412.2143.680,57	382.237.310,21	3.407.040,43
Pessoal e Encargos Sociais	297.529.280,00	349.627.929,00	345.674.559,04	345.418.410,19	318.308.517,62	3.953.369,96
Outras Despesas Correntes	75.374.305,00	76.867.965,00	77.414.294,93	66.795.270,38	63.928.792,59	-546.329,53
Despesas de Capital	4.967.230,00	6.206.403,00	12.314.575,81	4.313.973,04	3.615.953,68	-6.108.145,81
Investimentos	4.967.230,00	6.206.430,00	12.314.575,81	4.313.973,04	3.615.953,68	-6.108.145,81
TOTAL DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (II)	377.871.815,00	432.702.324,00	435.403.429,38	416.527.653,61	385.853.263,89	-2.701.105,38
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (III) = (I) - (II)	DÉFICIT		-434.312.017,11			-434.312.017,11
TOTAL IV	377.870.815,0	432.702.324,00	1.091.412,27	416.527.653,61	385.853.263,89	-434.211.037,38

RAP - Balanço Orçamentário - Restos a Pagar

	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo
Restos a Pagar Não Processados	23.659.396,12	2.428.025,16	17.970.048,38	3.261.322,58
Restos a Pagar Processados	900.638,54	21.439,85	876.605,13	2.593,56
TOTAL	24.560.034,66	2.449.465,01	18.846.653,51	3.263.916,14

Fonte: SIAFI

Balanço Financeiros

INGRESSOS	NE	2018	2017
Receitas Orçamentárias		1.091.412,27	2.040.007,08
Ordinária		112,00	89.215,86
Vinculadas		1.148.153,23	2.216.849,70
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-56.852,96	-266.058,48
Transferências Financeiras Recebidas		491.172.280,18	459.745.911,31
Recebimentos Extraorçamentários		50.137.778,02	19.771.313,30
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		30.674.389,72	773.744,95
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		18.875.775,77	18.454.059,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinc.		450.301,68	539.617,04
Outros Recebimentos Extraorçamentários		137.310,85	3.891,83
Saldo do Exercício Anterior		1.253.715,75	2.212.049,46
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.253.715,75	2.213.049,46
TOTAL DOS INGRESSOS		543.655.186,22	483.769.281,15

DISPÊNDIOS	NE	2018	2017
Despesas Orçamentárias		435.403.429,38	397.974.047,63
Ordinárias		402.868.272,17	120.587.256,35
Vinculadas		32.535.157,21	277.386.791,28
Transferências Financeiras Concedidas		58.912.667,10	60.505.818,57
Despesas Extraorçamentárias		19.333.798,13	24.035.699,20
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		876.605,13	1.302.224,94
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		17.970.048,38	22.092.012,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		486.993,57	641.461,92
Outros Pagamentos Extraorçamentários		151,05	-
Saldo para a Exercício Seguinte		30.005.291,61	1.253.715,75
Caixa e Equivalentes de Caixa		30.005.291,61	1.253.715,75
TOTAL DOS DISPÊNDIOS		543.655.186,22	483.769.281,15

Fonte: SIAFI

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	2018	2017
Ingressos		492.845.792	462.318.142
Receitas Derivadas e Originárias		1.085.899,77	2.028.721,58
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		491.759.892,71	460.289.420,18
Desembolsos		-455.517.657,73	-446.738.836,38
Pessoal e Demais Despesas		-347.495.887,73	-341.012.583,85
Transferências Concedidas		-48.621.958,28	-44.578.972,04
Outros Desembolsos Operacionais		-59.399.811,72	-61.147.280,49
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVID. OPERACIONAIS		37.328.134,75	15.579.305,38
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	NE	2018	2017
Ingressos		5.512,50	-
Alienação de Bens		5.512,50	-
Desembolsos		-8.582.071,39	-16.548.924,59
Aquisição de Ativo Não Circulante		-8.499.795,71	-16.209.747,61
Outros Desembolsos de Investimentos		-82.275,68	-339.176,98
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVID. DE INVESTIMENTOS		-8.576.558,89	-16.548.924,59
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	NE	2018	2017
Ingressos		-	11.285,50
Transferências de Capital Recebidas		-	11.285,50
Desembolsos		-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVID. DE FINANCIAMENTO		-	11.285,50
	NE	2018	2017
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		28.751.575,86	-958333,71
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		1.253.715,75	2.212.049,46
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		30.005.291,61	1.253.715,75

Fonte: SIAFI

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício de 2017	1.568.973,78	261.811.326,42	-	263.380.300,20
Ajustes de Exercício Anterior	-	-766.399,42	-	-766.399,42
Constituição/Reversão de Reservas	-1.568.973,78	1.568.639,37	-	-334,41
Resultado do Exercício	-	11.653.107,80	-	11.653.107,80
Saldo Final do Exercício de 2017	-	274.266.674,17	-	274.266.674,17
Saldo Inicial do Exercício de 2018	-	274.266.674,17	-	274.266.674,17
Ajustes de Exercício Anterior	-	-4.207.408,72	-	-4.207.408,72
Constituição/Reversão de Reservas	-	-217.338,43	-	-217.338,43
Resultado do Exercício	-	22.232.082,04	-	22.232.082,04
Saldo Final do Exercício de 2018	-	292.074.009,06	-	292.074.009,06

Notas explicativas

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (DCON IFRS) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, exceto no tocante a:

Caixa e equivalentes de caixa

Até a data de encerramento de exercício, os saldos dos depósitos e cauções em garantia não foram conciliados com extrato ou documento de controle que viabilizasse a conciliação, conforme determina o item 5.2.1 da macrofunção 020318 – Encerramento de Exercício, do Manual SIAFI.

Créditos a curto prazo

Até a data de encerramento de exercício, os saldos de Salários e ordenados pagamento antecipado não foram conciliados com o sistema da folha de pagamento de forma que no final do exercício reflita apenas os adiantamentos concedidos e ainda não descontados, referentes ao exercício seguinte, conforme disciplina o item 5.2.4 da macrofunção 020318 – Encerramento de Exercício, do Manual SIAFI.

Até a data de encerramento de exercício, não foram apresentados à esta setorial o(s) documento(s) de escrituração dos valores a receber em conta “clientes”, *Campus Bento Gonçalves*, conforme determina o item 5.2.3.1 da macrofunção 020318 – Encerramento de Exercício, do Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON IFRS consolidam as contas das Unidades Gestoras integrantes do Órgão.

As estruturas e a composição das DCON IFRS estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON IFRS são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;
- VII. Notas Explicativas.

Resumo das Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional do IFRS é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

■ **Ativo realizável a longo prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Em relação aos estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

O IFRS não aplicou, no exercício, metodologia de ajustes para perdas.

Até o encerramento do exercício, o IFRS não obteve acesso ao sistema gerencial (SIDA) para conciliação de contas, conforme determina o item 5.2.6.3, da macrofunção 020318 – Encerramento de Exercício.

■ **Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

■ **Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com

base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

■ **Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

■ **Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

■ **Passivos circulantes e não circulantes**

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário;
- III. Financeiro.

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Não houve, ao longo do exercício de 2018, mudanças nas práticas e procedimentos contábeis adotados pelo IFRS.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda.

Em 31/12/2018, o item mais representativo desse grupo foi “Recursos liberados pelo tesouro”, 99% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 31 de dezembro de 2017:

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	121.223,48	157.915,37	-23,24	0,40
Recursos Liberados pelo Tesouro	29.884.068,13	1.095.800,38	2.627,15	99,60
Total	30.005.291,61	1.253.715,75	2.603,91	100,00

Bancos Conta Movimento – Demais Contas

Os recursos deste grupo referem-se aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade de caução.

Recursos Liberados pelo Tesouro

Os recursos liberados pelo Tesouro representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento, conforme composição demonstrada a seguir, perfazendo, em maior montante, os recursos ordinários, equivalente aos recursos transferidos pela União, somando 95,2% do total de recursos do 4º trimestre de 2018.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	379.921,04	1.046.332,91	-63,69	1,27
RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	71.465,92	47.582,33	50,19	0,24
CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	-	1.885,14	-100,00	-
RECURSOS ORDINARIOS	28.462.687,65	-	-	95,24
CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	581.795,69	-	-	1,95
FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCAÇÃO PÚBL.E SAÚDE	250.322,24	-	-	0,84
CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	66.167,06	-	-	0,22
CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	38.044,84	-	-	0,13
REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOIRO NACIONAL	33.663,69	-	-	0,11
Total	29.884.068,13	1.095.800,38	2.627,15	100,00

Créditos a Curto Prazo

Os créditos a curto prazo do IFRS no 3º trimestre de 2018 podem ser divididos em dois grupos, conforme segue, sendo composto de Adiantamentos concedidos, em 99% do total:

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Clientes	5.878,00	5.878,00	-	0,18
Adiantamentos Concedidos	3.185.531,26	5.134.527,88	-37,96	99,82
Outros créditos a rec e valores a CP	10.011,41	-	-	0,31
Total	3.191.409,26	5.140.405,88	-37,92	100,00

Clientes

“Clientes” são Faturas ou Duplicatas a Receber de vendas a prazo realizadas pelo *Campus Bento Gonçalves*, anteriores a 2011 e 2012, cujo respectivo pagamento não foi realizado até 31/12/2018. Após 2012, não foi mais permitida a venda a prazo e a entrega das mercadorias acontece mediante apresentação do comprovante de pagamento.

Adiantamentos Concedidos

São adiantamentos concedidos: adiantamento de 13º salário, férias, salários e ordenados e suprimento de fundos, este último, aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei, que consiste na entrega de numerário a servidor para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do Ordenador de Despesas, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos casos e valores limites definidos em lei. A Tabela a seguir representa a composição dos Adiantamentos Concedidos no 4º trimestre.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
13 Salario - adiantamento	-	4.241.473,31	-100,00	-
Salários e Ordenados - pagamento antecipado	868.989,84	893.054,57	-2,69	27,28
Adiantamento de férias	2.316.541,42	-	-	72,72
Total	3.185.531,26	5.134.527,88	-37,96	100,00

Outros créditos a receber e valores a curto prazo

O IFRS *Campus* Sertão possui crédito a curto prazo a receber referente a multa contratual aplicada à empresa FA Recursos Humanos, no valor de R\$ 10.011,41.

Estoques

Os estoques do IFRS estão distribuídos conforme seguem:

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Mercadorias para Revenda	-	51.704,75	-100,00	-
Almoxarifado	3.840.586,62	3.583.724,18	7,17	98,64
Outros estoques	52.970,32	373.540,31	-85,82	1,36
Total	3.893.556,94	4.008.969,24	-2,88	100,00

Mercadorias para Revenda

Corresponde a saldo anterior registrado no *Campus* Bento Gonçalves, decorrente de valor transferido por fusão, cisão e extinção de órgãos (CEFET Bento Gonçalves), baixado em maio/2018 sob alegação de lançamento original em desacordo com bens em efetivo estoque.

Mercadorias para Revenda

Corresponde a saldo anterior registrado no *Campus* Bento Gonçalves, decorrente de valor transferido por fusão, cisão e extinção de órgãos (CEFET Bento Gonçalves), baixado em maio/2018 sob alegação de lançamento original em desacordo com bens em efetivo estoque.

Almoxarifado

O IFRS armazena diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios, medicamentos e materiais hospitalares, materiais de expediente e materiais de almoxarifado em elaboração, em Almoxarifado, no total de 99% do total de Estoques.

Outros estoques

Os outros estoques do IFRS estão distribuídos conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Materiais de Acondicionamento e Embalagem	-	46.495,92	-100,00	-
Estoques para Distribuição	420,00	1.151,44	-63,52	0,79
Estoques para Doação e/ou Permuta	52.550,32	162.114,57	-67,58	99,21
Estoques de Produtos para Pesquisa	-	163.778,38	-100,00	-
Total	52.970,32	373.540,31	-85,82	100,00

Materiais de Acondicionamento e Embalagem

Corresponde a saldo anterior registrado no *Campus* Bento Gonçalves, baixado no mês de maio/2018 pela nota de sistema 1210, sob alegação de lançamento incorreto.

Estoques para Distribuição

Saldo refere-se à estoque de medalhas adquiridas para consumo imediato em setembro e novembro de 2017 para premiações em eventos científicos de 2017 do *Campus* Canoas, com saldo ajustado em dezembro de 2018 e canetas esferográficas, adquiridas pelo *Campus* Feliz em outubro de 2018, com o objetivo de distribuição nas divulgações de processos seletivos, semanas acadêmicas e no acolhimento dos novos alunos.

Estoques para Doação e/ou Permuta

Saldo refere-se à estoque nas diversas Unidades do Órgão de gêneros alimentícios para merenda escolar destinada aos alunos.

Estoques de Produtos para Pesquisa

Saldo refere-se à estoque de vegetais sob controle irregular no *Campus* Bento Gonçalves. O respectivo saldo foi regularizado em 26/04/2018, pela Nota de Sistema de número 715.

Varição Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

A Varição Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente constitui-se de despesas pagas antecipadamente à título de prêmio de seguros, com maior representatividade, e evolução de saldo conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Prêmios de Seguros a Apropriar	40.583,99	32.144,10	26,26	84,27
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	114,00	2.408,00	-95,27	0,24
Demais VPD a Apropriar	7.458,98	5.025,10	48,43	15,49
Total	48.156,97	39.577,20	21,68	100,00

Ativo Realizável a Longo Prazo

O Ativo Realizável a Longo Prazo do IFRS é composto pela Dívida Ativa Não Tributária e Depósitos Judiciais Efetuados, conforme segue:

Dívida Ativa Não Tributária

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Dívida Ativa Não Tributária	99.914,02	-		100,00
Total	99.914,02	-		100,00

Adições por novas inscrições no exercício:

Vigilância Asgarras S/S LTDA	12.800,97			
Tavares Marques Serviços LTDA - ME	67.671,97			
Soerguer Construções LTDA - EPP	15.824,68			
Mezan Comércio e Serviços LTDA - ME	3.616,40			

Baixa por recebimento no exercício:

Total	99.914,02			
--------------	------------------	--	--	--

Depósitos Judiciais Efetuados

Em dezembro de 2018, o IFRS depositou o valor de R\$ 38.112,38, correspondente ao pagamento de RPV de ação acidentária, transitada em julgada.

Imobilizado

O Imobilizado do IFRS está segregado em dois grupos: (i) bens móveis e; (ii) bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, em 31/12/2018 e em 31/12/2017.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Bens Móveis	54.104.046,30	55.820.797,21	-3,08	18,67
(+) Valor Bruto Contábil	102.663.231,39	97.758.822,81	5,02	35,43
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum.	-48.559.185,09	-41.938.025,60	15,79	-16,76
Bens Imóveis	235.638.364,63	208.661.153,93	12,93	81,33
(+) Valor Bruto Contábil	236.941.894,39	209.208.109,46	13,26	81,78
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum.	-1.303.529,76	-546.955,53	138,32	-0,45
Total	289.742.410,93	264.481.951,14	9,55	100,00

Bens Móveis

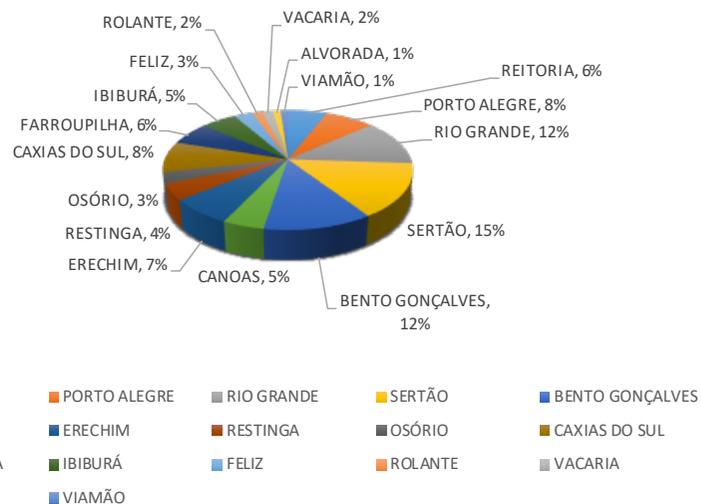
Os Bens Móveis do IFRS em 31/12/2018 totalizavam R\$ 54,1 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	34.979.246,96	33.668.159,95	3,89	64,65
Bens de Informática	24.784.980,78	23.394.213,79	5,94	45,81
Móveis e Utensílios	21.819.822,60	20.926.342,55	4,27	40,33
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	11.543.337,07	10.176.362,55	13,43	21,34
Veículos	5.622.958,28	5.591.205,61	0,57	10,39
Demais Bens Móveis	3.837.007,25	3.917.734,91	-2,06	7,09
Semoventes e Equipamentos de Montaria	75.878,45	84.803,45	-10,52	0,14
Depreciação / Amortização Acumulada	-48.559.185,09	-41.938.025,60	15,79	-89,75
Total	54.104.046,30	55.820.797,21	-3,08	100,00

Em 31/12/2018, verifica-se uma redução dos saldos líquidos, de bens móveis no âmbito do IFRS de aproximadamente R\$ 1,7 milhões, representando uma variação negativa de aproximadamente 3,1% em relação a 31/12/2017, decorrentes dos lançamentos de depreciação e amortização.

No exercício de 2018, percebeu-se uma diminuição do saldo contábil de semoventes referente à baixa realizada pelo *Campus* Ibirubá devido descarte por mastite clínica contagiosa crônica e morte por envenenamento, no valor de R\$ 11.000,00, e pelo *Campus* Bento Gonçalves, de dois bovinos considerados inaptos para reprodução, no valor de R\$ 5.905,00, e não localizados no inventário de 2016, conforme processo de sindicância 23360.000616/2017-43, no valor de R\$ 3.920,00.

Os bens móveis estão distribuídos por Unidades Gestoras, a valores brutos, conforme demonstrado na figura a seguir.



Bens Imóveis

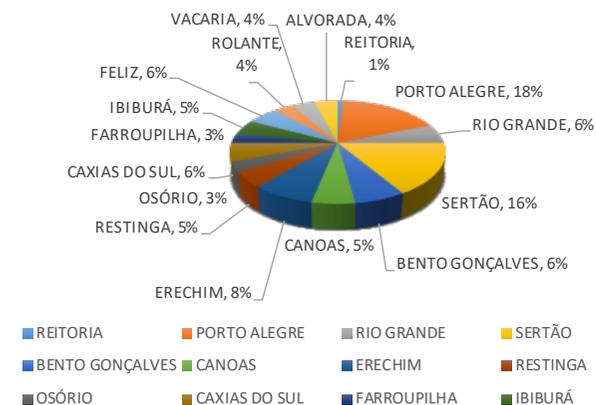
Os Bens Imóveis do IFRS, em 31/12/2018, totalizavam aproximadamente R\$ 232 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Bens de Uso Especial	202.930.200,03	166.178.520,86	22,12	86,12
Bens Imóveis em Andamento	33.855.375,08	42.873.269,32	-21,03	14,37
Instalações	156.319,28	156.319,28	-	0,07
Deprec. / Amort. Acum. De Bens Imóveis	-1.303.529,76	546.955,53	-338,32	-0,55
Total	235.638.364,63	209.755.064,99	12,34	100,00

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial correspondem a 86% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRS, perfazendo o montante aproximado de R\$ 202,9 milhões, em 31/12/2018, a valores brutos. Em síntese, os bens de uso especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do IFRS são constituídos de imóveis de uso educacional, conforme demonstrado abaixo.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Imóveis de Uso Educacional	187.443.170,57	71.976.282,69	160,42	92,37
Edifícios	8.678.153,47	17.580.244,49	-50,64	4,28
Autarquias / Fundações	6.808.875,99	40.458.908,26	-83,17	3,36
Total	202.930.200,03	130.015.435,44	56,08	100,00

Os Bens Imóveis de Uso Educacional estão distribuídos por Unidade Gestora de acordo com a figura a seguir.



Campus Porto Alegre

Dos Bens Imóveis de Uso Educacional do IFRS, cerca de 18% correspondem ao Bem Imóvel de Uso Educacional do *Campus* Porto Alegre, avaliado em R\$ 33,8 milhões, correspondente ao edifício Ulbra Saúde Porto Alegre, de 10 pavimentos, sede da estrutura administrativa e de ensino do *campus* em Porto Alegre a partir da doação, Portaria MPOG de número 500, de 11/12/2013, publicada no Diário Oficial da União em 13/12/2013.

Campus Sertão

Dos Bens Imóveis de Uso Educacional do IFRS, cerca de 16% correspondem aos Bens Imóveis de Uso Educacional do *Campus* Sertão, avaliados em R\$ 30,3 milhões, correspondente, principalmente, a fração de terra e mato destinada a agricultura, pecuária e benfeitorias: casas de moradias, oficina mecânica, garagem para veículos, marcenaria, lavanderia, depósito de veneno, alojamentos, oratório, refeitório, padaria, ginásio de esporte, prédio administrativo com salas de aula e laboratório, biblioteca com laboratório de informática, um prédio bloco A2 com 8 salas de aula, ambulatório, almoxarifado com posto de vendas, centro de artes culturais e integração, 9 salas de aula nos setores de agricultura e pecuária (agricultura I, II, III, zootecnia I, II, III, irrigação e drenagem e agroindústria), depósito de insumos, silo e beneficiamento de grãos, fábrica de ração, aviário de corte, aviário de postura, agroindústria (abatedouro, sala de vegetação e sala do leite) suíno, ovino, cunicultura e central de inseminação de ovinos, aviário de corte experimento/ consumo da escola, sala de aula e laboratório fitopatologia e entomologia, prédio com salas de coordenação dos cursos superiores, salas de aula e administrativas dos cursos superiores, prédio do restaurante terceirizado, prédio com sala de aula licenciatura, centro de memória, guarita e pórtico de entrada curso superior, guarita e pórtico de entrada do prédio central.

Intangível

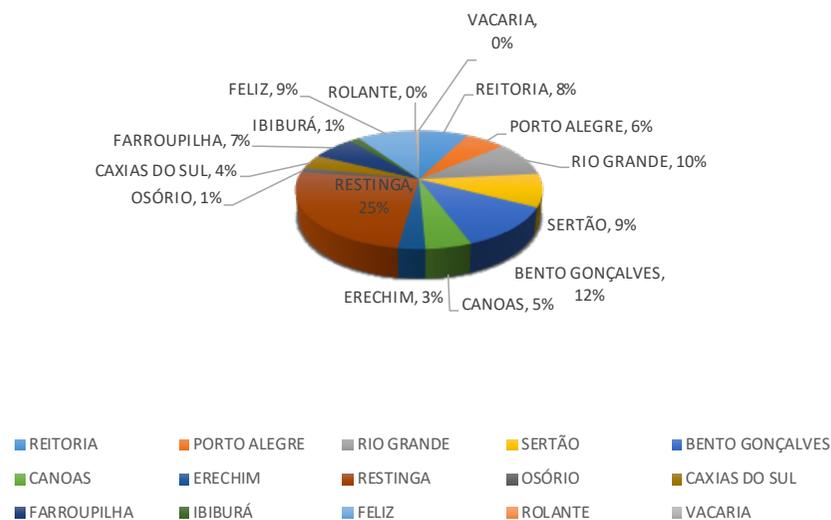
O Ativo Intangível do IFRS, em 31/12/2018, totalizou R\$ 826.832,87, estando distribuído em contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Softwares com Vida Útil Definida	843.585,27	660.365,17	27,75	102,03
Softwares com Vida Útil Indefinida	430.750,79	387.804,79	11,07	52,10
Amortização Acumulada	-447.503,19	-377.949,56	18,40	-54,12
Total	826.832,87	670.220,40	23,37	100,00

Considerando-se os saldos brutos das contas do Intangível (antes dedução da amortização acumulada), o item mais representativo é o título “Softwares com Vida Útil Definida”, representando cerca de 66% do total, em 2018.

Por outro lado, houve um acréscimo de R\$ 183 mil, o que representou 39%, no item *Software* com Vida Útil Definida, devido ao lançamento de ajuste efetuado pelo *Campus* Restinga, transferindo valores lançados equivocadamente como Bens de Informática, através da NS 1135 de 01 de maio de 2018, no valor de R\$ 298 mil.

A figura a seguir demonstra a composição do Intangível por Unidade Gestora, em 30 de dezembro de 2018.



Embora nem todas as contas de software tenham em suas informações complementares a indicação do fornecedor, constatou-se que, entre os valores mais representativos no âmbito do IFRS, R\$ 297.958,10 (23%) referem-se ao software de integração e simulação flexível de manufatura, adquirido pelo *Campus* Restinga e, R\$ 110.452,90 (9%) referem-se a licenças de uso do Windows 2010, para utilização nos computadores do *Campus* Feliz, fornecidos pela Microsoft Informática LTDA.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

A tabela a seguir demonstra a composição das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais no IFRS.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Pessoal a Pagar	30.883.101,19	163.233,94	18.819,53	98,51
Benefícios Previdenciários a Pagar	358.871,50	-		1,14
Encargos Sociais a Pagar	107.193,71	-		0,34
Total	31.349.166,40	163.233,94	19.105,05	100,00

Em sua maior parte, as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, em 31/12/2018, correspondem a folha de pagamento do mês de dezembro, cujo pagamento ocorreu no mês de janeiro e, 12,4%, precatórios de pessoal a pagar em 2019, no curto prazo, registrado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 28 de dezembro, no valor de R\$ 3.897.413,01.

Obrigações a Curto e Longo Prazo

Em 31/12/2018, o IFRS apresentou um saldo de R\$ 4,4 milhões de obrigações a curto e longo prazo, sendo 100% do total de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes, conforme tabela a seguir.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)	AV (%)
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.009.375,71	909.568,86	120,92	45,33
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.423.145,22	252.743,04	858,74	54,67
Subtotal - Curto Prazo	4.432.520,93	1.162.311,90	281,35	100,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	2.619,60	-100,00	-
Subtotal - Longo Prazo	-	2.619,60	-100,00	-
Total	4.432.520,93	1.164.931,50	280,50	100,00

A maior parte do passivo do IFRS com obrigações se refere a demais obrigações a curto prazo, que representam 54,67% do total.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Na tabela a seguir, são listadas as Unidades Gestoras com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar a curto prazo na data base de 31/12/2018. A reitoria e o Campus Rio Grande destacam-se entre as Unidades com os maiores saldos a pagar (respectivamente 32% e 19% do total a ser pago).

	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)
IF DO RS	643.199,49	32,01%	36.267,27	3,99%
IFRS/CAMPUS P.ALEG.	141.578,44	7,05%	63.337,26	6,96%
IFRS/CAMPUS R.GRAND	375.565,49	18,69%	-	0,00%
IFRS/CAMPUS SERTAO	-	0,00%	43.239,29	4,75%
IFRS/CAMPUS B.GONC.	7.569,00	0,38%	31.653,32	3,48%
IFRS/CAMPUS CANOAS	27.166,32	1,35%	95.698,89	10,52%
IFRS/CAMPUS ERECHIM	41.855,32	2,08%	25.808,86	2,84%
IFRS/CAMPUS PA REST	95.157,70	4,74%	79.982,52	8,79%
IFRS/CAMPUS OSORIO	24.053,89	1,20%	2.220,00	0,24%
IFRS/CAMPUS CAXIAS	2.593,56	0,13%	2.593,56	0,29%
CAMPUS FARROUPILHA	36.168,03	1,80%	-	0,00%
CAMPUS IBIRUBA	110.640,00	5,51%	28.950,86	3,18%
IFRS/CAMPUS FELIZ	-	0,00%	4.381,46	0,48%
CAMPUS ROLANTE	231.990,17	11,55%	62.241,37	6,84%
CAMPUS VACARIA	111.176,29	5,53%	68.308,92	7,51%
CAMPUS ALVORADA	60.861,35	3,03%	46.819,57	5,15%
CAMPUS VIAMAO	99.800,66	4,97%	318.065,71	34,97%
Total	2.009.375,71	100,00%	909.568,86	100,00%

O saldo da conta fornecedores e contas a pagar em 31/12/2018 aumentou 121% em comparação a 31/12/2017, ou seja, R\$ 1,1 milhões. A reitoria foi responsável por um acréscimo de R\$ 607 mil nesta obrigação, cuja composição no 4º trimestre é listada na tabela a seguir.

	31/12/2018	AV (%)
FORNECEDOR A (PERFIL COMPUTACIONAL LTDA)	202.000,00	31,41%
FORNECEDOR B (PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA)	128.682,15	20,01%
FORNECEDOR C (L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA)	56.193,88	8,74%
FORNECEDOR D (ELITE SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA)	41.080,52	6,39%
FORNECEDOR E (GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA.)	37.600,00	5,85%
FORNECEDOR F (SAV SISTEMAS DE IMPRESSAO E COPIADORAS LTDA)	14.910,00	2,32%
FORNECEDOR G (PERSOLFLEX PERSIANAS E CORTINAS LTDA)	13.863,97	2,16%
FORNECEDOR H (ADRIANO HELLWIG 01132444012)	10.872,00	1,69%
FORNECEDOR I (ADESIVOS TOP LTDA)	10.740,00	1,67%
FORNECEDOR J (BRG ENGENHARIA E ASSESSORIA TECNICA LTDA)	10.394,53	1,62%
FORNECEDOR K (TECASSISTIVA - TECNOLOGIA ASSISTIVA, COMERCIALIZACAO, I)	10.181,67	1,58%
FORNECEDOR L (POSITIVO SERVICOS DE LIMPEZA E PORTARIA EIRELI)	9.150,89	1,42%
FORNECEDOR M (FVR SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI)	6.718,35	1,04%
FORNECEDOR N (FUTURATEC SEGURANCA DO TRABALHO E QUALIFICACAO PROFISSI)	6.600,00	1,03%
FORNECEDOR O (ELO COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA)	6.201,87	0,96%
OUTROS FORNECEDORES	78.009,66	12,13%
Total	643.199,49	100,00%

Em 31/12/2018, 208 fornecedores possuíam créditos com o IFRS. Desse total, 15 fornecedores (7,2%) representaram 48,6% do saldo dessa obrigação, apresentados na tabela adiante, totalizando R\$ 2,63 milhões do saldo total dessa conta.

	UG Contratante	31/12/2018	AV (%)
CONSTRUTEC SERVICOS E MANUTENCOES PREDIAIS LTDA	IFRS/CAMPUS R.GRAND	270.676,92	10,28%
PERFIL COMPUTACIONAL LTDA	IF DO RS	202.000,00	7,67%
PREVEN MED SAUDE OCUPACIONAL LTDA	IF DO RS	128.682,15	4,89%
PERKINELMER DO BRASIL LTDA.	CAMPUS IBIRUBA	110.450,00	4,20%
C. PEZZINI - PROJETOS AMBIENTAIS	CAMPUS ROLANTE	72.973,95	2,77%
MANJATO TRATORES LTDA	CAMPUS ROLANTE	66.300,00	2,52%
UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA	CAMPUS VIAMAO	62.182,77	2,36%
RAMA CONSTRUCOES LTDA	IFRS/CAMPUS PA REST	58.799,92	2,23%

L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA	IF DO RS	56.193,88	2,13%
W.S. COMERCIO DE REFRIGERACAO E EQUIPAMENTOS IND.	IFRS/CAMPUS P.ALEG.	51.260,92	1,95%
ARSENAL - SEGURANCA PRIVADA LTDA	IFRS/CAMPUS P.ALEG.	44.973,41	1,71%
INCONFIDENCIA LOC. DE VEICULOS E MAO-DE-OBRA LTDA	IFRS/CAMPUS P.ALEG.	41.339,70	1,57%
ELITE SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA	IF DO RS	41.080,52	1,56%
GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA.	IF DO RS	37.600,00	1,43%
LUIS CESAR REIS - EPP	IFRS/CAMPUS R.GRAND	34.035,40	1,29%
OUTROS FORNECEDORES	Diversos	1.353.691,95	51,43%
Total		2.632.241,49	100,00%

CONSTRUTEC: manutenção predial do *Campus* Rio Grande;
PERFIL COMPUTACIONAL: aquisição de servidores de rede da reitoria;
PREVEN MED: realização de exames médicos periódicos para os servidores ativos permanentes da reitoria;
PERKINELMER: aquisição de espectrofotômetro para o *Campus* Ibirubá.
Demais Obrigações a Curto Prazo.

Em comparação ao período anterior, o IFRS registrou aumento de R\$ 1.193.767,19 nas demais obrigações a curto prazo, equivalente a 472%, em razão de compromissos assumidos pela própria manutenção das atividades fins do IFRS, conforme demonstrado na tabela de composição abaixo.

	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
Consignações	1.619.726,98	66,84%	67.819,91	26,83%	2288,28%
Depósitos e cauções recebidos	121.223,48	5,00%	155.295,77	61,44%	-21,94%
Indenizações, restituições e compensações	2.000,00	0,08%	-	0,00%	
Precatórios de terceiros	503.425,08	20,78%	-	0,00%	
Incentivos a educação, cultura e outros	109.532,45	4,52%	29.492,00	11,67%	271,40%
Obrigações com entidades federais	67.237,23	2,77%	-	0,00%	
Diárias a pagar	-	0,00%	135,36	0,05%	-100,00%
Total	2.423.145,22	100%	252.743,04	252.743,04	859%

Consignações

Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações, geralmente na folha de pagamentos dos servidores ou nos pagamentos referente a compras de bens ou serviços constituindo, na sua maior parte, em 31 de dezembro, empréstimos e financiamentos concedidos por terceiros, bem como retenções de parcelas de consórcios, retidos em folha de pagamento, no percentual de 72,4% sobre o valor total de consignações.

Depósitos e cauções recebidos

Compreende os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos, para garantia de operações específicas.

Indenizações, restituições e compensações

Compreende auxílio a servidores do *Campus* Osório para participação do 3º Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino do IFRS e, do *Campus* Restinga, para participação de servidores na XV Semana de Administração Orçamentária – Brasília 2018, não pagas até o final do exercício.

Precatórios de terceiros

Compreende as obrigações referente precatórios de pessoal a pagar em 2019, no curto prazo, registrado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 28 de dezembro.

Incentivo a educação, cultura e outros

Compreende as obrigações com incentivos a educação, cultura, ciência, esporte, bem como bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado, doutorado, e para estagiários.

Obrigações com entidades federais

Compreende as obrigações com pagamento de pessoal (salário, vale alimentação, encargos sociais) de empregados cedidos ao IFRS – *Campus* Erechim e *Campus* Sertão, pela Eletrosul, durante o mês de setembro/2018.

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2018 foi superavitário em R\$ 22,2 milhões e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	552.112	500.955	10%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-529.880	-489.302	8%
Resultado Patrimonial do Período	22.232	11.653	91%

Observa-se que, no resultado Patrimonial do Período, houve um aumento de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Até o quarto trimestre de 2017, o resultado foi positivo em R\$ 11,6 milhões, ao passo que, no mesmo período de 2018, o resultado foi positivo em R\$ 22,2 milhões, implicando um acréscimo na ordem de R\$ 10,6 milhões. Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Aumento dos gastos com Pessoal e encargos no montante de R\$ 26 milhões (11%);
- II. Aumento no Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo em R\$ 4 milhões (12%);
- III. Aumento em 22% em Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, equivalente a R\$ 1,8 milhões.

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

	31/12/2018	31/12/2017	Var.	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	552.111.731,89	500.955.541,88	51.156.190,01	10,21%
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	1.038.959,01	1.812.419,53	-773.460,52	-42,68%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	13.404,23	4.299,62	9.104,61	211,75%
Transferências e delegações recebidas	513.835.208,55	461.501.556,00	52.333.652,55	11,34%
Valorização e ganhos com ativos	36.934.218,96	37.411.214,10	-476.995,14	-1,28%
Outras VPAs	289.941,14	226.052,63	63.888,51	28,26%
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	529.879.649,85	489.302.434,08	40.577.215,77	8,29%
Pessoal e encargos	338.758.318,42	306.128.527,11	32.629.791,31	10,66%
Benefícios previdenciários e assistenciais	30.274.965,71	27.877.153,78	2.397.811,93	8,60%
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	53.719.067,11	55.511.896,84	-1.792.829,73	-3,23%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	40.342,12	21.286,71	19.055,41	89,52%
Transferências e delegações concedidas	81.101.833,73	61.036.503,94	20.065.329,79	32,87%
Desvalorização e perda de ativos	13.457.624,45	27.087.238,74	-13.629.614,29	-50,32%
Tributárias	85.447,48	70.297,20	15.150,28	21,55%
Outras VPDs	12.442.050,83	11.569.529,76	872.521,07	7,54%
Resultado Patrimonial	22.232.082,04	11.653.107,80	10.578.974,24	90,78%

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos o resultado positivo com o item Transferências e Delegações Recebidas, em um montante de R\$ 52 milhões, (11%), pelo repasse da Secretaria de Planejamento e Orçamento, correspondentes ao orçamento anual, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Quanto as Outras VPAs, correspondem, em maior parte, às restituições a título de reparação ao erário, 51,5%, e à inscrição em dívida ativa não tributária, realizada pela Equipe Nacional de Cobrança da Procuradoria-Geral Federal, 34,5%.

Quanto as Variações Patrimoniais Diminutivas, observa-se que a VPD de Pessoal e encargos apresentou um aumento de R\$ 32 milhões (10,6%), quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. O mesmo fato foi visualizado na VPD Transferências e delegações concedidas, com aumento de R\$ 20 milhões (32,9%).

Isto posto, conclui-se que, até dezembro/2018, houve um acréscimo do resultado patrimonial, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, equivalente a R\$ 10,6 milhões, conforme Tabela a seguir, impactado principalmente pelas contas

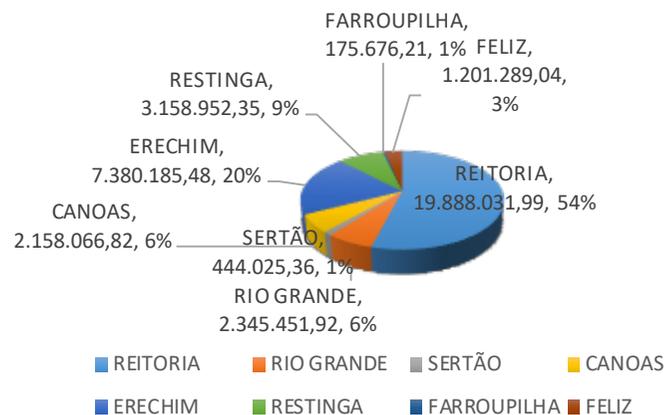
de Transferências e delegações recebidas, e superavitário no total do Resultado Patrimonial em R\$ 22,2 milhões.

Os grupos relacionados ao desempenho valorativo de ativos (Valorização e Ganhos com Ativos e Desvalorização e Perda de Ativos), quando associados em conjunto (Resultado Valorativo de Ativos), apresentaram um acréscimo na ordem de 127%, o que representa um aumento do resultado em cerca de R\$ 13 milhões.

Abaixo, encontram-se as tabelas comparativas do resultado valorativo de ativos apurados até dezembro/2018, comparados ao mesmo período do ano anterior, bem como das variações comparativas relacionadas aos períodos mencionados.

	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)
Valorização e Ganhos com Ativos (I)	36.934.218,96	100,00%	37.411.214,10	100,00%
Reavaliação de bens imóveis	36.775.179,25	99,57%	2.340.931,73	6,26%
Ganhos com alienação	2.240,00	0,01%	-	0,00%
Ganhos com incorporação de ativos	131.787,33	0,36%	35.069.319,88	93,74%
Ganhos com desincorporação de passivos	25.012,38	0,07%	962,49	0,00%
Desvalorização e Perda de Ativos (II)	13.457.624,45	100,00%	27.087.238,74	100,00%
Reavaliação de bens imóveis	23.500,08	0,17%	-	0,00%
Perdas involuntárias de bens móveis	83.271,48	0,62%	166.561,33	0,61%
Incorporação de passivos	71.795,24	0,53%	226.782,00	0,84%
Desincorporação de ativos	13.279.057,65	98,67%	26.693.895,41	98,55%
Resultado Valorativo de Ativos (I) - (II)	23.476.594,51		10.323.975,36	

	Resultado	AV (%)
Reavaliação de bens imóveis	36.751.679,17	156,55%
Ganhos com alienação	2.240,00	0,01%
Ganhos com incorporação de ativos	48.515,85	0,21%
(Incorporação de passivos)	-46.782,86	-0,20%
(Desincorporação de ativos)	-13.279.057,65	-56,56%
Resultado Valorativo de Ativos	23.476.594,51	100%



Houve, também, aumento nas VPD's tributárias, Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, na ordem de 22%, com destaque para Contribuição para Serviço de Iluminação Pública, com elevação de 189%, conforme a tabela a seguir.

	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços	2.881,68	3,37%	5.048,11	7,18%	-42,92%
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	-	0,00%	40,87	0,06%	-100,00%
Imposto s/ Propriedade Territorial	-	0,00%	25,00	0,04%	-100,00%
Imposto s/ Produtos Industrializados	592,79	0,69%	606,75	0,86%	-2,30%
Taxas	62.530,00	73,18%	38.233,57	54,39%	63,55%
Contribuições Sociais	12.544,77	14,68%	23.952,30	34,07%	-47,63%
Contribuição p/ Serviço de Iluminação Pública	6.898,24	8,07%	2.390,60	3,40%	188,56%
Total	85.447,48	100%	70.297,20	100%	22%

Em relação às Taxas, a variação foi na ordem de R\$ 24 mil, equivalente a 63% em relação ao mesmo período anterior.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas tiveram variação com impacto no Resultado Patrimonial do IFRS, na ordem de 7,5%. Conforme demonstrado a seguir, estão diretamente relacionadas à Bolsa de Estudos no País, no montante de R\$ 11,2 milhões, com variação na ordem de 5,4%.

	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
Bolsa de Estudos no País	11.288.681,35	90,73%	10.712.166,45	92,59%	5,38%
Bolsa de Estudos no Exterior	82.371,93	0,66%	21.031,04	0,18%	291,67%
Auxílio p/ Desenvolvimento de Estudos	393.334,34	3,16%	233.596,26	2,02%	68,38%
Incentvo à Ciência	506.591,02	4,07%	427.889,05	3,70%	18,39%
Multas, Indenizações e Restituições	171.072,19	1,37%	174.846,96	1,51%	-2,16%
Total	12.442.050,83	100%	11.569.529,76	100%	7,54%

Na Tabela abaixo, apresenta-se a distribuição das Bolsas de Estudos no País, por Unidade Gestora do IFRS.

	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
IFRS/CAMPUS SERTAO	1.488.728,20	13,19%	1.750.922,10	16,35%	-14,97%
IFRS/CAMPUS R.GRAND	1.449.177,17	12,84%	1.412.312,88	13,18%	2,61%
IFRS/CAMPUS PALEG.	1.163.752,92	10,31%	1.012.938,60	9,46%	14,89%
IFRS/CAMPUS PA REST	986.224,91	8,74%	1.188.037,19	11,09%	-16,99%
IFRS/CAMPUS ERECHIM	757.429,02	6,71%	664.181,79	6,20%	14,04%
IFRS/CAMPUS OSORIO	629.936,94	5,58%	522.098,09	4,87%	20,65%
CAMPUS VIAMAO	613.924,11	5,44%	410.364,64	3,83%	49,60%
IFRS/CAMPUS CAXIAS	612.379,66	5,42%	574.684,82	5,36%	6,56%
CAMPUS ROLANTE	552.327,62	4,89%	495.524,51	4,63%	11,46%
CAMPUS ALVORADA	549.911,61	4,87%	323.791,39	3,02%	69,84%
IFRS/CAMPUS B.GONC.	542.574,55	4,81%	570.004,65	5,32%	-4,81%
IFRS/CAMPUS CANOAS	503.288,29	4,46%	507.161,44	4,73%	-0,76%
CAMPUS IBIRUBA	404.493,41	3,58%	319.775,36	2,99%	26,49%
IFRS/CAMPUS FELIZ	381.201,78	3,38%	359.097,71	3,35%	6,16%

CAMPUS FARROUPILHA	344.061,62	3,05%	376.426,06	3,51%	-8,60%
CAMPUS VACARIA	243.011,83	2,15%	164.164,76	1,53%	48,03%
IF DO RS	66.257,71	0,59%	60.680,46	0,57%	9,19%
Total	11.288.681,35	100%	10.712.166,45	100%	5,38%

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Até o quarto trimestre de 2018 as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R\$ 1,1 milhões, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 435 milhões.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, o empenho de despesas ultrapassou a dotação atualizada em 0,01%, R\$ 2,7 milhões em valores monetários, no exercício de 2018, lembrando que, no primeiro trimestre, 72,08% desses empenhos já haviam sido realizados.

A realização de receitas até o quarto trimestre alcançou 91,5% da previsão atualizada de arrecadação, evidenciando que a execução de despesas ocorreu em ritmo superior ao da realização de receitas.

Receitas

As receitas realizadas até o quarto trimestre de 2018, em comparação com as do mesmo período de 2017, estão distribuídas nas seguintes categorias, conforme demonstrado nos respectivos Balanços Orçamentários:

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Receitas Correntes	1.085.899,77	2.028.721,58	-46%
Receitas de Capital	5.512,50	11.285,50	-51%
Total	1.091.412,27	2.040.007,08	-46%

A involução observada importa em aproximadamente R\$ 949 mil, afetando o desempenho da arrecadação que pode ser demonstrada conforme tabela abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Receita Patrimonial	130.179,75	111.852,78	16%
Receita Agropecuária	407.032,48	326.111,85	25%
Receita Industrial	82.037,19	10.464,04	684%
Receita de Serviços	434.478,64	1.354.240,28	-68%
Outras Receitas Correntes	32.171,71	226.052,63	-86%
Total	1.085.899,77	2.028.721,58	-46%

Ponderados os aumentos verificados em outras origens, percebe-se que a variação verificada foi afetada principalmente pela arrecadação de Receita de Serviços e Outras Receitas Correntes, cujas reduções foram respectivamente de R\$ 920 e R\$ 194 mil. Houve uma pequena compensação pelo crescimento de outras receitas que não impediram o decréscimo do total da arrecadação no período analisado.

Conforme evidenciado na tabela anterior, cerca de 40% das receitas arrecadadas até o quarto trimestre de 2018, ou seja, R\$ 434 mil, refere-se à realização de Receita de Serviços.

A segunda maior origem desta categoria econômica no trimestre, é aquela decorrente da arrecadação de Receita Agropecuária, relativa a Receita da Produção Vegetal e Receita da Produção Animal e Derivados os quais montam a quantia de aproximadamente R\$ 407 mil. Pela tabela anterior, pode ser percebido que, até o quarto trimestre de 2018, a arrecadação de Receita Agropecuária aumentou em cerca de R\$ 81 mil em relação ao mesmo período de 2017, evidenciando um acréscimo de aproximadamente 25% nesta fonte.

Na tabela a seguir, é evidenciada a composição da arrecadação de Receita de Serviços, tendo como base os fatos geradores desta arrecadação.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Serviços Administrativos Principal	23.041,25	1.479,00	1458%
Serviços Administrativos Multa e Juros	10.149,60	-	
Serviços de hospedagem e alimentação	171.088,00	123.614,24	38%
Serviços de estudos e pesquisas	14.861,82	1.575,58	843%
Receitas Cópias Reprográficas	55,40	52,25	6%
Taxa de inscrição em concurso público		950.068,42	-100%
Taxa de inscrição em Vestibular	215.282,57	277.450,79	-22%
Total	434.478,64	1.354.240,28	-68%

Na tabela a seguir, constata-se que a arrecadação de recursos com Receita Agropecuária referente a Receita da Produção Vegetal e Receita da Produção Animal.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Receita da produção vegetal	194.019,88	74.058,32	162%
Receita da produção animal e derivados	213.012,60	252.053,53	-15%
Total	407.032,48	326.111,85	25%

Despesas

Como explanado anteriormente, o resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

De acordo com o art. 58 daquela Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

Como explanado anteriormente, o empenho de despesas no período em análise montou a quantia aproximada de R\$ 435 milhões, enquanto que no mesmo período de 2017, tal fase da execução da despesa pública montou a cifra de R\$ 398 milhões.

Semelhante ao quarto trimestre de 2017, contribuiu de forma preponderante para este número o empenho de despesas correntes, o qual perfaz aproximadamente 97% de toda despesa empenhada no período, conforme evidenciado na tabela a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Despesas Correntes	423.089	389.822	9%
Despesas de Capital	12.315	8.152	51%
Total	435.403	397.974	9%

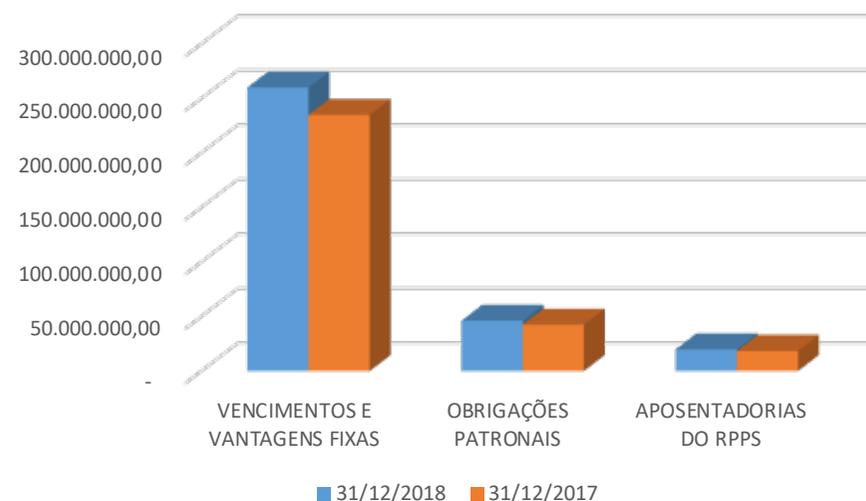
As despesas correntes empenhadas com maior preponderância no universo da referida categoria econômica referem-se ao grupo de natureza da despesa intitulado "Pessoal e Encargos Sociais", o qual montou a quantia aproximada de R\$ 346 milhões.

	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Pessoal e Encargos Sociais	345.675	313.913	10%
Outras Despesas Correntes	77.414	75.909	2%
Total	423.089	389.822	9%

Segundo informações extraídas do SIAFI, o grupo de natureza da despesa “Pessoal e Encargos Sociais” é constituído dos seguintes elementos de despesa:

	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	259.770.599,48	75,15%	234.577.073,45	74,73%	10,74%
OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	45.989.954,60	13,30%	42.382.991,04	13,50%	8,51%
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	19.722.723,44	5,71%	18.272.214,91	5,82%	7,94%
CONTRATAAO P/TEMPO DETERMINADO	10.269.796,50	2,97%	8.841.159,84	2,82%	16,16%
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	4.382.277,19	1,27%	3.884.595,20	1,24%	12,81%
CONTRATAAO POR TEMPO DETERMINADO	2.112.400,66	0,61%	1.752.001,89	0,56%	20,57%
CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	1.243.763,98	0,36%	880.889,96	0,28%	41,19%
RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	855.000,00	0,25%	1.221.499,11	0,39%	-30,00%
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	704.808,11	0,20%	591.959,18	0,19%	19,06%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	337.132,72	0,10%	1.132.586,05	0,36%	-70,23%
SENTENCAS JUDICIAIS	231.382,57	0,07%	365.472,29	0,12%	-36,69%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	50.005,76	0,01%	2.351,95	0,00%	2026,14%
INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	4.714,03	0,00%	8.347,55	0,00%	-43,53%
Total	345.674.559,04	100%	313.913.142,42	100%	10%

Pela tabela acima, percebe-se que o grupo de natureza da despesa “Pessoal e Encargos Sociais” teve um crescimento de cerca de 10% até o quarto trimestre de 2018 em relação ao mesmo período de 2017, evidenciando uma evolução no empenho de despesas da ordem de R\$ 32 milhões, destacando-se os vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil (aumento de R\$ 25 milhões), obrigações patronais (aumento de R\$ 3,6 milhões) e aposentadorias do Regime Próprio de Previdência Social (aumento de R\$ 1,45 milhões) que perfazem, também, o grupo de despesas com maior participação no rol de empenhos de Pessoal e Encargos Sociais, conforme evidenciado no gráfico abaixo:



A variação total das três naturezas de despesas supracitadas soma R\$ 30 milhões, equivalente a 95% da variação verificada no total do grupo Pessoal e Encargos Sociais.

Em relação às despesas empenhadas com outras despesas correntes, destacam-se as despesas com Auxílio-alimentação Cívica, cujos empenhos no período somaram R\$ 11,12 milhões, e as Bolsas de Estudo no País, cuja soma foi de R\$ 10,85 milhões, que correspondem às maiores despesas do período em valores absolutos. Por outro lado, podemos destacar também algumas despesas que tiveram a maior variação percentual no período, como por exemplo Assinaturas de periódicos e anuidades, com uma variação percentual de 1.881%, e Serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais, com variação de 1.455% e, ainda, a inclusão de novas despesas, como Outsourcing de impressão, no valor de R\$ 265 mil e, Manutenção corretiva/adaptativa e sustentação de softwares, no valor de R\$ 164 mil, comparados com o mesmo período do exercício anterior, conforme observado na tabela que segue:

	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
AUXILIO-ALIMENTACAO CIVIS	11.126.310,34	14,37%	10.715.967,08	14,12%	3,83%
BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	10.847.934,06	14,01%	10.370.067,50	13,66%	4,61%
VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORADA/RASTREAMENTO	6.193.490,44	8,00%	6.596.552,52	8,69%	-6,11%
LIMPEZA E CONSERVACAO	5.223.684,00	6,75%	5.326.866,67	7,02%	-1,94%
RESSARCIMENTO ASSISTENCIA MEDICA/ODONTOLOGICA	4.149.988,12	5,36%	3.898.019,27	5,14%	6,46%
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	3.994.377,57	5,16%	5.424.255,31	7,15%	-26,36%
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	3.798.528,30	4,91%	3.083.069,31	4,06%	23,21%
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	2.794.908,50	3,61%	2.955.802,13	3,89%	-5,44%
AUXILIO-TRANSPORTE CIVIS	2.494.956,58	3,22%	2.915.944,42	3,84%	-14,44%
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	1.741.534,38	2,25%	1.208.157,03	1,59%	44,15%
AUXILIO-CRECHE CIVIL	1.706.932,54	2,20%	1.514.606,39	2,00%	12,70%
MATERIAL DESTINADO A ASSISTENCIA SOCIAL	1.513.380,47	1,95%	1.523.732,75	2,01%	-0,68%
SERVICOS DE APOIO AO ENSINO	1.361.600,09	1,76%	1.059.087,56	1,40%	28,56%
AUXILIO-ALIMENTACAO	950.195,02	1,23%	779.570,30	1,03%	21,89%
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	947.594,48	1,22%	627.059,25	0,83%	51,12%
DIARIAS NO PAIS	897.667,52	1,16%	580.746,75	0,77%	54,57%
SERVICOS DOMESTICOS	838.968,97	1,08%	784.408,27	1,03%	6,96%
SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	794.732,92	1,03%	780.494,74	1,03%	1,82%
GENEROS DE ALIMENTACAO	792.370,56	1,02%	1.054.267,10	1,39%	-24,84%
LOCACAO DE IMOVEIS	734.634,52	0,95%	835.395,83	1,10%	-12,06%
AUXILIO A PESQUISADORES	729.667,72	0,94%	447.275,55	0,59%	63,14%
AUXILIOS PARA DESENV. DE ESTUDOS E PESQUISAS	641.189,49	0,83%	428.804,35	0,56%	49,53%
MATERIAL DE EXPEDIENTE	578.251,89	0,75%	209.832,21	0,28%	175,58%
MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	532.347,13	0,69%	414.033,23	0,55%	28,58%
SERV.MEDICO-HOSPITAL,,ODONTOL.E LABORATORIAIS	526.188,52	0,68%	33.831,86	0,04%	1455,30%
RESSARCIMENTO DE MENSALIDADES	518.856,97	0,67%	533.273,26	0,70%	-2,70%
PASSAGENS PARA O PAIS	496.990,90	0,64%	217.912,98	0,29%	128,07%
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	496.091,66	0,64%	459.090,30	0,60%	8,06%
SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	435.837,17	0,56%	1.062.034,98	1,40%	-58,96%
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	419.803,90	0,54%	320.186,47	0,42%	31,11%

ESTAGIARIOS	411.668,64	0,53%	490.512,88	0,65%	-16,07%
ALIMENTOS PARA ANIMAIS	396.619,50	0,51%	409.637,20	0,54%	-3,18%
SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	386.136,00	0,50%	397.229,43	0,52%	-2,79%
AUXILIO-TRANSPORTE	370.236,32	0,48%	378.323,99	0,50%	-2,14%
ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	358.563,00	0,46%	18.100,30	0,02%	1880,98%
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	351.746,40	0,45%	341.407,00	0,45%	3,03%
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	333.805,96	0,43%	808.360,91	1,06%	-58,71%
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	327.943,49	0,42%	431.743,97	0,57%	-24,04%
AJUDA DE CUSTO - PESSOAL CIVIL	309.802,56	0,40%	154.149,75	0,20%	100,98%
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	288.833,66	0,37%	320.329,13	0,42%	-9,83%
MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	282.722,77	0,37%	73.672,25	0,10%	283,76%
INDENIZACAO DE MORADIA - PESSOAL CIVIL	272.260,00	0,35%	293.272,73	0,39%	-7,16%
OUTSOURCING DE IMPRESSAO	265.384,50	0,34%	0,00	0,00%	
LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	238.082,17	0,31%	618.590,16	0,81%	-61,51%
FERRAMENTAS	209.938,16	0,27%	169.936,01	0,22%	23,54%
SEGUROS EM GERAL	188.481,08	0,24%	208.939,46	0,28%	-9,79%
MATERIAL QUIMICO	178.852,05	0,23%	296.731,60	0,39%	-39,73%
MANUT. CORRET./ADAPT. E SUSTENTACAO SOFTWARES	164.145,44	0,21%	0,00	0,00%	
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	3.800.058,10	4,91%	4.337.673,84	5,71%	-12,39%
Total	77.414.294,53	100%	75.908.955,98	100%	2%

Ainda em relação às despesas, percebe-se que o empenho de despesas com obras em andamento (despesas de capital) montou o valor de R\$ 5,44 milhões, equivalentes a 44%, do total empenhado das despesas de capital no exercício. Podemos destacar também aquisição de instalações, no montante de R\$ 1,1 milhões, equivalentes a 9% de toda a despesa de capital empenhada no período em questão, constituindo-se nos dois principais investimentos no período, conforme demonstrado na tabela que segue:

	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
OBRAS EM ANDAMENTO	5.444.584,28	44,21%	3.948.549,80	48,44%	37,89%
INSTALACOES	1.110.715,21	9,02%	353.393,11	4,34%	214,30%
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	870.914,55	7,07%	220.274,99	2,70%	295,38%
APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR.HOSPIT.	610.098,47	4,95%	98.799,07	1,21%	517,51%
MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	563.007,02	4,57%	808.685,11	9,92%	-30,38%
MOBILIARIO EM GERAL	561.052,54	4,56%	701.862,78	8,61%	-20,06%
EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	513.114,49	4,17%	0,00	0,00%	
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	357.986,72	2,91%	4.345,00	0,05%	8139,05%
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	347.381,72	2,82%	989.291,46	12,14%	-64,89%
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	339.337,31	2,76%	167.366,52	2,05%	102,75%
EQUIPAMENTOS DE TIC - SERVIDORES/STORAGE	252.664,00	2,05%	0,00	0,00%	
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	225.407,09	1,83%	118.616,96	1,46%	90,03%
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	222.513,28	1,81%	94.818,71	1,16%	134,67%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRIC. E RODOVIARIOS	198.237,92	1,61%	72.035,39	0,88%	175,20%
EQUIPAMENTOS DE TIC - ATIVOS DE REDE	165.596,66	1,34%	0,00	0,00%	
MAQ., FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	98.469,79	0,80%	88.262,41	1,08%	11,56%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	76.051,50	0,62%	211.843,07	2,60%	-64,10%
EQUIPAMENTOS DE TIC - IMPRESSORAS	64.791,76	0,53%	0,00	0,00%	
MAQUINAS E EQUIP. DE NATUREZA INDUSTRIAL	60.035,35	0,49%	9.615,71	0,12%	524,35%
AUXILIO/BOLSA A PESQUISADORES	50.769,59	0,41%	42.115,60	0,52%	20,55%
EQUIP. E UTENSILIOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	31.166,05	0,25%	12.319,16	0,15%	152,99%
AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	23.985,10	0,19%	0,00%	0,00%	
APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSOES	22.990,69	0,19%	1.287,00	0,02%	1686,38%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	18.369,25	0,15%	60.703,28	0,74%	-69,74%
ESTUDOS E PROJETOS	14.950,00	0,12%	0,00	0,00%	
EQUIPAMENTOS DE TIC - TELEFONIA	12.279,86	0,10%	0,00	0,00%	
SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	11.900,00	0,10%	2.000,00	0,02%	495,00%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	11.746,58	0,10%	4.286,22	0,05%	174,05%
INSTRUMENTOS MUsICAIS E ARTISTICOS	7.617,80	0,06%	0,00	0,00%	
FRETES E TRANSP. DE ENCOMENDAS	7.534,80	0,06%	0,00	0,00%	

MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	6.777,00	0,06%	0,00	0,00%	
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	6.595,04	0,05%	43.605,00	0,53%	-84,88%
MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	2.481,39	0,02%	321,85	0,00%	670,98%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	1.998,00	0,02%	0,00	0,00%	
MATERIAL DE CONSUMO DE USO DURADOURO	1.455,00	0,01%	0,00	0,00%	
MATERIAL DE CONSTRUCAO	0,00	0,00%	2.692,66	0,03%	-100,00%
MATERIAL PARA COMUNICACOES	0,00	0,00%	550,00	0,01%	-100,00%
MANUTENCAO E CONSERV. DE EQUIPAMENTOS	0,00	0,00%	950,00	0,01%	-100,00%
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE T.I.	0,00	0,00%	1.200,00	0,01%	-100,00%
DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE.	0,00	0,00%	6.560,00	0,08%	-100,00%
AQUISICAO DE SOFTWARE	0,00	0,00%	62.057,57	0,76%	-100,00%
VEICULOS DIVERSOS	0,00	0,00%	873,84	0,01%	-100,00%
OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00%	21.268,31	0,26%	-100,00%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00%	1.398,65	0,02%	-100,00%
Total	12.314.575,81	100%	8.151.949,23	100%	51%

Outras Informações Relevantes

Tratamentos dos Acórdãos do TCU

Para o acompanhamento das deliberações do TCU o IFRS conta com o controle da Unidade de Auditoria Interna; e, para implementação das deliberações, os controles estabelecidos pelas Pró-reitorias envolvidas.

No exercício de 2017 o TCU, por meio do Processo TC-024.764/2016-7 (prestação de contas – exercício 2015) emitiu o Acórdão 5603/2017 contendo 10 (dez) determinações para atendimento pelo IFRS.

Em 16 de outubro de 2018 o TCU emitiu o Acórdão 9870/2018 – TCU – 2ª Câmara, que monitoramento instaurado para verificar o cumprimento de determinações expedidas pelo Acórdão 5603/2017. São considerados cumpridos os subitens 1.7, 1.7.2, 1.8.3; em cumprimento os subitens 1.7.1, 1.7.3, 1.8.1 e 1.8.2; com perda de objeto os subitens 1.8.4, 1.8.5 e 1.8.6 e o Processo TC-024-764/2016-7 é arquivado.

No quadro abaixo está descrita a situação atual dos subitens ainda em monitoramento pela CGU.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-024.764/2016-7	nº 5603/2017	1.7.1	Ofício 0599/2017	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul				
Descrição da determinação/recomendação				
Fortalecer o controle de movimentação de bens móveis no âmbito da Instituição, providenciando termos de responsabilidade atualizados e assinados sob guarda do Setor de Patrimônio e Almoxarifado, catálogo de materiais padronizados e adoção ou criação de processo de descarga patrimonial.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O último posicionamento da CGU foi em 14/05/2018, restando pendentes de atendimento as seguintes recomendações: - Disponibilizar documentação comprobatória do cumprimento da atualização dos termos de responsabilidade patrimonial e sua guarda no setor, assim como das outras providências adotadas informadas, posto que foi apresentada somente uma amostragem do trabalho realizado. - Disponibilizar o Manual de Patrimônio.				

Em 13/06/2018 o IFRS se manifestou encaminhando a minuta do Manual de Administração Patrimonial e a justificativa para a impossibilidade técnica de apresentação de todos os termos de responsabilidade patrimonial, já que estão registrados no sistema de patrimônio móvel mais de 200.000 itens.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-024.764/2016-7	nº 5603/2017	1.8.1	Ofício 0599/2017	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul				
Descrição da determinação/recomendação				
Relacione os bens inservíveis ainda patrimoniados com os respectivos valores registrados no balanço contábil e nos controles de patrimônio, e indicar a programação de destinação destes bens e as respectivas previsões de baixa do balanço contábil e dos registros de controle de patrimônio da Instituição.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Estão abertos e em tramitação 09 (nove) processos de desfazimento de bens inservíveis. Estes processos atendem a legislação vigente, decreto 9.373/2018 e são elaborados por meio de comissões específicas designadas para tal e com edital e procedimento de orientação da Pró Reitoria de Administração.				
Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-024.764/2016-7	nº 5603/2017	1.8.2	Ofício 0599/2017	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul				
Descrição da determinação/recomendação				
Apure responsabilidades quanto à diferença de R\$ 9.578.128,19 (apurada em março/2016) a maior registrada no balanço contábil (contas do ativo: bens móveis e intangíveis) em relação aos controles patrimoniais da instituição.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A apuração de responsabilidade e a conseqüente regularização do valor está sendo realizada através do Processo 23419.000823/2018-66.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-024.764/2016-7	nº 5603/2017	1.8.3	Ofício 0599/2017	

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Descrição da determinação/recomendação

Implemente ações no sentido de reaver (ou regularizar) o valor de R\$ 9.578.128,19 (apurado em março/2016) a maior registrado no balanço contábil (contas do ativo: bens móveis e intangíveis) em relação aos controles patrimoniais da Instituição.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Concluída a sindicância realizada através do Processo 23419.000823/2018-66, com manifestação Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto ao IFRS, a autoridade competente emitiu ordem de serviço aos diretores gerais das unidades para adotar as medidas administrativas cabíveis a regularização da divergência de valor.

Declaração de Integridade

Todas as informações contidas neste documento foram obtidas junto às Pró-reitorias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. A elaboração do Relatório foi realizada na Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional que analisou, compilou e organizou de forma integrada, conforme o disposto no Anexo II da Decisão Normativa TCU número 170/2018.

Júlio Xandro Heck
Reitor Portaria MEC 465/2018